

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO- MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PAOLA CAROLINA TABARES SANMARTÍN

O OURO OU A VIDA:

**Cultura anfíbia como resistência à Locomotora Mineira em
Caucasia (Colômbia)**

Vitória - ES

2015

PAOLA CAROLINA TABARES SANMARTÍN

O OURO OU A VIDA:

Cultura anfíbia como resistência à Locomotora Mineira em Caucasia (Colômbia)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celeste Ciccarone.

Vitória, 2015

PAOLA CAROLINA TABARES SANMARTÍN

O OURO OU A VIDA:

Cultura anfíbia como resistência à Locomotora Mineira em Caucasia (Colômbia)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em... de ...2015 por

Celeste Ciccarone (Orientadora)

Paulo Cesar Scarim

Cristiana Losekann

Vitória - ES

2015

Dedico este novo passo:

Aos que devo minha vida e meu caminho, aos que me viram crescer, cair e levantar-me, contradizer-me, aprender, chorar ou rir, aos que a vida me colocou incondicionalmente para ser minha família;

Aos meus tios Antonio Ortiz e Juan David Ortiz por ter sido como pais para mim;

A Orfilia Cárdenas, por ter sido sempre tão carinhosa comigo, e me ensinar que na vida o mais importante é lutar pelos sonhos;

Aos meus primos e irmãos de criação Melissa Ortiz, Daniela Ortiz, Camilo Ortiz e Alejandra Ortiz, por ter sido meus melhores amigos;

Na memória de uma grande e admirável mulher minha mãe de criação minha avó Inés Sanmartín, quem me dera seu amor e coragem para chegar até onde hoje me trouxe a vida.

Agradecimentos

Mais que um agradecimento, quero reconhecer a ajuda daqueles que têm percorrido comigo durante esses quase dois anos e por toda a vida. Não foi somente um mestrado, mas sim um processo de vida, de aprendizagem humana, social e política;

Agradeço a Pachamama, por me mostrar que o mundo é um conjunto em que nós os humanos também fazemos parte dessa terra mãe, que nos provém e nos cuida. Quero agradecer ao meu país Colômbia, por ter me dado a oportunidade de ali crescer, entre os Andes e os dois oceanos, esta terra que ainda vive com a guerra querendo sempre simplesmente viver em paz. Agradeço ao Brasil por ter me aberto as portas;

Agradeço a Universidade Federal do Espírito Santo, a Izadora e ao programa de pós-graduação em Geografia por ter me dado a oportunidade de desenvolver minha pesquisa e ter aprendido com meus professores Cláudio Luiz Zanotelli, Paulo César Scarim, Eliana Creado, Cristina Losekann, e especialmente a Celeste Ciccarone, pela paciência durante meu processo, de enfrentar a tarefa de estudar comigo a abatia realidade do meu país, por ter aprendido um *poquito* de *español* comigo;

Agradeço aos meus professores da Universidad Nacional de Colombia Iván Escobar e sobretudo a Juan Carlos Castro Hernández por ter sido a pessoa que não poupo nada para confiar em meus sonhos;

Quero agradecer a minha família por ter sempre me acompanhado, mesmo a distância aos meus tios Antonio Ortiz, Orfilia Cárdenas, e Juan David Ortiz, a minha segunda avó Rubiela Barrientos, aos meus primos Melissa Ortiz, Daniela Ortiz, Camilo Ortiz e Alejandra Ortiz, aos meus tios avós Alberto Urán e Elvia Sanmartín e a minha mãe de criação minha avó Inés Sanmartín (in memoriam);

Quero agradecer àqueles que foram minha família e meus amigos durante o tempo que eu estive aqui no Brasil; a Pedro Rozales pela ajuda incondicional, a Bruna Marcatti, minha irmã brasileira e grande companheira que me alimentou muitas vezes com suas comidas mineiras; agradeço a meus dois conterrâneos mais

queridos Sandra e o Manuel Ricardo, “El Manuelito”, por ter sido como um irmão, por ter tido sempre paciência na hora de escutar minhas longas histórias;

Agradeço com todo o coração ao meu grande companheiro de vida, Demian Cunha quem me ajudou a cada passo desde que cheguei nestas terras brasileiras, por poder contar com você sempre que eu precisei, por me mostrar com amor que a vida é um caminho a ser trilhado. Te agradeço por ter me dado a coragem para escolher o caminho dos que somos mais. Te quiere tu paisa!

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que se fizeram no caminho deste processo e aos de sempre, aos que sofreram, os que riram, os que com quem viajei, os que com quem estudei, os que compartilharam cervejas, comidas, um pedacinho da vida deles e da minha, Ângelo Zanoni, Douglas Bonella, Luiza Alves, Paulo Henrique, Thatyane Nascimento, Juan Felipe Barrios, Vitor Augusto, Maria Elisa Tosi, Dóris Guisao (Puchito), Andrés Felipe Higuita, Queni Dias; a minhas fieis camaradas desde a escola Yesica Restrepo e ao meu futuro sobrinho, a Sandra Ramirez e a Tibisay Roldán;

E por último, mas não com menos importância agradeço aos comitês e organizações dos pescadores de Caucasia e a todos e cada um de seus integrantes Wincho, Libardo Arias, Elsi, dom Antonio, dom Jorge, Fidel, Genoveva, Efrain, Vallejo, Arturo, Albeiro, Alexis, Argemiro, Wilson, Wilson Martin, Daniel e Ivan; as pessoas pelas quais começou esta aventura que transcendeu a calçada da academia, para entrar no meu coração e na minha história de vida, aos pescadores, os homens anfíbios, os camponeses das águas, esse homens que com suas famílias são só cifras para um governo “que grita soberbia e tapa com canhões seus ouvidos” (Emiliano Zapata-Manifesto Zapatista em Náhuatl), mas que aí estão eles como seres de luz, de sabedoria, de amor, de paciência, meus mais profundos respeitos, meus mais sinceros agradecimentos por ter me permitido, conhecer suas vidas, por ter entrado no mais íntimo de suas famílias e suas comunidades, por ter conhecido e acompanhado suas lutas, por tudo isso obrigada, é de vocês que me honro e dedico cada momento vivido durante esta experiência, devo a todos e cada um este trabalho que é de vocês, é meu, é nosso, obrigada por ter me ajudado e permitido construir estas páginas a seguir.

CANCIÓN AL PESCADOR

Al Señor Constancio Franco

Ahí viene la luna, ahí viene,

Con su lumbre y claridad;

Ella viene y yo me voy

A pescar

Triste vida la del pobre

Cuando el rico goza en paz,

El pobre en el monte suda

O en el mar.

El rico poco se esfuerza

Y nunca le falta nada;

Todo lo tiene donde mora

Por demás.

El pobre no descansa nunca

Para poderse alimentar.

Hoy carece de pescado

Luego de sal.

No sé yo la causa de esto

¡Yo no sé sino aguantar

Esta condición tan dura

Y desgraciada...!

Ahí viene la luna, ahí viene,

A darme su claridad...

¡Su luz consuele las penas de mi amada!

RESUMO

Este estudo de caso tem como objetivo analisar as formas diferenciadas de produção do território das denominadas comunidades anfíbias e das empresas extrativistas do ouro de aluvião no município de Caucaasia (Colômbia), e os conflitos gerados pela terra e pela água. Busca ainda entender como as comunidades anfíbias têm pensado social e politicamente por meio de comitês e organizações, para enfrentar os problemas que afetam seus modos de vida, desencadeado pelo modelo de desenvolvimento extrativista proposto e imposto pelo governo colombiano por meio do programa denominado *Locomotora mineiro-energética*.

As comunidades anfíbias, em particular, os pescadores que se autodenominam e reconhecem como homens anfíbios, têm modos de vida que dependem da sazonalidade, de ritmos e ciclos do clima, assim como das águas. Estabelecem formas de relações não capitalistas com a terra e com a água, uso coletivo da terra e de cultivos de “*pan coger*”, privilegiando o trabalho em grupo, sem hierarquias. As relações com a natureza envolvem os seres que habitam seus territórios tanto da terra firme, como da terra molhada e a água. Este modo de vida tem sido perturbado a partir do recorte sub-regional para a exploração e crescimento econômico estabelecido no estado de Antioquia, ao qual pertence Caucaasia, e em geral na Colômbia.

No contexto do plano de desenvolvimento econômico nacional focado na exploração de recursos naturais como o ouro, o incremento da exploração do ouro de aluvião tem-se intensificado no município de Caucaasia, aproveitando as facilidades governamentais para a entrega do licenciamento ambiental às empresas, a escassa fiscalização administrativa, o desconhecimento do direito à consulta prévia das comunidades atingidas. Para intensificar a implementação deste modelo de desenvolvimento, as empresas contam com a ajuda do Estado e da violência gerada por seus exércitos privados “*paramilitares*”, para o desalojamento forçado das comunidades, se apropriando de seus territórios.

A continuidade das práticas de pesca e de cultivo constitui uma forma de resistência e persistência dos princípios que regulam seu modo de vida que contempla uma relação responsável com a água e com a terra, desencadeando tensões entre as diferentes percepções e gestões territoriais das comunidades e das empresas exploradoras do ouro de aluvião nos rios Cauca e Nechí em Caucaasia (Antioquia). Recentes ações mobilizadoras das comunidades anfíbias por meio da organização social e política em comitês e associações de pescadores têm buscado juntar forças para lutar contra a destruição não só de seus meios de produção econômica, senão de seus modos de produção e reprodução social e cultural em seus próprios territórios.

Palavras-chave: Homens Anfíbios; Pescadores; Mineração; Ouro; Aluvião.

RESUMEN

Este estudio de caso tiene como objetivo analizar las formas diferenciadas de producción del territorio de las denominadas comunidades anfibas y de las empresas extractivistas del oro de aluvión en el municipio de Cauca (Colombia), y los conflictos generados por la tierra y por el agua. Busca aún entender como las comunidades anfibas se han pensado social y políticamente por medio de comités y organizaciones, para enfrentar los problemas que afectan sus modos de vida, desencadenado por el modelo de desarrollo extractivista propuesto e impuesto por el gobierno colombiano por medio del programa denominado *Locomotora minero-energética*.

Las comunidades anfibas, en particular, los pescadores que se autodenominan y reconocen como hombres anfibas, tienen modos de vida que dependen de los ritmos y ciclos del clima así como de las aguas. Establecen formas de relaciones no capitalistas con la tierra y con el agua, uso colectivo de la tierra y de cultivos de “pan coger”, privilegiando el trabajo en grupo, sin jerarquías. Las relaciones con la naturaleza envuelven los seres que habitan sus territorios tanto de la tierra firme, como de la tierra mojada y del agua. Este modo de vida ha sido perturbado a partir del recorte subregional para la exploración y crecimiento económico establecido en el departamento de Antioquia, al cual pertenece Cauca, y en general en Colombia.

En el contexto del plan de desarrollo económico nacional enfocado en la exploración de recursos naturales como el oro, el incremento de la explotación de oro de aluvión se ha intensificado en el municipio de Cauca, aprovechando las facilidades gubernamentales en concesión de licenciamientos ambientales a las empresas, la escasa fiscalización administrativa, el desconocimiento del derecho a la consulta previa de las comunidades afectadas. Para intensificar la implementación de este modelo desarrollo, las empresas cuentan con la ayuda del Estado y de la violencia generada por sus ejércitos privados “*paramilitares*”, para el desplazamiento forzado de las comunidades, apropiándose de sus territorios.

La continuidad de las prácticas de pesca y de cultivo constituye una forma de resistencia y perspectiva de los principios que regulan sus modos de vida que contemplan una relación responsable con el agua y con la tierra, desarrollando tensiones entre las diferentes percepciones y gestiones territoriales de las comunidades y de las empresas explotadoras del oro de aluvión en los ríos Cauca y Nechí en Cauca (Antioquia). Recientes acciones movilizadoras de las comunidades anfibas por medio de la organización social y política en comités y asociaciones de pescadores han buscado juntar fuerzas para luchar contra la destrucción no solo de sus medios de producción económica, sino de sus modos de producción y reproducción social y cultural en sus propios territorios.

Palabras-clave: Hombres Anfibas; Pescadores; Minería; Oro; Aluvión.

Lista de mapas

Mapa 1- Localização de Caucasia	28
Mapa 2- Caucasia: divisão político-administrativa.....	30
Mapa 3- Sub-região do Bajo Cauca	31
Mapa 5-- Localização de comitês e associações das quais fazem parte os pescadores entrevistado.	65
Mapa 7- Títulos mineiros em Antioquia.	79
Mapa 10- Títulos mineiros em Antioquia.	138

Lista de tabelas

Tabela 4- Preço do ouro (dólares/onça).	19
Tabela 5- Projeção e produção do ouro na Colômbia 2000-2020.	24
Tabela 1- Distribuição da estrutura fundiária no Bajo Cauca.	24
Tabela 2- Subornos pagos pela atividade mineira no Bajo Cauca.	26
Tabela 7- Minerais tóxicos utilizados na produção do ouro por grama.	56
Tabela 8- Associações dos quais fazem parte os pescadores entrevistados.	66
Tabela 9- Comitês dos quais fazem parte os pescadores entrevistados.	67
Tabela 10- Informações complementares das entrevistas.	68
Tabela 11- Produção estimada por tipo de exploração.	101
Tabela 12- Associações e Comitês de Pescadores Artesanais de Caucasia.	122
Tabela 13- Lista dos comitês e suas lideranças.	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPITULO 1- EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	23
PERSPECTIVAS E REFERENCIAIS TEÓRICOS	34
O TERRITÓRIO COMO PRODUTO SOCIAL	34
MULTITERRITORIALIDADE, MULTIDIMENSIONALIDADE, TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRORIZAÇÃO (TDR)	35
PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: EXTRATIVISMO E CULTURA ANFÍBIA.....	38
MODELOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA	42
TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS E CULTURA ANFÍBIA.....	48
O EXTRATIVISMO, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMITÊS	53
METODOLOGIA	62
PAUTAS METODOLÓGICAS	64
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA E LUGAR.....	71
CAUCASIA: PROCESSOS HISTÓRICOS DE COLONIZAÇÃO	71
CAPÍTULO 3 - PRODUÇÃO DIFERENCIADA DO TERRITÓRIO.....	80
PRODUÇÃO TERRITORIAL ANFÍBIA	81
TERRA MOLHADA-RENDA DA ÁGUA	81
TERRA FIRME-RENDA DA TERRA FIRME	83
TRABALHO E DESCANSO DA TERRA E DA ÁGUA	85
<i>Identidade na pesca artesanal.....</i>	<i>87</i>
<i>Produção e consumo de peixe.....</i>	<i>91</i>
<i>Condições sociais e econômicas.....</i>	<i>94</i>
PRODUÇÃO TERRITORIAL EXTRATIVISTA	95
<i>Conflitos na produção diferenciada no território.....</i>	<i>104</i>
<i>Mudanças na identidade</i>	<i>106</i>
<i>Água.....</i>	<i>109</i>
CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIA DAS COMUNIDADES ANFÍBIAS.....	115
DAS ALTERNATIVAS À CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NOS PROCESSOS ORGANIZATIVOS DAS COMUNIDADES ANFÍBIAS.....	115
CONCLUSÃO.....	129
CAUCASIA NA COLÔMBIA, COLÔMBIA NA AMÉRICA LATINA	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

O ideal de desenvolvimento, prometido nos territórios tradicionais pelo Estado junto aos grandes capitais econômicos, tornou-se senso comum das economias modernas capitalistas, mostrando que o desenvolvimento oferece “o que a gente quer e precisa”, por meio de projetos que teriam o suposto potencial para resolver a pobreza e a desigualdade, com a geração de condições que garantem o bem-estar, a democracia e a convivência pacífica.

As assimetrias do conceito de desenvolvimento, mostram que suas contradições são mais prejudiciais dentro das comunidades tradicionais como no caso dos camponeses das águas, enquanto ao exponencial favorecimento do Estado para e com as grandes empresas e seu modelo capitalista de desenvolvimento, através das agroindústrias e a geração de políticas extrativistas. A prioridade do governo colombiano sempre foi conseguir contribuir com as promessas do desenvolvimento e do progresso, sem se preocupar com as consequências para as comunidades. Exemplo deste cenário foi o período de governo do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez que quis impor sobre as políticas sociais, o que denominou a *Doutrina de Ação Integral* (DAI), na qual se teve um alto investimento na ação militar, o tempo todo a serviço e a favor dos grandes capitais econômicos.

O grande crescimento da exploração do ouro na Colômbia faz parte das estratégias do capital financeiro transnacional que tenta aproveitar a alta demanda internacional por minerais, explorando-os em países do terceiro mundo com o fim de fortalecer a indústria dos países centrais ou das economias emergentes, que produzem bens de alto valor agregado, mas que na Colômbia se reproduz com a reprimarização², na exploração de matérias-primas como o ouro.

Para o panorama mundial durante os períodos de recessão econômica os investidores procuram *commodities* com o fim de preservar o valor do dinheiro e para isso o ouro conseguiu cumprir esse papel, como alternativa para a recuperação

² Entendida como a volta a exploração de tipo extrativista dos recursos naturais, destinados em sua maioria à exportação.

das economias em momentos de crises. As possibilidades de aproveitamento do ouro geram uma demanda sistemática o que faz com que os preços também aumentem proporcionalmente. Estudos recentes mostram como o incremento da violência em alguns países tem relação direta com as mudanças nos preços das *commodities*.

A partir do ano 2000, o mercado deste metal se encontra em um dos períodos de auge mais prolongados e crescentes da sua história devido, entre outros fatores, à consolidação de mercados emergentes como a Índia e a China na demanda de ouro para jóias. Em segundo lugar, a constante incerteza da política monetária dos Estados Unidos e os problemas de dívida pública da zona do euro que fazem com que os mercados se refugiem nas *commodities*. Em terceiro lugar, as constantes tensões políticas no norte da África e Oriente Médio. (GIRALDO y MUÑOZ, 2012: 33) (tradução livre).

A diferença das outras matérias-primas que compõem o grupo da reprimarização da indústria colombiana, o ouro é um instrumento financeiro e não tem usos sociais ou industriais indispensáveis; as razões da sua grande demanda global obedecem mais as crises dos mercados financeiros. Nos últimos anos seu preço tem aumentado cada vez mais, o que faz dele um excelente negócio (tabela 4).

Preço do ouro (dólares/onça)										
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
445	604	697	872	973	1.225	1.420	1.420	1.451	1.502	1.596

Tabela 1- Preço do ouro (dólares/onça).

Fonte: Departamento Nacional de Planejamento. Colômbia. 2011.

Esta estratégia da reprimarização tem se espalhado pelo mundo, e no caso da América Latina, tem se expressado com muito mais força em países como Colômbia, Argentina, Perú, Panamá, República Dominicana, Guatemala, Nicarágua entre outros.

Este fenômeno crescente chamado “a *maldição dos recursos naturais*” por (Galeano, 1989) tem características comuns nos lugares onde têm abundância de “recursos” naturais, com grandes problemas de pobreza, corrupção e violência.

1) A produção de matérias-primas tem notável importância para as multinacionais, já que no caso da Colômbia tem sido descobertas fontes de carvão, de ferro-níquel³ coulumbite-tantalita⁴ e ouro. Em relação a este último o país ainda possui grandes reservas, mesmo com a exploração de ouro durante o período colonial, com os indígenas e depois com a população afro-descendente ambos vítimas de desalojamento em seus territórios.

2) A exploração do ouro ocupa o terceiro lugar depois da exploração do petróleo e do carvão, sendo que das 53 toneladas produzidas no ano de 2010 na Colômbia, só 14% foram produzidas por empresas legais e o restante 86% pela produção artesanal, mineração informal e por grupos armados, contando também que 98% desta produção tanto “formal” como “informal” foi exportada.

3) A relação entre riqueza e pobreza nos estados e municípios mais pobres não pode ser entendida sem fazer referência às transferências das royalties que deveriam fazer as empresas, mas não são recebidas pelas populações que vivem nos territórios de exploração do minério. Segundo dados do Departamento Nacional de Planejamento (PND), nestes lugares as NBI destas populações são muito altas, mas devem só ter em conta que este não pode ser consideradas o único índice para as análises das situações de pobreza.

4) A transformação e execução das políticas estruturais conseguiu intensificar o conflito entre a territorialização realizada pelas empresas extrativistas do ouro, assim como a luta e a criação de alternativas das comunidades de Pescadores.

Em um nível mundial as prioridades dos países se concentraram nas necessidades energéticas, nas novas demandas de alimentos com sua respectiva escassez, como também na invenção das commodities que geraram a intensificação da ocupação e apropriação de porções cada vez maiores de terras.

A breve descrição feita até aqui nesse texto, além do conhecimento previo da realidade da qual se falará nesta pesquisa, fizeram com que fosse imperativo a

³ (FeNi) é uma aleação de ferro com níquel com um conteúdo de níquel de 15% a 80%, serve para fazer fornos para a fabricação de aço.

⁴Da coulumbite se extrai o nióbio e da tantalita, o tântalo. Este último é um metal de alta resistência térmica, eletromagnética e corrosiva e por tais capacidades seu uso é muito difundido na composição de pequenos capacitores utilizados na maioria dos eletrônicos portáteis. A mistura destes dois elementos dá como resultado o chamado Coltan.

existencia deste estudo, pois a realidade da reprimarização que vive não só Caucasia, senão como também muitos outros lugares do mundo com similares características ao nível de exploração econômica e de suas NBI.

Uma vez conhecida de forma sucinta a realidade do município de Caucasia no Bajo Cauca Antioqueño, por meio do trabalho incansável de um dos melhores maestros da leitura e análises territorial insito, o professor Ivan Escobar a través do LABORAGEO (Laboratório De Estudos Geográficos) da Universidade nacional da Colômbia, me levou a querer entender estudar e conhecer um pouco mais também sobre a Cultura Anfíbia, identificada nos livros do professor Orlando Fals Borda, o primeiro em fundar uma faculdade de sociologia na América Latina, que por meio dos seus livros dedico uma grande parte de sua vida ao estudo de dita Cultura Anfíbia no maior delta interno que possui a Colômbia; cada um desses momentos interconectados e com suas respectivas perguntas me levaram a querer entender a cultura anfíbia, seus modos de vida, sua transformação e mais recentemente como vem sendo atingidos pelo auge da exploração aurífera em dois dos seus rios fonte de trabalho, de renda e cultura, o rio Cauca e o rio Nechí.

A preocupação, que foi a mais instigante motivação para esta pesquisa, me fiseram perguntar sobre como se autoidentificavam estas pessoas como cultura anfibia, quais são as práticas de permanencia e transferencia dessa cultura, além das ameaças pela exploração do ouro de aluvião a grande escala, entre outros fatores que vem afetado a cultura anfibia dos ribeirinhos do rio Cauca e o rio Nechí; entre esses interrogantes se encontra também suas formas de resposta, de luta, de organização social a aquilo que os atinge, este ultimo interrogante termina então por conformar um dos objetivos ou perguntas a responder, como respondem e como se organizam os ribeirinhos a aquilo que os atinge?

Querendo então continuar com o exemplo dos meus maestros Ivan Escobar e Orlando Falborda, esta pesquisa busca a partir da vivencia dos fatos e com a comunidade, da imersão e das descrições etnograficas se aproximar a uma leitura critica das formas de vida da cultura anfibia, suas problemáticas com o extrativismo do ouro nos rios e suas formas de organização política e social; em três momentos a) a identificação e reconhecimento das bases teoricas e trabalhos empiricos que ajudem no precampo e a orientação metodologica que percorrera a pesquisa; b) o

trabalho de campo como eixo central para a compreensão e a resposta para a busca o refutação dos objetivos planteados; b) a escrita como forma de depuração, conclusão e análise dos dois primeiros momentos, no que também se amostra os limites e os questionamentos que possam ficar de maneira aberta. Do desenvolvimento deste minucioso processo, se propôs plasmar na escrita três capítulos como a forma de aproximar a quem realize a leitura desta dissertação a cada um dos momentos objetivos e perguntas desta da pesquisa.

Para isto temos os capítulos 2, 3 e 4; no *Capítulo 2 História e Lugar Caucasia: processos de históricos de colonização*, traz um breve histórico do lugar, onde se mostra como o município de caucasia desde seus primórdios foi alvo de extração de minério de ouro, e como também a sua cultura das águas, sua cultura anfíbia está amplamente ligada a sua ancestralidade com os indígenas Nutabés.

No capítulo 3, a *Produção Diferenciada do Território*, identifica as formas em como tanto a Cultura Anfíbia de Caucasia como o modelo Extrativista TDR (territorializam, desterritorializam e reterritorializam) o território, na busca das perspectivas individuais e coletivas, nas que se incorporam relações com o território com a natureza, com a cultura e com as pessoas de forma econômica, ecológica, depredadora, espiritual, histórica umas vezes de forma paralela ou transversal, onde cada um colocam seus interesses dentro daquele território, interesses que geram a sua vez conflitos.

Por último no capítulo 4, sobre a *Trajetória das Comunidades Anfíbias* se coloca para o análise e síntese as formas de resposta em como vem se organizando os ribeirinhos em pro da busca de soluções as suas problemáticas que vão desde as individuais, como as comunitárias, as municipais e regionais; dentro dessas formas organizativas se resgatam as associações e os comitês de pescadores dos bairros no caso da zona urbana e dos distritos no caso das zonas rurais.

CAPITULO 1- EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O foco que norteia esta pesquisa são as formas diferenciadas da produção do território, entre a *Cultura Anfíbia*⁵ e a *Locomotora Minero-Energética*⁶, por meio das resistências e dos empreendimentos.

A partir dessas formas diferenciadas da produção do território, procurou entender os conflitos gerados pela *Locomotora Minero-Energética* na implementação do modelo econômico extrativista predatório sobre as terras tradicionalmente ocupadas (WAGNER 2004), sendo que os meios social, político e econômico do município de Caucaasia no departamento de Antioquia, caracterizam-se em uma leitura geopolítica⁷ pelos interesses neoliberais do desenvolvimento econômico focado no extrativismo predatório, a tal ponto de criar uma serie de políticas para o incremento das atividades econômicas chamadas de *Locomotora*⁸ *Mineiro-Energética*, que desde finais do século XX, e ainda com mais força na última década, vem impulsionando o país com a ambição de uma projeção do mesmo, para a denominação de “*Colômbia País Minero 2009-2019*” (tabela 5).

⁵ No desenvolvimento deste texto algumas vezes encontrará *Cultura Anfíbia*, *Camponeses Das Águas*, *Homens Anfíbios*, as diversas formas em que chamará este grupo não farão diferença, só será então um jeito de trazer a forma em como tem se colocado alguns autores em relação a estes grupos, que para o caso deste trabalho todos têm muito a ver.

⁶ Modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos minerais e energéticos, pode-se também ver os termos de reprimarização econômica.

⁷ Trata-se, neste caso, do extrativismo do ouro, no qual a Colômbia ocupa a décima primeira posição entre os países produtores no mundo. Essa posição foi alcançada graças ao fortalecimento do ideário da Colômbia como um país de desenvolvimento mineiro-energético (como se pode evidenciar nos mapas de títulos e concessões mineiras na Colômbia que se apresentarão mais para frente nesse mesmo texto).

⁸ A Locomotora é composta de cinco eixos fundamentais: Infraestrutura, Moradia, Mineração, Agricultura e Inovação.

PROJEÇÃO E PRODUÇÃO DE OURO NA COLÔMBIA 2000-2020 (T)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
26,4	30,6	32,5	29,7	27	27,9	30	45	43,6	47,7	51,4
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
53,5	59,3	64,3	66,8	69	73,7	76,8	79,6	80,5	106*	

Tabela 2- Projeção e produção do ouro na Colômbia 2000-2020.

(T) Tonelada.

* Dado aproximado.

FONTE: <http://www.simco.gov.co/simco/Portals/0/Otros/Proyecciones%20de%20producci%C3%B3n%20%282008-2019%291.pdf>

“não queremos terra, queremos território” (PORTO-GONÇALVES, 2008:156).

O Bajo Cauca tem como problema generalizado a alta concentração da terra (tabela 1), associada em grande medida à violência, ao narcotráfico, ao negócio do gado extensivo e à exploração mineira, entre outros. O conflito interno é estimulado pelo Estado, pelos grandes capitais e pelas forças insurgentes que contribuem para incrementar as desigualdades, graças também à fraca presença do Estado e com corrupção dos governos locais. É este contexto da sub-região que tem dificultado a construção e a consolidação dos processos e organizações das comunidades às quais resistem aos projetos de desenvolvimento e são deslegitimadas afetando a estabilização das redes e do dinamismo dos processos sociais.

Bajo Cauca.	
Entre 77 e 75% do total	Propriedade rural privada
25% do total	Pertence ao Estado e instituições
2a região de Antioquia	Menor quantidade de proprietários
9% grandes proprietários	Tem mais de 200 hectares cada um, equivalente a 51% do total
58% medianos proprietários	Tem entre 20 e 199 hectares
4% médios proprietários	Tem menos de 20 hectares

Tabela 3- Distribuição da estrutura fundiária no Bajo Cauca.

Obs. Elaboração própria.

Questões como a posse da terra para as diferentes formas de produção na área rural têm criado conflitos em diversas direções. No caso do município de Caucasia

pode-se dizer que faz farte de sua configuração socioeconômica e territorial, pois estes conflitos são entre fazendeiros, pecuaristas, mineiros, pescadores, agricultores, Estado, grupos armados: é uma gama muito grande de relações díspares que vão em direções paralelas, convergentes e divergentes ao mesmo tempo. Por isso que talvez gerar uma descrição em uma única direção sobre o que acontece nesse município é redutivo pela complexidade das conexões entre os assuntos, assim também como, segundo o POT “os problemas sociais associados à falta da terra têm efeitos ambientais importantes porque geram desalojamentos e pressões nas reservas florestais que existem atualmente no Bajo Cauca”.

Parte desse conflito pela terra é gerado pela posse de títulos para mineração. Cifras da Agência Nacional de Mineração indicam que, a corte de 26 de agosto de 2013, tinha registrado 239 títulos para mineração vigentes, que nos municípios de Tarazá, Nechí, El Bagre, Cauca e Cáceres abarcam 349.921 hectares, equivalentes ao 40,8% do território. Destes estão sendo explorados pelo menos 23.605 hectares, a maior superfície destinada à atividade da mineração no departamento.⁹ (Cómo restituir en el convulsionado Bajo Cauca antioqueño, 2014:8) (Tradução livre).

Uma situação que se refere ao contexto da ilegalidade em relação à exploração do ouro não só de aluvião, é a questão das regalías, uma vez que recentemente se descobriu pelo Ministério de Minas a referência à extração de ouro em um município que nunca tem tido tradição nem título mineiro. Isso acontece porque empresas e pessoas não declaram a atividade no mesmo município onde fizeram a exploração mineira que, portanto, fica privado das regalías.

Seguir o rastro das regalías¹⁰ que correspondem ao município onde é explorado o ouro é bem difícil e igualmente difícil seguir as formas de subornos (tabela 2) que são pagos pelas empresas mineiras, sejam grandes, pequenas ou médias inclusive pelos mesmos garimpeiros. Como visto, se há municípios que recebem regalías sem ter extraídos uma só grama de ouro, têm também lugares como Cauca que recebem regalías, mas esses recursos não à população.

⁹ <http://www.verdadabierta.com/tierras/la-lucha-por-la-tierra/5091-como-restituir-en-elconvulsionado-bajo-cauca-antioqueno>

¹⁰ Assunto tratado pela Lei n. 141 de 1994, pela qual se cria o Fundo Nacional de Regalías, a Comissão Nacional de Regalías, regulamentando o direito do Estado a receber as regalías da exploração de recursos naturais e não renováveis, se estabelecem as regras para sua liquidação e distribuição e se ditam outras disposições.

Subornos no Bajo Cauca antioqueño.		
Organizações criminais	Ingresso de maquinas	Suborno mensal
Paisas, Urabeños e Ratrojos, FARC	1.000.000 a 7.000.000 milhões de pesos	2.000.000 a 10.000.000 por máquina ou lugar de trabalho

Tabela 4- Subornos pagos pela atividade mineira no Bajo Cauca.
Elaborada em base a Giraldo e Muñoz 2012.

O INDERENA¹¹ declara a sub-região no ano de 1986 em estado de EMERGENCIA AMBIENTAL pela exploração do ouro, com a Resolução 0717 ainda vigente.

A partir do ano de 1986 inicia uma campanha educativa por parte do Estado voltada para a questão da mineração, por meio da qual se busca conscientizar os mineiros sobre os efeitos nocivos da atividade e sobre a necessidade de ter uma regulamentação mínima. Desta campanha o que restou é a consciência das consequências já vividas pela realização da exploração do minério sem nenhum controle.

A atitude tomada pelos representantes das questões ambientais das empresas em relação à questão dos licenciamentos ambientais alegando falhas nas evidências científicas, demonstradas pelas comunidades e pelo mesmo Estado resultou no incremento das licenças passando de 1.047 hectares de terra explorada no ano 2002 para mais de 8.444 hectares no ano de 2009 em poder das empresas mineiras, segundo dados oficiais. Considerando que com muita probabilidade há dados ainda não oficiais a serem computados, não há dúvida de que as licenças sejam assinadas até de forma forçada para justificar a viabilidade dos projetos, já que sem provas científicas não há como impedir que os projetos sigam em frente, deslegitimando evidências, entre outras, de natureza cultural, social e política.

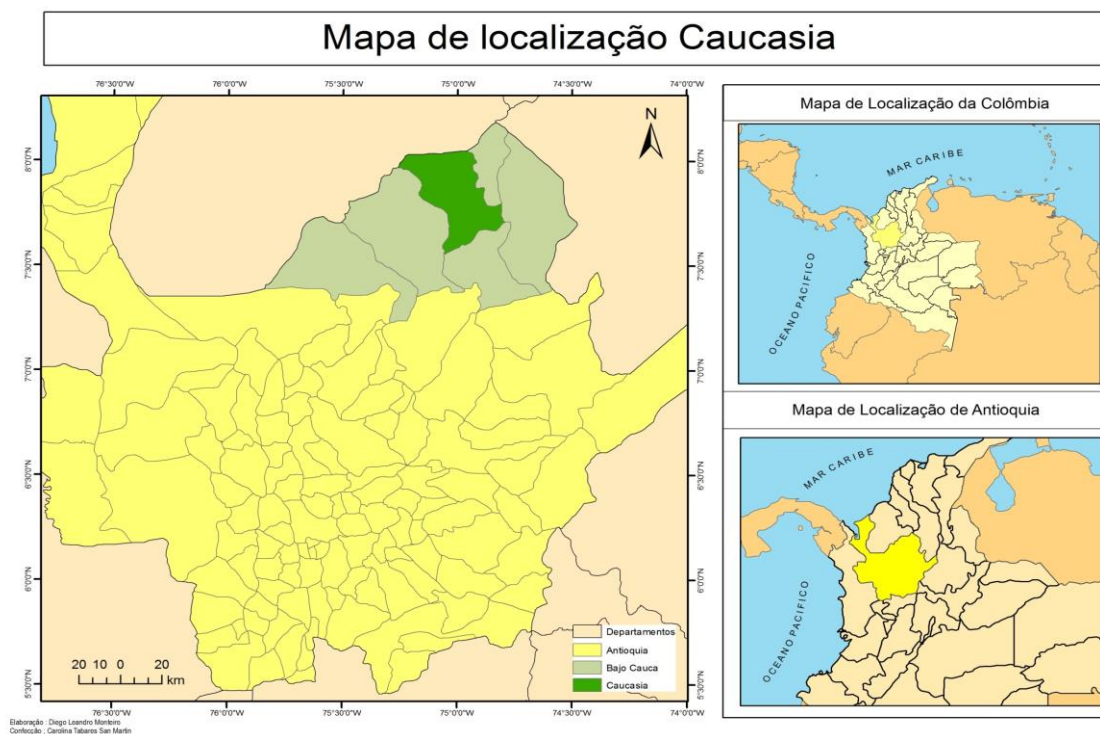
¹¹ Emergencia declarada pelo Instituto Nacional De Recursos Naturales; para mais informação pode-se procurar CORNARE ou o I Simposio nacional sobre el impacto socio ambiental de la explotación imprevista del oro Caucasia Antioquia, Octubre. 4, 5, 6 de 1995.

No município de Caucasia (Antioquia), a *Locomotora Minero-Energética* constitui uma problemática enquanto a) representa um modelo de desenvolvimento econômico que está orientado para o extrativismo, b) desenvolve a extração depredadora de um bem natural não renovável e realiza a conversão dos bens¹² naturais em recursos naturais, c) se baseia na acumulação por despossessão, por meio da violência e da apropriação irregular do território, gerando a desterritorialização e desalojamento das comunidades *Anfíbias*, já que ocupam o mesmo espaço- Rio Cauca e o Rio Nechí- para realizar suas atividades extrativistas da exploração do ouro de aluvião e d) a *Locomotora Minero-Energética* como invenção própria do governo conta com todas as facilidades para conseguir os títulos para mineração que são ainda concedidos de maneira irregular¹³.

No hemisfério Sul, na América do Sul, a Colômbia é um país que conta com uma divisão político-administrativa de 32 departamentos entre os quais está o departamento de Antioquia localizado ao noroeste do país. Como parte de um dos 125 municípios de Antioquia, encontra-se Caucasia (mapa 1)–campo desta pesquisa- cujos limites são, ao norte, o departamento de Córdoba, ao sul com o departamento de Zaragoza, ao oriente com os departamentos de Nechí e El Bagre e ao ocidente com o departamento de Cáceres.

¹² Usa-se este termo para fazer referência a um bem comum da humanidade diferenciando-o, do termo recurso utilizado dentro da lógica do extrativismo como mercantilização da natureza.

¹³ Com a compra dos títulos para mineração ao melhor preço, com corrupção, com ajudas políticas dos governantes de turno.



Mapa 1- Localização de Caucazia

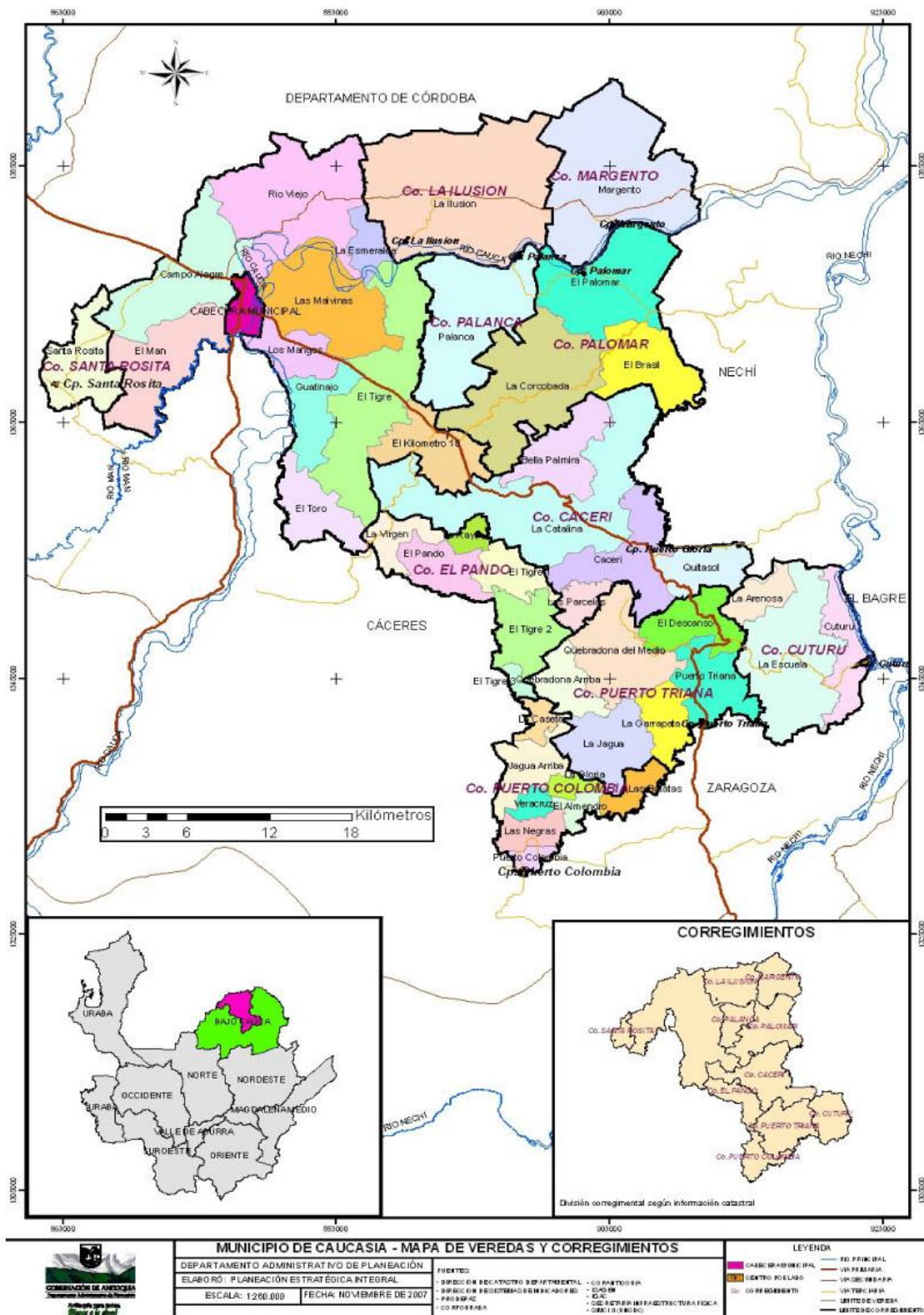
Caucazia (mapa 2) é um município central da sub-região do Bajo Cauca¹⁴ (mapa 3), formada pelos municípios de Tarazá 1.560 km², Cáceres 1.973 km², El Bagre 1.563 km², Zaragoza 1.064 km², Nechí 914 km² e Caucazia 1.411 km², para um total de 8.485 km². A sub-região¹⁵ encontra-se localizada ao nordeste do departamento de Antioquia. O Departamento de Antioquia com suas nove Sub-regiões (Bajo Cauca, Magdalena Medio, Nordeste, Norte, Occidente, Oriente, Sudoeste, Urabá e Valle de Aburrá) soma uma extensão de 63.612 km², com 5.562.885 habitantes, 125 municípios e 286 distritos, além de 4.473 *veredas*¹⁶. Esta subdivisão do território em sub-regiões deve-se à importância que exerce para facilitar a governança local em termos políticos e administrativos.

¹⁴Se bem que a região do Bajo Cauca que vai se estudar nesse trabalho faz parte só de um fragmento de todo esse grande Bajo Cauca que vai além das delimitações territoriais estabelecidas oficialmente, pois como Bajo Cauca é compreendido um território muito mais amplo, um território além das fronteiras demarcadas no mapa.

¹⁵Se entende sub-região como um grupo de municípios que compartilhem as mesmas características sociogeográficas; Esta subdivisão do território em sub-regiões deve-se à importância que exerce para facilitar a governança local em termos políticos e administrativos.

¹⁶ É um termo usado na Colômbia para definir um tipo de subdivisão territorial nas zonas rurais, que também leva em consideração a quantidade de habitantes.

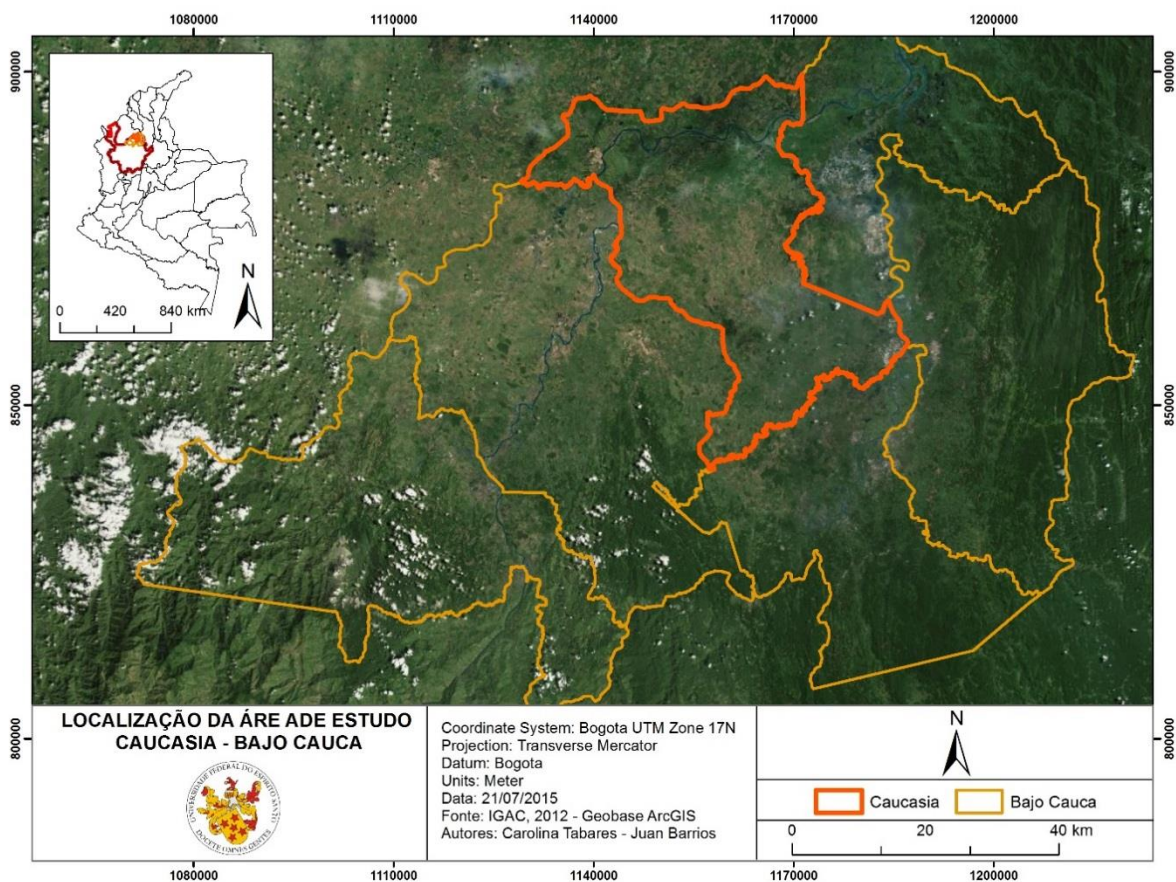
Formando uma das nove sub-regiões (mapa 4) em que se divide este departamento. Está situada nos últimos contrafortes da cordilheira central, zona compreendida entre as margens do Rio Cauca, a serra de Ayapel e San Lucas, nos limites com os departamentos de Córdoba, Sucre e Bolívar.



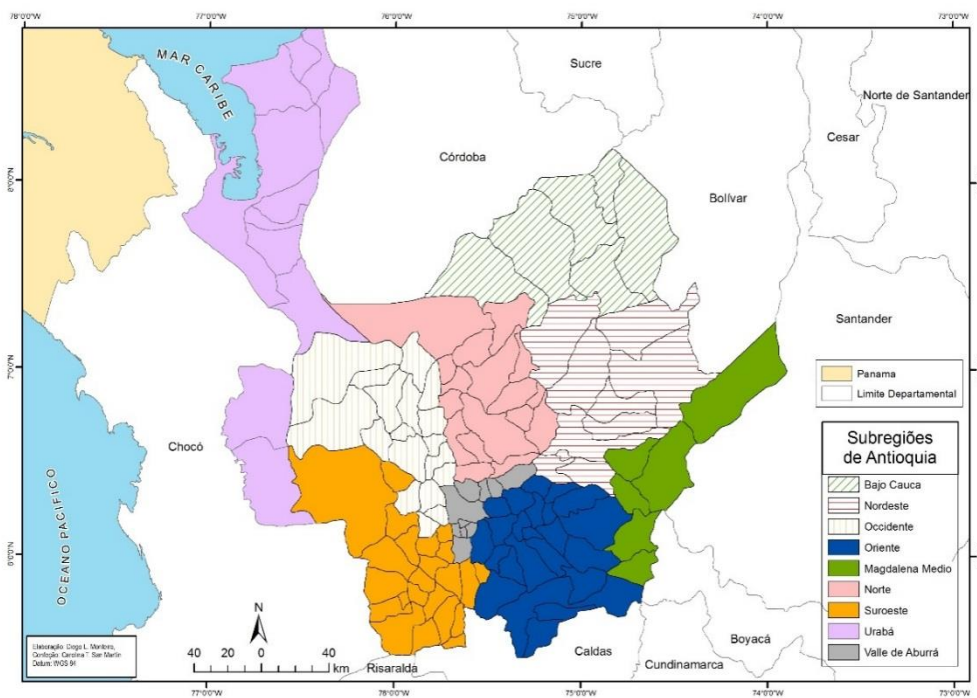
Mapa 2- Caucaia: división político-administrativa

Departamento Administrativo de Planeación.
 Elaboración: Planeación Estratégica Integral.
 Escala: 1 260 000.

<http://www.historiadeantioquia.info/zonas/subregion-bajo-cauca/caucaia-2.html>



Mapa 3- Sub-região do Bajo Cauca



Mapa 4- Sub-regiões de Antioquia.

O Bajo Cauca com 4,4% da população departamental é a quinta sub-região e a mais povoada do departamento, constituída por 6 municípios, 28 distritos e 268 *veredas*.

Caucasia tem a maior população da sub-região, sendo que a população indígena entre urbana e rural é de 1.185 indivíduos, 559 na área urbana e 626 na área rural. É o segundo município da sub-região do *Bajo Cauca* com maior desalojamento forçado, com 5.548 indivíduos (no período entre 2006-2010), e mostra uma população com altos índices de NBI (Necessidades Básicas Insatisfeitas) entre as que se encontra 52,41% da população considerada como pobres e 21,78% da população em condição de miséria, representando para a sub-região do Bajo Cauca em relação ao departamento de Antioquia 58,96% no índice de pobreza.

Esta pesquisa tem como objetivo central descrever e analisar as formas de produção de territórios de resistências das *Culturas Anfíbias*, e suas formas de organização social-territorial no regime da acumulação por despossessão capitalista, ligado ao modelo extrativista do ouro que realizam as empresas que fazem parte da *Locomotora Minero-Energética* do país em Caucasia.

Os questionamentos e objetivos específicos que guiarão esta pesquisa serão os seguintes: a) quais são as lógicas, os interesses e as dinâmicas do modelo de desenvolvimento econômico extrativista que se produzem em Caucasia; b) como se evidencia a acumulação por despossessão na configuração social e territorial de Caucasia; c) como se manifesta a produção do território das comunidades Anfíbias Caucasia; d) como é afetada a configuração social, política, econômica, territorial e espacial, a partir das lógicas, dos interesses e das dinâmicas da construção territorial gerados pela *Locomotora Minero-Energética*; e) qual é a trajetória das organizações alternativas e dos movimentos das *Culturas Anfíbias* ao modelo de desenvolvimento econômico extrativista das empresas.

Se Considera importante este pesquisa para dar visibilidade as formas de resistências construídas através da continuidade das práticas das comunidades de pescadores, anfíbias, dos camponeses das águas como crítica e alternativa à construção territorial das empresas que vêm fazendo parte da *Locomotora Minero-Energética*, através do modelo econômico extrativista do ouro e da água; como um estudo qualitativo e quantitativo de diagnóstico dos danos causados por estas empresas à natureza, às grandes desarticulações sociais, políticas, territoriais,

culturais das comunidades afetadas; e finalmente, este trabalho será relevante, por sua especificidade e originalidade, no sentido em que não se tem até o momento conhecimento de estudos que desenvolvem uma análise crítica das situações vivenciadas a partir das problemáticas que trazem esses dois grandes fatores, um da mineração do ouro e o outra da criação de uma hidroelétrica²³ chamada HidroItuango águas no montante do rio.

Para compreensão das alternativas presentes na organização social destas comunidades e permanência de suas práticas e saberes, é importante realizar uma análise do processo histórico das lutas às implantações dos fluxos e das lógicas do capital, da trajetória destes movimentos na construção territorial de Cauca no Bajo Cauca antioqueño, das formas de organização e mobilização dos Pescadores, camponeses das águas, anfíbios desta região.

²³ Projeto hidroelétrico de grande magnitude que afetaria notavelmente as populações ribeirinhas de todo o rio Cauca.

PERSPECTIVAS E REFERENCIAIS TEÓRICOS

O território como produto social

“O território é uma construção social realizada de maneira consciente por grupos humanos que *têm como objetivo* o âmbito natural em que ocorre sua reprodução como sociedade” (Marx 1986, apud Damonte, 2011:13). (Tradução livre).

Segundo Damonte, o território se compõe de três partes essenciais para sua configuração: um *espaço*²⁸ *social*, umas *narrativas territoriais*²⁹ e sua composição mesma de *território*³⁰, pois:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como foi afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Precisamente, porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (FERNANDES:3)³¹ (tradução livre).

As configurações territoriais evidenciadas no município de Caucaasia no *Bajo Cauca antioqueño* mostram como pode diferenciar os territórios instaurados desta forma tripartida, o que não quer dizer que entre os territórios não existam interconexões. No primeiro campo da configuração territorial foram encontrados os que podem chamar de territoriais oficiais criados pelas administrações locais como a prefeitura do município de Caucaasia, o governo do departamento de Antioquia e o mesmo Estado Nacional³² da Colômbia (ANDERSON, 1993:23), em que as administrações, as divisões e os gerenciamentos do território geralmente não correspondem com as formas que se geram a partir de comunidades de Pescadores. Como segundo

²⁸ Baseado no conceito de território de Lefebvre (1991) mencionado em Damonte (2001:18) todo espaço está carregado como espaço social.

²⁹ O autor define estas narrativas textualmente como aquelas “Onde se integram discursos e práticas sociais que têm dimensão territorial explícita e evidente, produzindo espaços sociais não delimitados.” (DAMONTE 2011, p: 19). (Tradução livre).

³⁰ Existe em base às construções sociais, em que fixam limites e pelo qual se determina o espaço físico-social, sendo permeado por uma ou várias *narrativas territoriais*.

³¹ <http://web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-5.pdf>

³² O autor aceita que é difícil dar uma definição clara ou pelo menos compatível cientificamente com a ciência contemporânea, é por isso que ele vai chamar a atenção sobre o esforço recente, desde os Estados modernos insistirem na existência de uma nação, de uma nacionalidade e de um nacionalismo. Par tanto o autor propõe pensar na nação como “uma comunidade política imaginada como inerente, limitada e soberana”.

campo, encontram as configurações territoriais criadas pelo modelo Extrativista cujas características são a desapropriação de terras das comunidades locais, além das desarticulações sociais, econômicas e políticas conseguindo alterar as dinâmicas existentes com a chegada destes novos empreendimentos. Como terceiro elemento se encontram as manifestações territoriais geradas a partir das visões do mundo das comunidades de Pescadores, nas quais o território é interpretado como o lugar em que se desenvolvem não só as atividades econômicas, sendo um lugar de vida, de cultura, de territórios construídos a partir das noções como o Bem Viver.³³

Como os territórios se constroem de forma Multidimensional e Multiterritorial (ambos os conceitos serão abordados mais adiante), é importante esclarecer que de igual maneira o conceito que se desenvolveu nestas linhas corresponde ao de Região, podendo afirmar que ela não só não é definida, entendida, construída e imaginada por um único ator, senão que simultaneamente se encontram várias regiões convergindo ao mesmo tempo e no mesmo espaço.

Multiterritorialidade, Multidimensionalidade, Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização (TDR)

Através das categorias da *Multiterritorialidade* e da *Multidimensionalidade* ganha visibilidade a diversidade de formas na qual se pode entender e manifestar os territórios, no domínio do poder que não se exerce somente no campo político, mas alcançando sua dimensão mais simbólica (HAESBAERT, 2004:1). A categoria de *Multiterritorialidade* faz referência à concepção de totalidade, materializando-se em um mesmo espaço múltiplas *Intencionalidades* (FERNANDES, 2013:283) que representam as visões do mundo nos territórios, ou seja, é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Esta descrição contraria a lógica de um território “uni-funcional” veiculada pelo capitalismo no Extrativismo. As referências à *Multidimensionalidade* (opressão e resistência, expansão e destruição) mostram que um mesmo espaço é dado por suas

³³ Baseado em princípios ancestrais indígenas que têm como eixo o estabelecimento de relações simétricas/ convivência com a natureza.

divergências, por suas diferentes escalas, pelo conflito, pelos fluxos e refluxos. (FERNANDES, 2013:44).

A *Multiterritorialidade* e a *Multidimensionalidade* são ilustradas a partir das diferentes formações socioeconômicas que vão sendo construídas no município de Caucasia, seja a partir das comunidades que chegavam do litoral do Caribe colombiano, da cidade de Medellín, capital do departamento de Antioquia, das populações afrodescendentes vindas do departamento de Chocó, na fronteira com departamento de Antioquia, como também dos grupos indígenas Zenú, Embera Catío e Embera Chamí que chegaram na região fugindo da violência gerada pelo conflito armado em meados do século XX em seus lugares de origem (Córdoba e Antioquia). Todos estes territórios construídos como *Territórios Plurais*³⁴ (ZAMBRANO, 2001:30) contêm a multiplicidade, entendida a partir das interações e mudanças sociopolíticas, pelas quais se produzem os conflitos e as diferentes formas de identidade coletiva.

No município de Caucasia, os multiterritórios são produzidos a partir das comunidades de pescadores e das empresas extrativistas. No caso da *Multidimensionalidade*, são diversas as formas e as dimensões dos territórios de pescadores na atividade da pesca, dos extratores de areia na atividade da extração de material para a construção, dos garimpeiros na atividade da extração artesanal do ouro de bateia e do extrativismo do ouro por meio de empresas³⁵. Todos estes sujeitos estão presentes no mesmo território nas múltiplas e diversas formas de sua produção.

A escala faz referência às formas de relações territoriais e mostra como e qual é a medida da disputa de cada um dos grupos que debatem o território ou os territórios, considerando as condições de obtenção do mesmo e o exercício do poder. Para esses territórios em disputa FERNANDES (2013) propõe três categorias que se inter-relacionam dentro da concepção de totalidade. A primeira categoria é a do *espaço de governança* (o Estado Colombiano, o Departamento de Antioquia, a sub-região do Bajo Cauca, o Município de Caucasia); a segunda, o *espaço da propriedade* como fração da primeira categoria, imerso nas relações de poder.

³⁴ Proposta implementada a partir da Constituinte do ano de 1991 da República da Colômbia, com o fim de dar interpretação às novas realidades territoriais. (ZAMBRANO, 2001:10).

³⁵ empresas das quais se tem conhecimento até o momento, instaladas no município de Caucasia.

Diferente da permanência que caracteriza as duas primeiras categorias, a última e terceira categoria denominada *relações* é como um fluxo que comporta o conflito originado na contradição entre as formas diferentes dos processos de *Territorializar* e *Reterritorializar* os espaços.

As configurações materiais e imateriais do território obedecem às intencionalidades e às diferentes dimensões das relações sociais na busca pelo poder³⁶. Na interação destas intencionalidades no espaço se abre o que Fernandes em seu texto “Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” (NASCIMENTO,2011) denomina como TDR (Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização). Estes processos geográficos, de forma resumida, se dinamizam da seguinte maneira: 1) a *Territorialização* é resultado da expansão do território, contínuo ou sem interrupções, enquanto que a territorialidade é a manifestação dos movimentos, das relações sociais constroem os territórios. Como tal, esta territorialidade pode ser local ou deslocada, e ambas podem acontecer simultaneamente, uma vez que a primeira forma de territorialidade se descompõe em simples ou múltipla; 2) a *Desterritorialização* -é uma espécie de mito- ocorre quando uma territorialidade não se pode exercer (HAESBAERT, 2004:1), por sua incapacidade de reconhecer a Multiterritorialização dos grupos sociais. Os elementos da análise da Multiterritorialidade realizada por Haesbaert mostram que está contém as diversas formas tanto de apropriação como de dominação dos diversos grupos envolvidos; 3) a *Reterritorialização* é a maneira na qual uma territorialidade já existente volta e ser exercida.

Retomando as ideias iniciais deste eixo pode entender primeiro, a importância de reconhecer a territorialidade e seu caráter múltiplo, e em segundo lugar, como os processos geográficos anteriormente mencionados (TDR) por Fernandes, fazem parte integrante dos processos sociais exercidos no município de Caucasia, tanto pelas empresas da exploração do ouro como da água pelas comunidades anfíbias. As dinâmicas dos processos geográficos analisados por Fernandes ajudam a pensar o seguinte: 1) que a *Territorialização* como resultado da expansão do território se leva a cabo constantemente com as atividades *extrativas* do ouro, da pesca e

³⁶ O poder no sentido do empoderamento, de um protagonismo de fato.

material de construção, realizadas no processo de territorialização do Rio Cauca no município de Caucasia. Por exemplo, um pescador que não consegue pescar o suficiente para poder ter condições básicas de subsistência, tem que trabalhar como assalariado nas empresas da mineração ou às vezes em qualquer outra atividade, tais como pedreiro; 2) a *Desterritorialização* ocorre quando este mesmo pescador não pode realizar a pesca, por motivos diversos como a contaminação do Rio Cauca com o mercúrio utilizado na extração do ouro, quando não se respeitam os ciclos de crescimento dos peixes, quando são criadas áreas de proibição da pesca pelo controle territorial de grupos armados ou pelas empresas do ouro; finalmente a 3) *Reterritorialização* é a forma como o pescador volta a realizar sua pesca cotidiana e garantir seu sustento e suas relações com o bem comum.

A junção de *Intencionalidade* e Multiterritorialidade produz os espaços geográficos específicos e diferenciados, como se mostrará nos parágrafos seguintes.

Produção do território: Extrativismo e Cultura Anfíbia

A produção do espaço é o que entende como a intrínseca relação que se estabelece entre o homem e a natureza e vice-versa, por meio do trabalho socialmente produzido. Este espaço, como visto, vem sendo produzido diferencialmente de duas formas: por meio das empresas capitalistas, que têm como fim o lucro acumulativo; pelas comunidades locais de pescadores, quem têm como fim uma produção do espaço em interação com o meio ambiente, em um equilíbrio físico e espiritual (GOMES, 1991: 8). Na construção diferenciada da produção do espaço se geram disputas e conflitos.

A natureza desses conflitos e disputas é o que faz com que Caucasia seja um cenário onde se encontram produções diferenciadas do território, que pelas comunidades de Pescadores se constrói em forma de *apropriação* e pela produção capitalista das empresas extrativistas em forma de *dominação*.

Esta *última forma de produção* se intensifica a partir da adoção do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal gerando grandes mudanças no nível social,

político e territorial que trouxeram como consequência para a Colômbia sua afirmação como um país focado economicamente para o setor Minerio-Energético exportador, intensificando a venda dos títulos de terras para esse fim.

O capital por meio da expansão das empresas ampliou no espaço seu espectro, ultrapassando as fronteiras, expropriando e afetando as pequenas economias regionais, as diferentes culturas. Intensificou a exploração da força de trabalho, na natureza e nos homens, criou a abstração do trabalho. Estes elementos definidos por Marx em seu último capítulo do primeiro volume de “O Capital” 2013, e mencionados por Harvey no capítulo IV, de seu livro “A Produção Capitalista do Espaço” 2005, constituem o pilar do capitalismo moderno e sua maior contradição já que a estabilização do capital está na expansão geográfica e na dominação territorial, mostrando que:

O capitalismo instalou-se por intermédio do despojo violento da terra dos camponeses, do saque das colônias, do extermínio das populações indígenas, da imposição sangrenta aos operários, da disciplina capitalista de trabalho. No dizer de Marx (O Capital): “a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (GOMES 1991: 50).

As modificações na configuração sociocultural que se estabelecem no espaço do capitalismo, são dadas pelas necessidades de expansão do capital. É constante a recreação do espaço em outras regiões segundo novas necessidades de novos produtos, e essa recreação é cada vez mais rápida e agressiva, mas não cria vínculos nem relações na mesma medida em que estabelecem as comunidades de pescadores, as demais comunidades tradicionais, os camponeses, os indígenas e os quilombolas.

Ali, o regime capitalista choca-se contra a resistência do produtor, que, enquanto dono de suas próprias condições de trabalho, usa o trabalho para enriquecer a si mesmo ao invés do capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se manifesta ali em uma luta entre eles. Onde o capitalista tem atrás de si o poder da mãe-pátria, ele procura limpar, pela força o caminho dos modos de produção e apropriação, baseado no trabalho independente do produtor (Marx, 1967, vol. 1: 765) (HARVEY, 2005: P 61).

Os bens e as mercadorias produzidas precisam da “criação de infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital” (HARVEY, 2005:111), além de um

sem número de meios e formas para poder concretizar a expansão da produção do espaço.

Quando faladas formas diferenciadas na produção do território, de uma perspectiva da dissociabilidade dos sistemas de ação e objetos, segundo SANTOS,2006 fala também de escalas. Como se mostrou nos parágrafos anteriores, a produção do território por parte das empresas do ouro e da água conta com formas de circulação e despossessão; obtém a apropriação de grandes terras, se expande segundo suas necessidades de produção de mercadorias, no mesmo tempo em que recria os territórios ao seu modo com fins de lucro. A produção do território por parte das comunidades de pescadores conta com elementos como a circulação dos seus produtos por redes e entre seus objetivos não se encontra necessariamente o lucro, já que vender os peixes serve para poder comprar outras coisas que não são produzidas ou extraídas da natureza, e, geralmente o tamanho de suas terras é menor do que a apropriação feita pelos proprietários de terras.

As produções do território dos grupos que configuram as comunidades de pescadores realizam suas apropriações, produções e reproduções como *formas de trabalho tipicamente não capitalistas* (FRAXE, 2000:64). Partindo do que é comum ou compartilhado entre estas comunidades, suas percepções do espaço são sua própria vivência e pertencimento ao lugar, sua casa não é só seu lar, a natureza faz parte de seu lar, e sendo parte desse conjunto, as relações que as comunidades anfíbias estabelecem são diferenciadas não só entre as comunidades de pescadores, senão igualmente com as empresas do ouro e da água com as quais se estabelece uma incompatibilidade entre os modos de produção do modelo extrativista da exploração aluvial do ouro.

Por meio do trabalho socialmente necessário, os pescadores (foto 1- ANEXO em CD) constroem e vivem seus territórios a partir da atividade extrativa principal que é a pesca de peixes, como o *bagre*, *dourado*, *bocachico*, entre outros realizando ainda o corte da *buchona*³⁷- planta aquática de rápido crescimento que gera o processo de eutrofização³⁸ que impede a pesca. Fazem também acampamentos móveis (foto 2-

³⁷ Buchón Cucharita (*Limnobium laevigatum*), pertence à família Hydrocharitaceas. É uma espécie muito comum em várzeas e lagoas.

³⁸ Fenômeno causado pelo excesso de nutrientes (compostos químicos ricos em fósforo ou nitrogênio) em uma massa de água, provocando um aumento excessivo de algas.

ANEXO em CD) próximos da beira dos pântanos nos períodos da pesca. Suas atividades são cíclicas relacionadas ao clima e aos tempos de reprodução dos peixes, com o fim de evitar a pesca predatória. Os extratores de areia (foto 3- ANEXO em CD) se concentram na atividade de extração de material para construção, como areia, pedras, argila, entre outros, vendidos e utilizados localmente. Os garimpeiros (foto 4 e 5- ANEXO em CD) utilizam artesanalmente a prática ancestral indígena para extrair ouro a bateia. Conseguem garantir sua subsistência, mas o preço da venda do ouro é inferior ao preço pago para as empresas e suas atividades vêm sendo criminalizadas por não possuir o título do terreno de onde extraem o ouro. A garimpagem é entre as três comunidades que mais têm grupos de idades e de gênero, o que as diferencia das outras também por ter tido seu apogeu e maior valorização econômica desde finais do século passado. Finalmente é importante mostrar que não necessariamente fala de produções do território isoladamente por parte destas comunidades senão que estas constantemente estão atuando em interação com as externalidades e suas localidades. Suas identidades *Anfíbias* as tornam mais moveis na construção territorial, no seu trabalho entre a terra e a água.

“*Renda da Terra Molhada*” (absoluta)³⁹e “*Renda da Água*” (não absoluta)⁴⁰ são categorias utilizadas por FRAXE (2000: 113) com potencial heurístico para as comunidades de pescadores na observação participante em campo. A *terra molhada* faz parte da beira das águas às vezes apropriada e ou “roubada”, como no caso das beiras do rio Cauca no município de Caucasia, pelas comunidades de pescadores, para fins de exploração da terra, para sua apropriação, inclusive com a criação de búfalos, como ocorrido também no rio Solimões no Brasil (FRAXE, 2000:28), onde os búfalos ao pisar a terra molhada e torná-la firme ampliam o campo de ação extensiva do negócio do gado.

“A *terra molhada* e a *água* não são produtos, não são bens do trabalho assalariado, nem de uma nem de outra forma de trabalho” (FRAXE, 2000:113), muito pelo contrário ambos são *Bens Naturais Comuns* finitos, que não podem ser reproduzidos

³⁹ Corresponde às possibi

⁴⁰ Corresponde às não po:

nem pelas comunidades de pescadores nem pelas empresas do ouro e da água.

Entendendo como as comunidades de pescadores realizam apropriações da água e da terra molhada para produção de suas formas de vida, será importante entender quais e como são realizadas as atividades de trabalho integradas entre a água e a terra que os convertem em *Homens Anfíbios*, entendendo desta forma a produção do território que estas comunidades realizam com seu trabalho.

As apropriações que as comunidades de pescadores, homens anfíbios, ou camponeses das águas (FRAXE:2000) segundo diferentes definições deste grupo social, realizam da água como recurso primário da produção de suas formas de vida, guardam semelhança com as atividades da terra, no sentido de que ambas estão envolvidas na emergência de conflitos entre formas de apropriação e domínio. Estes conflitos continuarão enquanto rios, lagos, várzeas, lagoas e nascentes de água para as comunidades permanecerem Bens Naturais Comuns e alvo das explorações comerciais e industriais.

Modelos de desenvolvimento em disputa

Estes modelos de desenvolvimento se impõem de modo autoritário, negam-se a reconhecer os povos originários e as comunidades que ocupavam tradicionalmente os territórios, na base de uma determinação dos usos dada pelo tipo de serviço e de infraestrutura, despossuindo- o das relações tradicionais⁴¹ dos sujeitos produtores de seus territórios que, neste caso, não dizem respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (HAESBAERT, 2004:4).

Nos parágrafos anteriores foram colocadas questões sobre os significados de território, suas formas de apropriação e a produção do espaço e os conflitos que se apresentam a partir das formas diferenciadas desta produção. O que se propõe dar continuidade nesta parte é pensar nas disputas que acontecem a partir dos modelos de desenvolvimento propostos pelo capitalismo que entram em confronto com as formas originadas fora do mesmo, como é o caso do *Etnodesenvolvimento, o Bem*

⁴¹ Este termo será usado como referência às relações que conseguem estabelecer as comunidades de pescadores com seu espaço e em seus processos de territorialização.

Viver, A Lei da Mãe Terra, A Pachamama, o Swahili africano, ou “Despertar com ação” Maya guatemalteco, entre outras formas de denominar estas concepções. De modo geral pode destacar no caso do desenvolvimentismo seu caráter hegemônico, além de estar pautado no extrativismo (como mercantilização da natureza) dos *recursos naturais*, e na apropriação das forças de trabalho, enquanto no segundo caso, foram encontradas as relações da produção do território na garantia dos modos de vida (HAESBAERT, 2004:4) e na busca do lucro como secundário, sendo a natureza concebida dentro do marco dos *Bens Comuns*, (LITTLE, 2002:7). Neste caso, destaca-se o uso do termo *Etnodesenvolvimento* por seu caráter multidimensional de superação da visão estreitamente economicista (FERNANDES, 2013:54).

Entende-se por *Etnodesenvolvimento* a apropriação de conhecimentos, capacidades e recursos como base do desenvolvimento social e econômico e garantia para futuras gerações, como é o caso das comunidades de afrodescendentes na Colômbia que têm “defendido o Etnodesenvolvimento como uma alternativa para a exploração ambientalmente sadia dos recursos naturais. A remoção forçada assim como o confinamento (das comunidades locais) obrigam a abandonar estas formas de exploração e permitem a permanência dos modelos de desenvolvimento que destroem o meio ambiente e a possibilidade de sobrevivência cultural.” (CORTE CONSTITUCIONAL de Colômbia Sala Segunda de Revisão AUTO N° 005 de 2009) (tradução livre).

O uso de conhecimentos científicos e tecnologias podem incrementar o poder destas forças produtivas dentro do paradigma do desenvolvimento capitalista que se mostra como uma receita a seguir para alcançar o tão elogiado progresso, uma vez que, por exemplo, a produção de *comodities* tem acarretado a reprimarização na América Latina. É o caso do ouro em Caucasia, afetando diretamente a população local e desafiando a soberania do país, já que este tipo de produção está relacionada à utilização dos territórios dos países pobres e sua dependência tecnológica e econômica dos países ricos (FERNANDES, 2009: 11).

Ir além dos modelos dominantes de desenvolvimento, é dar uma pausa com o fim de gerar uma desconstrução crítica deste termo adotado pela economia dando-lhe força como sinônimo de crescimento. O conceito de desenvolvimento deveria ir muito

além de uma padronização hegemônica ditada desde o evolucionismo pelos fenômenos econômicos e políticos, na união com fenômenos marcados por trajetórias culturais, sociais, técnicas e naturais (em relação ao ambientalismo) (LINS, 1992:23).

O paradigma dominante moderno traz um desenvolvimento com “valor agregado”, na sustentabilidade que não é mais do que o “projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente”. Trata-se de uma “perspectiva produtivista” que visa preservar “um modelo de acumulação das riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem” segundo C. M. Carvalho (LINS, 1992:28), buscando uma “reeticização” manifestada supostamente pelo capital em sua preocupação com as gerações futuras.

A sustentabilidade nas comunidades de pescadores está associada ao baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas e ao cuidado com a salvaguarda dos *Bens Naturais*, enquanto os paradigmas da sustentabilidade que se abrigam no discurso do desenvolvimento envolvem as grandes escalas de apropriação dos *Bens Naturais* e comuns traduzidos pelo caráter mercantil do capitalismo em *Recursos Naturais*, no sentido da natureza como mercadoria.

A sustentabilidade se manifesta em seus diferentes sentidos através de um discurso maleável de acordo com os interesses sociais, políticos, econômicos, com os grupos, com as comunidades, as direções, as multiplicidades, os tempos e os espaços nos territórios produzidos. A sustentabilidade pode até não definir-se propriamente “sustentável”, senão que, pelo contrário, adquirir novos e particulares nomes e significados. Assim, “no capitalismo global atual o valor da terra como fator de produção parece ter sido sobreposto pelo valor inerente dos recursos guardados nela. A leitura que faz desta mudança marcada pelos interesses de exploração do capitalismo é como atualmente ela se concentra não somente na dominação das forças de trabalho, na capacidade e quantidade de terra para produção capitalista, mas também somando as forças produtivas na dominação da natureza. As comunidades de pescadores não se retiram diante do abismo socioeconômico criado com a implantação das empresas desenvolvimentistas, contam com suas próprias propostas sobre o que consideram como desenvolvimento, gerando alternativas de Etnodesenvolvimento como no caso das comunidades

afrodescendentes colombianas e das comunidades nas terras tradicionalmente ocupadas com suas formas de vida, entre a água e a terra, caracterizando sua cultura anfíbia.

A interdependência que se estabelece entre o homem e a natureza faz com que o espaço seja produzido de diferentes formas, dimensões e meios. Cada uma das dimensões *produtiva, histórica e social* possui características particulares, sendo interdependentes. Quando fala de dimensão *produtiva*, está se referindo ao espaço geográfico concretamente produzido, criado basicamente pelo trabalho socialmente necessário. Esse trabalho é estabelecido por uma relação pela qual as comunidades de pescadores participam de sistemas econômicos diferentes do sistema capitalista, determinando um modo específico de exploração dos Bens Naturais para um e dos Recursos Naturais para outro, assim como do trabalho humano, segundo racionalidades e intencionalidades específicas, sendo que o homem moderno tenta contrapor-se à natureza, como *poder natural* (DIEGUES, 2001:64). Referindo-se assim como o trabalho do homem é um trabalho de dominação, de manipulação, subjetivo (FRAXE, 2000:120) um trabalho da ordem do material, que “no estágio de plena maturidade das forças produtivas, elas rompem com as velhas relações de produção, substituindo-as por novas relações, produzindo um novo patamar no desenvolvimento histórico” (GOMES, 1991: 26).

A questão sobre a anulação do tempo pelo espaço que traz Harvey em seu texto sobre a produção capitalista baseada na teoria marxista, mostra que a acumulação do capital faz referência a como os capitais têm conseguido deslocar-se para outras geografias⁴² e como, uma vez instalados nestas geografias, continuam sua produção e reprodução. “Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital em uma escala expansível” (HARVEY, 2005:53).

Realizando reformas periódicas do espaço geográfico, esta apropriação constitui a tendência histórica geral do capitalismo, ao destruir e absorver os modos de produção não capitalistas. É característico nesta expansão geográfica que os

⁴² “A empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar diferenciais” (HARVEY, 2005: 143).

salários sejam baixos, que a terra e as matérias-primas sejam baratas.

(...) a acumulação de riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental, no outro polo; isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital (MARX 1967:vol. 1,cap.25) (HARVEY, 2005: P 111).

Os trabalhadores rurais⁴³ e autônomos, artesãos, comunidades tradicionais, são obrigados a substituir seus modos de produção familiar e comunitária pela mão de obra individual, do desemprego tecnologicamente controlado no qual:

o regime capitalista choca-se, por toda parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles (MARX, 2013: 835).

A história da expansão cada vez maior do sistema capitalista mostra-se como a história da falta de respeito às formas de relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais das populações nativas (LINS, 1999:28), por meio do que Harvey tem chamado de *Acumulação por Despossessão*, o que gera desemprego, péssimas relações trabalhistas e a destruição dos territórios camponeses, de comunidades tradicionais e indígenas. Aumenta cada vez mais o número de excluídos e o controle sobre os territórios destas e outras comunidades que criam e geram resistências e alternativas, para e com a *Desterritorialização* das relações sociais motivadas pelos interesses de reprodução e expansão do espaço capitalista, definindo Caucasia como uma região de mineração e de latifúndios.

Muitas empresas multinacionais realizam a acumulação por despossessão, devido à falta de terras em seus países de origem e ao excesso de capitais livres para investir. Esta característica de combinação de elementos antigos e sua permanência fazendo com que exista a exploração e a expropriação são elementos próprios do capitalismo em todas as suas fases.

⁴³ “Os modos de exploração em sociedades baseadas no trabalho rural tradicional também podem ser convertidos em subordinação formal e não real do trabalho sob o capital” (HARVEY 2005: 120.)

Ao longo da história do século XX, a questão da reforma agrária eclodiu também na Colômbia, como no resto da América Latina e do mundo⁴⁴, sendo que o problema fundiário fez parte dos planos gerados para trazer mudanças sociais tanto no campo como na cidade. Para quem lutava pela terra e o território como na atualidade ocorre com as comunidades de pescadores, isso implicava enfrentar a propriedade privada, o latifúndio e os proprietários de terras, em um conflito que só será resolvido com as respostas de uma verdadeira reforma agrária que infelizmente até hoje não acontece.

No ano de 2012, o Secretario Geral das Nações Unidas Francis Deng se pronunciou sobre a situação na Colômbia dos *desalojados forçosamente* em razão dos interesses econômicos nos quais “se fundamenta a violência e o conflito (que) são fatores que incidem na remoção forçada. Como parte de um processo denominado de “contrarreforma agrária” [...], a remoção forçada constitui com frequência um meio para adquirir terras em benefício dos grandes proprietários, narcotraficantes e empresas privadas que elaboram projetos em grande escala para exploração dos recursos naturais”, mostrando em definitiva que este processo não é indiferente às ações das multinacionais, já que elas compactuam dos mesmos interesses econômicos. Neste sentido, não se trata de coincidência encontrar em um mesmo território caracteristicamente muito rico em recursos naturais, vários interesses em jogo.

Na busca de mais respostas para solucionar a situação de pobreza⁴⁵ no mundo, os primeiros anseios ou a invenção mesma do desenvolvimento começa a aparecer na Colômbia no ano de 1949 por meio do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento com uma visita e diagnóstico econômico para a nação. O Banco destacava a importância da Colômbia que contava com uma oportunidade única em sua história, pois seus abundantes recursos naturais poderiam ser muito mais produtivos mediante a aplicação de técnicas modernas e práticas eficientes. (ESCOBAR, 2007:54).

⁴⁴ Pois as reformas agrárias no caso populares não foram implementadas, pois a expansão territorial do capitalismo precisa de terras onde possa colocar suas empresas.

⁴⁵ “Nas economias de mercado os pobres eram definidos como carentes daquilo que os ricos tinham em termos de dinheiro e possessões materiais; os países pobres chegaram a ser definidos de forma análoga em relação aos padrões de riqueza das nações economicamente mais adiantadas.” (ESCOBAR, 2007: 51) (tradução livre).

No contexto mais recente, o processo da globalização trouxe como consequência a expansão geográfica dos interesses econômicos capitalistas que necessitavam da subordinação do Estado para poder garantir o maior número de possibilidades de penetração, desencadeadas a partir do “desenvolvimentismo”⁴⁶ do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2007:52), modelo que visa à integração dos territórios com fins de exploração econômica conquistando os mercados mundiais incluindo os territórios indígenas e camponeses. (DAMONTE, 2011:14).

Terras tradicionalmente ocupadas e Cultura Anfíbia

Nas *Terras Tradicionalmente Ocupadas* se considera a diversidade de formas de existência coletiva dos povos e das comunidades tradicionais em suas relações com a natureza. O uso do termo *tradicional*, neste caso “não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização contínua, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como *Unidades de Mobilização*” (WAGNER, 2004:1). Deduz-se, portanto, a partir da determinação das *Terras Tradicionalmente Ocupadas* que estas tenham características de usos comunais. Sendo que a problemática em questão se dá quando “tais formas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros” (WAGNER, 2004: 2).

Apesar da análise de A. WAGNER se pautar em situações específicas, no Brasil, de comunidades quilombolas e povos indígenas, pode-se estender a perspectiva para o caso das comunidades tradicionais no município de Caucaasia na Colômbia, considerando que o autor afirma que a “diversidade das formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “*Terras Tradicionalmente Ocupadas*”, o uso comum aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo,

⁴⁶ Escobar revela os inícios e segredos do desenvolvimento, sua falha segundo Fals Borda no prologo de Escobar 2007, é que o autor não consegue dar um sinônimo (ao desenvolvimento).

agricultura, pesca e pecuária” (WAGNER, 2004:12). A importância da proposição de Wagner é que tanto suscita o reconhecimento e empoderamento destas comunidades quanto encaminha a luta social para a posse de suas terras tradicionalmente ocupadas.

As bases da discussão sobre as *Terras Tradicionalmente Ocupadas* estão contidas no texto da *Convenção 169* da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do ano de 1989, ratificada pela Colômbia através da Lei n. 21 de 1991. A Convenção, no ano de 2007, na sua 2ª edição, recupera o critério da autodeterminação das comunidades interessadas na declaração destas terras e o conceito de *Território* nos Artigos n. 15 e n. 16, com o fim de incluir a totalidade das regiões que os povos e as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam de alguma maneira. A inclusão do conceito pode ser considerado um avanço, uma vez que como foi dito anteriormente por FERNANDES, é pelo caráter de *Multiterritorialidade* e *Multidimensionalidade* que se compreende o uso do conceito de território.

Na mesma Convenção, destacou o conteúdo da PARTE II, correspondente ao tema das *Terras*, dos Artigos 13 até 19, com ênfase no Art. 14, parágrafo 1, no que se afirma que deve reconhecer aos povos interessados o direito à propriedade e posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e no Art. 15, parágrafo 2, onde se declara que, no caso em que a propriedade do solo e/ou subsolo pertença ao Estado, deve ter-se em conta o impacto dos povos interessados com futuras intervenções, devendo ser estes consultados antes de qualquer exploração dos recursos em suas terras e receber indenização equitativa para os danos acarretados⁴⁷. Soma-se à importância da autodeterminação dos diferentes grupos sociais, o reconhecimento das formas históricas de expropriação de suas terras desde o processo colonial, afetando numerosos grupos que persistem em reivindicar seus direitos sobre as terras contra a implantação de modelos agrários exógenos.

Ao tratar das *Terras Tradicionalmente Ocupadas* também se faz referência à importância das comunidades ou populações tradicionais, não no sentido museológico de suas características, mas enquanto trazem consigo saberes e

⁴⁷ Para ter mais informação sobre estes artigos veja a *Convenção 169* da OIT em: http://www.oit.org.pe/WDMS/bib/publ/libros/convenio_169_07.pdf.

práticas consolidadas nas relações entre si e com a natureza (DIEGUES, 2001:75). Finalmente mais do que questionar como classificar e enquadrar estes grupos dentro de específicas categorias tais como a de cultura tradicional, o que é mais interessante é entender como estas mesmas comunidades processam seu autorreconhecimento.

Não se trata de querer encontrar comunidades estáticas, senão de ter em conta a constante ocorrência de mudanças sociais:

seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de pequena produção mercantil. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (DIEGUES, 2001:93).

Uma vez que se dá conta da espacialidade destas comunidades nas denominadas *Terras Tradicionalmente Ocupadas*, será importante reconhecer as formas do uso dos *Bens Naturais* baseadas no respeito aos ciclos naturais, a habilidade de extrair da natureza o que está contemplado dentro de sua capacidade de recuperação, do rio, dos peixes, das plantas e dos sedimentos.

Os sistemas tradicionais de manejo da natureza não são só formas de exploração dos bens naturais, mas revelam a existência de complexos conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos através dos mitos, símbolos, práticas, por meio das quais as comunidades mantêm as formas do bem viver com a natureza (DIEGUES, 2001:85), fazendo referência específica aqui aos que FAXE denomina de *Homens Anfíbios*, um sujeito social que não pratica uma atividade única ou exclusiva, senão que utiliza como meio de produção mais importante a água.

Homens Anfíbios nos apresenta um complexo quadro da reprodução social de um grupo doméstico camponês; uma reprodução social que tem como marca perfeita a adequação do homem com a natureza, sem que sejam eliminadas as dificuldades de sobrevivência nem a rudeza do cotidiano do camponês. O lavrador tem que conviver, principalmente, com uma terra que fica submersa por quatro a cinco meses por ano. A reprodução da sua unidade familiar, neste sentido, depende de um rio, de uma “terra molhada” (várzea), e de uma “terra firme”, espaços que se misturam, criando uma

linha quase imaginária entre as superfícies terrestres e aquáticas (FRAXE, 2000: 11).

Nas relações com o território estas comunidades compartilham atividades híbridas que aqui serão chamadas de *Anfíbias*, como cultura (FALS), como Homens Anfíbios e Campesinos das Águas (FRAXE) que “conseguem não só retirar os meios de sobrevivência necessários, mesmo que escassos, da terra e da água, como também constroem uma rede de relações sociais e troca e de complementaridade no “mundo do trabalho” (FRAXE, 2000: 12).

Quando aqui se fala de Homens Anfíbios⁴⁸ e de sua cultura, trata da forma como os sujeitos trabalham tanto na água como na terra, condicionados pelas relações com a natureza, e outras determinantes socioculturais e econômicas. Esta definição não está necessariamente desarticulada daquela fornecida por FALS BORDA quando se refere à *Cultura Anfíbia*⁴⁹ que comporta “elementos ideológicos e articula expressões psicossociais, atitudes, prejuízos, superstições e lendas que têm a ver com rios, canais, barrancos, ladeiras, pântanos, lagoas e floresta pluviais; inclui instituições afetadas pela estrutura ecológica e a base econômica do trópico, como o povoamento em forma de linha pelas correntes de água, as formas e os meios de exploração dos recursos naturais, e algumas relações com a posse da terra” (FALS, 2002: 21b) (tradução livre).

Na categoria das comunidades de pescadores, em terras tradicionalmente ocupadas, pode-se utilizar o conceito de terras coletivas e de propriedade, no exercício da autogestão como uma forma que pode ser ou não reconhecida pelo Estado, mas que passa a conviver com outro tipo de propriedade, privada individual e as propriedades do Estado. Essas diferentes formas de propriedade têm modalidades diferenciadas de apropriação do território e é nestas diferenças que se deflagra a luta destas comunidades por seus territórios.

⁴⁸ No seu estudo FRAXE consegue mostrar nas fotografias o que ela define como *Homem Anfíbio*: a forma e o lugar onde se encontram as moradias deste tipo de comunidades, na beira dos rios.

⁴⁹ Em sua obra de 2002 “Historia doble de la Costa” tomo I, quando fala do Caribe colombiano da planície Momposina, na qual convergem os rios Nechí, Cauca, San Jorge e Magdalena. Aregião foi povoada originariamente pelos indígenas Panzenú, Finzenú, Zenúfana.

A identidade da cultura anfíbia geralmente não tem reconhecimento social nem político de suas diversas e específicas características e como estas se inter-relacionam, nas condições de ribeirão, camponês das águas, culturas tradicionais e outras. Se bem que cada um dos autores citados com suas definições de Cultura Anfíbia e ou de Homens Anfíbios, destaca características particulares e elementos comuns, serão utilizados para este estudo os elementos que convergem.

Para as comunidades de pescadores, a água é elemento central da produção e reprodução da vida, não só do ponto de vista material, senão também em relação à simbologia, às tradições, aos imaginários. O fato de viver perto do rio aumenta as possibilidades de interpelação dos ciclos deste Bem Natural, sendo que a água ocupa uma parte importante no desenvolvimento sociocultural além de suas outras atividades como cultivo e cuidado de animais realizados em terra firme.

Na cosmologia destas comunidades se encontram mitos sobre a proteção do bem natural da água, nas figuras de monstros e seres sobrenaturais como uma forma de advertências, lembrando o que não se deve fazer, por exemplo, em relação aos tempos de proibição da pesca. Estas narrativas veiculam valores diferentes dos que vigoram nas sociedades urbano-industriais, onde a água pode estar ou não dominada pelo homem. Os valores e as relações têm a ver com as formas culturais dos usos múltiplos e dos significados da água, que em Caucasia apresentam-se claramente em conflitos no âmbito econômico, político, social e cultural.

Poderia, a este respeito, recuperar os impactos dos projetos empresariais para as comunidades de pescadores, como também os conflitos entre as comunidades e no interior das mesmas.

Em defesa das formas particulares dos modos de vida, a comandante Kelly do movimento zapatista⁵⁰, afirma que para os povos indígenas, camponeses e rurais, a terra e o território são mais que meras fontes de trabalho e alimentos, são também cultura, comunidade, história, ancestrais, sonhos, futuro, vida e mãe. Porém, em Chiapas, como em muitas outras partes do México e do mundo (...) “tramam de

⁵⁰ É O Exército Zapatista De Liberação Nacional (EZLN), organização armada mexicana constituída por camponeses pertencentes aos grupos indígenas Chamula Tzeltal, Tojolabal, Chol e Lacandón. Em 1994 se rebelou, no Estado de Chiapas, embaixo da ordem de uma pequena cúpula militar, liderada pelo mestiço subcomandante Marcos. O nome do movimento faz honra ao revolucionário Emiliano Zapata.

espoliar as comunidades das terras e dos territórios recuperados, com seus exércitos, paramilitares, leis privatizadoras, autoridades jurídicas, agrárias, partidos políticos, falsos discursos conservacionistas e ambientalistas, biopirataria e contaminação com transgênicos, entre outros, tudo com o fim de converter em mercadoria privada a terra, os territórios, a biodiversidade, e a vida mesma (...) a luta em defesa da terra e do território é a luta pela vida e pela dignidade. Atrás de nós, estão vocês [sic] (COMUNICADO, 2007).

O Extrativismo⁵¹, os Movimentos Sociais e os Comitês

O extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a se pensar maxivamente há 500 anos. Com a conquista e a colonização de América, África e Ásia começou a estruturar-se a economia mundial: o sistema capitalista. Esta forma de acumulação extrativista esteve determinada desde então pelas demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente. Umhas regiões foram especializadas na exploração e outras na produção de matérias-primas, o que quer dizer de bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam a natureza, as segundas a importam. (ACOSTA 2012:2) (Tradução livre).

Como outra característica do extrativismo, esta forma de produção conta com uma notável heterogeneidade estrutural, mas sua volatilidade em relação aos preços das matérias-primas produzidas faz com que no mercado mundial, este tipo de economia primária-exportadora tenha constantes problemas em relação aos pagamentos fiscais, gerando assim dependência financeira externa submetendo as atividades econômicas e políticas.

Historicamente não há muita diferença em relação ao extrativismo que é realizado desde a época colonial com o que recentemente vem se chamando de neoextrativismo⁵². No caso da Colômbia não se pode nem falar de neoextrativismo, pois como projeto de Estado, não foi pensada a redistribuição nem a distribuição de renda para a população. A Colômbia, um país fortemente afetado por uma guerra

⁵¹ Utilizará o termo Extrativismo para falar das atividade que removem grandes quantidades de recursos naturais que não são processados (ou limitadamente), sobretudo para a exportação. O extrativismo não é só de minerais e petróleo, pois se tem também extrativismo agrário, florestal, e inclusive pesqueiro.

⁵² Entendido como uma forma moderna de continuar a superexploração de matérias-primas.

civil que já leva mais de 60 anos, conta com 70% da população removida a força entre os anos de 1995 e 2002 nas áreas de mineração do país.

As diretrizes que estabelece a Convenção 169 da OIT contemplam que a empresa que deseja realizar grandes projetos extrativistas do ouro, deve comunicar claramente às comunidades que serão possivelmente afetadas com riscos ambientais e de saúde. A consulta prévia⁵³ deve ser levada a cabo de forma livre e em bons termos com a comunidade, mas, no caso da Colômbia, onde o Estado entrega escolas ou unidades de saúde para as empresas mineradoras, muitas vezes as comunidades acabam aceitando os projetos em função das necessidades que o mesmo Estado não consegue atender.

As empresas que fazem parte deste modelo de exploração econômica de recursos naturais, nem sempre são empresas nacionais, muitas vezes são transacionais, conseguindo assim maior benefício e se isentando das responsabilidades fiscais no território onde exploram as matérias-primas. O poder e protagonismo destas empresas privadas, sejam elas nacionais ou transnacionais, coloca o Estado em um processo de *Desterritorialização*, privatizando seu território privado, poderia se chamar de nação empresa privada, onde cada vez mais mandam estas empresas e se enfraquece o Estado que lhes entrega ainda suas responsabilidades sociais.

Latifúndio e agronegócio se complementam neste processo de acumulação territorial. A produção de *commodities* agrícolas e minerais, com base na exploração de recursos naturais, ocupa o centro das disputas territoriais e de classe neste século XXI. A concentração da terra é mantida pela territorialização do capital e a concentração do mercado pela renda da terra e pela renda capitalizada da terra. O processo de produção de mercadorias no capitalismo se utiliza de relações não capitalistas que são subalternizadas através da realização da renda capitalizada.

Paradoxalmente muitos países ricos em recursos naturais que poderiam ter importantes rendas a partir da exploração destes recursos, não têm conseguido estabelecer as bases para seu desenvolvimento e continuam pobres. Mas, são pobres porque sendo ricos em recursos naturais, têm apostado prioritariamente pela

⁵³ Vigente desde o ano de 1989 na Convenção 169 da OIT, nos Artigos 15 N^o2; 7 N^o3 e Art 4 N^o2.

extração desta riqueza natural para o mercado mundial, deixando de lado outra forma de criação de valor da mesma natureza.

A importância da relação entre a riqueza e a pobreza nos departamentos e municípios mais necessitados da Colômbia tem muito a ver também com as transferências das regalias que deveriam ser recebidas pelas populações. Pela medição do Departamento Nacional de Planejamento (DNP) estes lugares concentram os mais altos índices paradoxais da pobreza, baseados nas porcentagens das necessidades básicas insatisfeitas, deixando claro que esta não é a única forma de compreender as situações de pobreza.

Os lugares onde a atividade mineradora é mais forte na Colômbia, identificados como *zonas mineiras* são caracterizados pela atuação da militarização e paramilitarização a fim de cuidar das propriedades privadas ou territórios das mineradoras, além de facilitar a ocupação dos territórios, gerando deslocamento da população civil, pois “A força pública protege os investimentos privados e os paramilitares além disso, evitam o protesto social e pressionam o deslocamento” (BOLETÍN INFORMATIVO)⁵⁴. (Tradução livre).

Como já é notório, estes empreendimentos são grandes destruidores da natureza, gerando às vezes danos irreversíveis, como, por exemplo, as atividades de mineração e de exploração petroléira, com o uso de produtos químicos introduzidos de forma deliberada e irresponsável no ambiente. Os efeitos provocados pela extração de minerais como o ouro são atualmente mais evidentes e irreversíveis devido a geração de grande quantidade de resíduos, desaparecimento de bacias hídricas, além da contaminação do ar, perda do solo e da biodiversidade. Este tipo de extração mineral do ouro representa para a Colômbia 43% da produção, do qual 99% é exportado. No caso do departamento de Antioquia, em terceiro lugar em relação ao resto do país, 10% das terras são tituladas para a exploração do ouro.

As tabelas a seguir mostram como a exploração do ouro em grande escala não é só o maior consumidor de água (tabela 6) como gera significativos níveis de

⁵⁴ CODHES, *¿Consolidación de qué?* Febrero 2011 [13] e em: http://anarkismo.net/article/25101?userlanguage=es&save_prefs=true.

contaminação da água, ar e terra, com variados tipos de substâncias tóxicas (tabela 7).

Produto	Quantidade de Água
Ouro	450-1060 L/gr
Carne de boi	15,4 L/gr
Arroz	1,6 L/gr
Leite	1,0L/gr
Carne de porco	6,0L/gr
Açúcar	1,8L/gr
Batata	0,3L/gr

Tabela 5- Consumo da água segundo o produto extraído.

Fonte: www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/colombia-no-esta-preparada-locomotora-minera-articulo-420422.

Quantidade	Mineral Tóxico
40	Arsênico
10	Cromo
170	Chumbo
5	Urânio
50	Zinco

Tabela 6- Minerais tóxicos utilizados na produção do ouro por grama.

Fonte: www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/colombia-no-esta-preparada-locomotora-minera-articulo-420422.

A grande fragilidade da regulamentação ambiental na Colômbia é a facilidade da outorga das licenças ambientais, pautada em estudos fracos realizados pelas mesmas empresas mineradoras e não como deveria ser, pelos técnicos e ou peritos que regulamentam este tipo de licenças em representação do Estado, uma vez que o maior interesse está na aposta econômica que estas empresas realizam, desconhecendo e desprezando os impactos sociais e ambientais provocados, sendo urgente a criação para a Colômbia, de uma *Moratória Mineira*⁵⁵.

A perspectiva ideológica estaria em que o latifúndio seria fortemente produtivo e permeado pelo modelo de desenvolvimento extrativista dos recursos naturais, com a intensificação da exploração do ouro em grande escala por parte das empresas mineradoras; é também característico deste modelo “sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais aguçando as injustiças sociais” (FERNANDES, 2013: 141).

A contrapartida social em resposta à implantação e imposição deste modelo único de desenvolvimento, a TDR⁵⁶ das comunidades locais, o que FERNANDES (2013) tem denominado como *Movimentos Socioterritoriais*, caracterizados não só pela defesa dos direitos, senão pela luta para reclamar a ocupação e permanência nos seus territórios.

A mineração que realizam os garimpeiros do *Bajo Cauca* em Caucasia pode ser considerada como artesanal e de baixa intensidade, mas apesar de se diferenciar notavelmente pelos impactos ambientais, sociais, os benefícios econômicos, os fins e os meios, da grande mineração feita pelas empresas, o governo pretende que ambas cumpram com os mesmos requisitos. A partir da “grande cruzada” contra a mineração ilegal, os pequenos garimpeiros foram transformados em “ilegais” por não possuir um título de mineração do lugar onde extraem o ouro, já que a maior taxa e facilidade de obtenção de títulos são garantidas para as grandes empresas que exploram o ouro. Entre as pedras que mais pesam no sapato dos garimpeiros artesanais, segundo o Estado colombiano, são em grande porcentagem, os produtos

⁵⁵ Coalizão entre as diferentes comunidades e movimentos político-sociais colombianos afetados ambiental e socialmente, com o fim de defender o caráter do público e os Bens Comuns em contra da locomotora Minero-Energética. (mais informações em <http://www.moratoriaminera.org/nosotros.html>).

⁵⁶ Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização.

contaminantes das tecnologias utilizadas. Entretanto, segundo análises de várias organizações sociais do departamento de Antioquia⁵⁷, a contaminação gerada pela grande mineração corresponde a um impacto muito maior que aquele provocado pelos garimpeiros, contribuindo para que a Colômbia seja o país mais contaminado pelo mercúrio no mundo.

O crescimento no país da mineração pequena e grande, legal e ilegal, mostra também como muitos dos atuais garimpeiros artesanais eram camponeses agricultores que, com a chegada do neoliberalismo e a violência no campo na Colômbia, com a remoção forçada e perda de suas terras, passaram a trabalhar na mineração.

O incremento recente na Colômbia das demandas sociais mostra as transformações das lutas pela terra, pelo território, pela autogestão e pela autonomia, as lutas pela defesa da cultura, pelo respeito à identidade coletiva, redefinindo para o caso das comunidades de pescadores sua configuração política. Na medida em que existem as resistências, também ocorrem as adaptações ao modelo capitalista, ambas vão gerar nas comunidades pressões contraditórias, às vezes comprometendo suas articulações tradicionais e, no pior dos casos, devido à introdução de necessidades nestas comunidades, proibindo ou eliminando suas práticas cotidianas.

Interrogado sobre as condições de possibilidades das comunidades de pescadores, a partir de suas próprias lógicas de produção, de Etnodesenvolvimento e do Bem Viver, virem a construir nas lutas alternativas transformadoras contra o capital ou permanecer subordinadas ao capital, pois “deve-se entender como revolucionário tudo aquilo que gera transformações de fundo, o que equivale a produzir mudanças de conteúdo da própria natureza do modo de produção” (GOMES, 1991:45).

Quando utilizou a categoria proposta por FERNANDES de Movimento Socioterritorial, referiu às formas (relações sociais) de apropriação, com a manutenção ou superação de modo no qual a construção de alternativas acontece pela produção territorial (FERNANDES, 2013: 21) destes movimentos sociais, e como a existência destes movimentos socioterritoriais se deve à sua relação de luta e resistência ao sistema hegemônico.

⁵⁷ Informe Especial MINERÍA, CONFLICTOS SOCIALES Y VIOLACIÓN DE DERECHOS HUMANOS EN COLOMBIA CINEP/ Programa pela Paz Octubre de 2012.

Assim, o autor explicita que no âmbito das “ diferentes relações que produzem espaços e territórios, tem definido como movimentos socioterritoriais aqueles que têm como razão da sua existência a luta, a criação e a manutenção de um ou mais territórios ou de frações dos territórios” (FERNANDES, 2013: 63), sendo que para as comunidades de pescadores do município de Caucasia um papel de grande importância é constituído pela relações sociais, culturais, políticas e econômicas com os sistemas hídricos.

Arriscou lançar um conceito construído a partir dos elementos propostos por FERNANDES, mas com destaque em relação à água, ao chamar esta comunidades que produzem seus territórios como *Movimentos Sócio-hidroterritoriais*, nos quais “o território se conquista, pelo que é luta social convertida em espaço” (ZAMBRANO, 2001:31) (tradução livre), de tal forma que como afirma ANDERSON (2008), o trânsito destas comunidades do território cultural ou território político dos movimentos sociais, é o que dá como resultado o sustento à comunidade imaginada, uma vez que é necessário imaginar o território para legitimá-lo.

O processo de expansão do capitalismo com seus modelos de desenvolvimento se leva a termo onde as possibilidades de implantação de novos capitais são mais acessíveis para o mesmo, o que quer dizer que o *Extratativismo* do ouro vai se implantar onde se tem maior liberdade e menos controle, onde abundam os governos corruptos, onde se consegue mão de obra barata e abundância de recursos naturais disponíveis para a exploração, como é o caso dos países do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2007), entre os quais se encontra Colômbia e o município de Caucasia. Esta situação gera resistência dentro dos Movimentos Sociais e os Comitês de pescadores⁵⁸, e a razão deles continuarem resistindo é que a expansão do projeto capitalista sobre seus territórios, gera remoções forçadas, desterritorialização destas comunidades, levando-as à busca de novas possibilidades de vida. Estes processos geram novas territorialidades e cada dia:

Há, sem dúvida, uma visibilidade das lutas sociais e uma conceitualização de sua importância. Estas adotam diversas modalidades, desde várias formas de resistência até as que poderíamos chamar de microlutas plurais que negam o exercício da dominação e sugerem novos modos de produzir, de viver e de representar o mundo. Contra a normativa da sociedade programada que aciona tecnologias de poder centrada na vida, emergem as

⁵⁸ Entendido como as diferentes formas de organização que têm adotado as comunidades.

forças sociais de resistência e de transformação da sociedade, sobretudo na América Latina do século XXI. (BARREIRA, 2013) (tradução livre).

As representações políticas e organizacionais destas comunidades contra o modo de produção dominante, não é de épocas recentes. Há alguns séculos vem se configurando o panorama da luta política pela terra e seus territórios; é por isso que é tão importante que “o agente propulsor dessas mudanças (transformações) seja o homem coletivo dotado de consciência social e organizado” (HORIESTE, 1991: 45) em partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos e demais formas de organização. Na contrapartida das lutas políticas plurais no *discurso público*, SCOTT (2004:12) aponta para o *discurso oculto* para expressar propriamente o que não se diz na presença do poder instituído e/ou das organizações. A análise do autor merece especial atenção no sentido de que também se reconhecem as microrresistências, nas quais o indivíduo em suas práticas cotidianas, em seus costumes mostra resistência sem necessariamente fazer parte de uma associação, sem ter militância explícita. Ambas as reflexões são pertinentes para a análise das evidências coletadas em campo.

Em resposta a opressão, despojo, deslocamento, violência etc. vividos pelas comunidades de pescadores, alguns grupos organizam-se por meio de *percepções estruturantes*⁵⁹ com a progressiva ação dos movimentos sociais (ZAMBRANO, 2001:30) em prol do único caminho que eles têm a trilhar, a resistência e luta constante contra o modelo de desenvolvimento implementado e o Estado que não oferece nem garantias nem reconhecimento mínimo de seus direitos. Estas lutas têm conseguido frear processos e enfrentar o capital por meio dos Movimentos Sociais e os Comitês.

Nesta pesquisa se quer colocar em evidência as reclamações e reivindicações feitas pelas comunidades de pescadores e suas formas de organização em Movimentos Sociais como alternativa, em uma luta que combatem diariamente em seus territórios, recriando seu modo de vida. Essa luta diária é pelo respeito às suas formas de construção e produção do território, perturbadas e agredidas pelo

⁵⁹ Zambrano sugere que os territórios plurais se determinam por três percepções territoriais, *estruturadas* para a cotidianidade: *estruturando* para os processos de construção e *estruturantes* para a ação dos movimentos sociais (ZAMBRANO, 2001:30)

desenvolvimentismo, tentando recompor atualizando o que for construído há muito tempo por estas comunidades, por que:

O protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, mas não bastam as mudanças das instituições, será necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção (FERNANDES, 2013:23).

As resistências não surgem de fora, entre as atividades que se manifestam como resistência⁶⁰, se encontram aquelas imersas no cotidiano das relações comunitárias e que se movem através de redes de cumplicidade e solidariedade em formas ocultas (SCOTT, 2004). “A resistência como um continuum é também um conceito que SCOTT traz em comparação com a revolução, se construindo nos tempos diários, enquanto a revolução emerge nos momentos culminantes, pois nem sempre os sujeitos respondem da mesma forma às condições de opressão, assim como nem sempre se estabelece a filiação a uma coletividade.” (DAMONTE, 2011: 14) (tradução livre).

A leitura se faz desta mudança marcada pelos interesses de exploração do capitalismo é como atualmente ela se concentra não somente na dominação das forças de trabalho, na capacidade e quantidade de terra para produção capitalista, mas também somando as forças produtivas na dominação da natureza. As comunidades de pescadores não se retiram diante do abismo sociocultural criado com a implantação das empresas desenvolvimentistas, contam com suas próprias propostas sobre o que consideram como desenvolvimento, gerando alternativas de Etnodesenvolvimento como no caso das comunidades afrodescendentes colombianas e das comunidades nas terras tradicionalmente ocupadas com suas formas de vida, entre a água e a terra, caracterizando sua cultura anfíbia.

⁶⁰ É o caso do pedido de Moratória que realizaram os participantes da Conferência dos Povos sobre o ouro, em San Juan Ridge na Califórnia em 1999, na qual manifestam que “A mineração do ouro em grande escala extingue violentamente e destrói as formas de vida espiritual, cultural, política, social e econômica dos povos, assim como inteiros ecossistemas” (MARTINEZ, 2009:147) (tradução livre).

Metodologia

Os primeiros passos que conduziram ao interesse sobre este objeto, grupo e lugar de estudo, deram-se em um trabalho de campo realizado na disciplina Ordenamento Territorial, no último período da minha graduação em história na Universidad Nacional de Colombia. No ano de 2012 quando realizei duas visitas ao campo de minha pesquisa com intervalo de 6 meses entre elas, cresceu meu interesse com a questão das relações do homem com a natureza e mais propriamente em suas relações com a água, preparando assim a proposta de pesquisa para o mestrado em Geografia.

Na perspectiva da geografia crítica, se pretende neste caso realizar um histórico das transformações territoriais ocorridas no município de Caucasia, pautado em uma metodologia qualitativa com a contribuição também de ferramentas de ordem quantitativa para interpretação dos dados.

A busca e a sistematização de dados de fontes bibliográficas tanto primárias como secundárias permitem identificar os referentes temáticos que serão utilizados para construir a base teórica e a primeira entrega (qualificação) desta pesquisa. Será importante também realizar um seguimento crítico de informações divulgadas pela imprensa local, regional e nacional sobre as situações relacionadas ao campo da pesquisa, permitindo o registro dos processos históricos, sociais, geográfico e territoriais dos modos de produção territorial, estabelecidos diferenciadamente nesta pesquisa, já que fazem parte de um dos objetivos.

O marco teórico assim elaborado fundamentará a análise das problemáticas identificadas até o presente nesta pesquisa. Será utilizado para interpretar os dados levantados no trabalho de campo ao mesmo tempo em que será interrogado e eventualmente reelaborado a partir destes mesmos dados.

As atividades em campo serão planejadas na perspectiva da Pesquisa Participativa; metodologia desenvolvida pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (2012), devido à sua importância como motor de relação entre a práxis e a teoria, e pelas formas de vinculação e diálogo com os objetos, sujeitos e lugares de estudo, conforme autores como Stavenhagen (1995) e Fals (2012).

Integram esta metodologia de pesquisa, a participação contínua, a vivência, a convivência, a imersão nas dinâmicas cotidianas com o grupo, com o objeto e lugar de estudo, a serem realizadas em um período aproximado de dois meses, utilizando entrevistas abertas com os Pescadores, as lideranças locais, os jornalistas, os garimpeiros, os mineiros, os *jonseros*⁶¹, os habitantes do município; ditas entrevistas serão abertas com o fim de conseguir a maior possibilidade de informação, pois ainda que seguindo como fio condutor das questões que se pretende esclarecer, as entrevistas abertas reservam a possibilidade de emergência de elementos importantes ainda não questionados pela pesquisa.

Para o caso dos *Homens Anfíbios* se busca evidenciar formas particulares e individuais de afirmação e resistência, seguidas de grupos focais com os movimentos sociais, que se opõem à exploração do ouro nas fontes hídricas de Caucasia e à criação da hidroelétrica Hidroituango águas arriba, querendo então registrar as resistências coletivas, as formas de organização política, social e cultural destas. Tanto as entrevistas individuais como as entrevistas com os grupos focais, serão registradas em material audiovisual e escrito, na medida em que sejam autorizados estes registros e garantida sua coautoria.

Uma vez culminada esta fase da observação participante, a sistematização e a análise dos dados de campo permitirão avaliar a pertinência do marco teórico e prático para proceder a eventuais modificações. Como parte integrante de um trabalho de Pesquisa Participativa, será importante chegar a conclusões parciais, enfocadas em uma perspectiva crítica, considerando as problemáticas identificadas e analisadas ao longo da investigação, com o fim de estabelecer uma troca com os grupos junto aos quais está sendo desenvolvida a pesquisa, que consiste na entrega de uma cópia do material escrito para a comunidade, em uma versão que possa servir como consulta, ferramenta suporte para fortalecimento de suas mobilizações. Os resultados acadêmicos mais relevantes da investigação foram divulgados em eventos como seminários, congressos, colóquios, entre outros⁶².

⁶¹ É o nome popular que tem os barcos que realizam transporte de passageiros e mercadorias pelo rio, são tipo os ônibus da água.

⁶² I Congreso Colombiano de Estudiantes de Ciencias Humanas en Estudios Interdisciplinarios, com o trabalho Humedales, memoria y culturas hidráulicas. Una historia de resistencias culturales en Subregión del Bajo Cauca en Antioquia. 1975-2012. Bucaramanga-Colômbia, 2013.

Como parte do desenvolvimento deste texto, segue primeiramente um relato histórico, intitulado *Caucasia: processos históricos de colonização*, que de forma resumida apresenta a configuração social, política, econômica, cultural e territorial da localidade e caracteriza os fatos mais notáveis em relação ao foco desta pesquisa.

Pautas metodológicas

Neste estudo onde se procurou retratar e representar um pouco das forma de vida das comunidades de pescadores, homens anfíbios ou campesinos das águas⁶³ traduzidas na territorialização tanto da água como da terra, precisou realizar uma observação participante de vivência diária em distintas comunidades tanto da zona urbana como rural, assim pois na zona rural foram visitadas 5 *veredas*⁶⁴ e permaneceu em 4 *veredas*⁶⁵, um total de 9, enquanto à zona urbana foi maior os lugares percorridos e visitados para um total de 10 bairros⁶⁶; o tempo em que ficou em cada um destes lugares variou com as necessidades imediatas do trabalho de campo, das possibilidades reais tanto do território como da disponibilidade das pessoas para acompanhar o processo; mas poderia dizer que os lugares que mais acompanhou de perto porque foram várias as vezes que visitou o lugar foi a zona urbana e as *veredas* da La Esmeralda e a *vereda* de Cataca.

Para a verificação dessas formas de vida dos camponeses das águas, a Escolha dos lugares dos esteve sob três critérios, como a igualdade de distribuição entre a zona urbana e a zona rural; as possibilidades e condições de ordem pública, como seguridade, transporte e distância desde o centro urbano; além do seguinte fator que

VI Congreso Ibero-americano de Estudios Territoriales e Ambientales (VI CIETA). Com o trabalho "Producción del espacio y el territorio: las luchas y resistencias campesinas al modelo capitalista en Caucasia-Colombia." São Paulo-SP, 2014.

XII Seminario de Pós-Graduação em Geografia "Territórios Possíveis: paradigmas da Geografia contemporânea". Com o trabalho "PRODUCCIÓN DEL ESPACIO Y EL TERRITORIO: Las alternativas construidas por Pescadores, Areneros y Barequeros al Agrohidronegocio del oro en Caucasia-Colombia". Rio Claro-SP, 2014.

XV Encuentro de Geógrafos de América Latina "Por una América Latina unida y sostenible" PRODUCCIÓN DEL ESPACIO Y EL TERRITORIO: las alternativas construidas por pescadores, areneros y barequeros al Agrohidronegocio del oro en Caucasia-Colombia. La Habana-Cuba 2015.

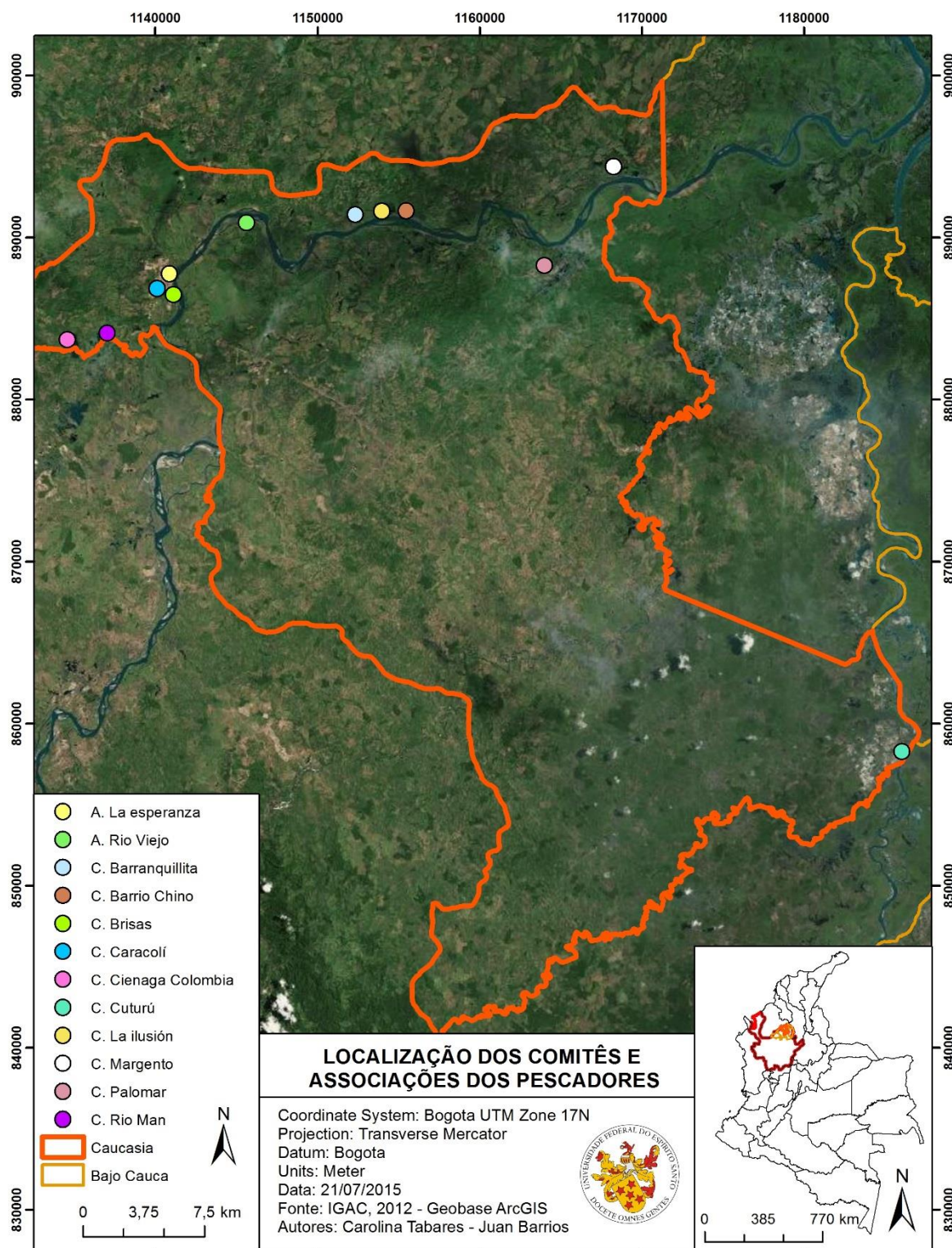
63 Que em este estudo não fazemos diferença a qualquer destas forma como eles mesmo se reivindicam e nós temos chamado.

64 El Man, Barranquillita, Rio Viejo, La Unión, La Ilusión.

65 La Esmeralda, Barrio Chino, Cataca, Margento E Cuturú.

66 Caracolí, El Bosque, El Centro, El Camello II, Loma Fresca, El Triángulo, La Ye, El Ferry, El Águila, Puerto España, El Pajonal.

é dos mais importantes, as possibilidades e condições imediatas e reais da vivência no trabalho de campo, foram as que determinaram e marcaram deste modo as escolhas dos lugares (mapa 5).



Mapa 5-- Localização de comitês e associações das quais fazem parte os pescadores entrevistado.

Se bem que Caucasia entre sua zona rural e urbana tem uma grande quantidade de comitês e associações, na metodologia e a escolha durante o trabalho de campo não teve como objetivo chegar diretamente nas estruturas das associações, senão que por meio de cada pescador se chegou às associações e comitês (tabelas 5 e 6), isso quer dizer então que se tentou olhar essas ditas estruturas de organização a partir também das visões e formas de participação individual, para depois olhar o conjunto; foi assim como se tivesse em uma mesma entrevista em grupo pescadores de distintas organizações ou comitês, teve nos registros de entrevistas só um pescador de uma associação ou comitê (tabela 8 e 9), e teve também outras entrevistas de vários pescadores do mesmo comitê ou organização; mas que sempre se teve presente nas perguntas das entrevistas focar as formas de luta no coletivo, na participação e no conhecimento das problemáticas que levam aos objetivos comuns como, por exemplo, a luta pela respeito aos rios que os pescadores trabalham.

Associações
Associação de pescadores de <i>Rio Viejo</i> ASOPESCAR (R)
Associação de pescadores de <i>Palomar</i> (R)
Associação de pescadores unidos do bairro <i>La Esperanza</i> (U)

Tabela 7- Associações dos quais fazem parte os pescadores entrevistados.

(R) Rural.

(U) Urbano.

Fonte: elaboração própria.

Comitês
Comitê de pescadores da <i>Ciénaga Colombia</i> (R)
Comitê de pescadores artesanais do bairro <i>Caracolí</i> (U)
Comitê de pescadores de <i>La Ilusión</i> (R)
Comitê de pescadores da <i>vereda Barrio Chino</i> (R)
Comitê de pescadores das <i>Brisas</i> (U)
Comitê de pescadores do <i>Rio Man</i> (R)
Comitê de pescadores de <i>Barranquillita</i> e a <i>Esperanza</i> (R)
Comitê de pescadores de <i>Palomar</i> (R)
Comitê de pescadores de <i>Margento</i> (R)
Comitê de pescadores de <i>Cuturú</i> (R)

Tabela 8- Comitês dos quais fazem parte os pescadores entrevistados.

Comitês dos quais fazem parte os pescadores entrevistados.

(R) Rural.

(U) Urbano.

Fonte: elaboração própria.

A vivência do dia a dia com a comunidade fez com que algumas coisas saíssem do esquema das entrevistas estruturadas- como exemplo as conversações que não foram gravadas, mas que ofereceram importantes informações para este estudo-; de que algumas coisas sobrava perguntar, porque elas mesmas se apresentaram, mas aquelas questões que transbordavam simples leitura com olhar e a vivência participante de comer as mesmas comidas, dormir da mesma forma e no mesmo lugar, sentir as mesmas angústias, ir trabalhar com eles no rio, percorrer a roça para pegar os alimentos, cozinhar com eles, ir em festa e outras tantas experiências enriquecedoras e sem igual; mas que para questões metodológicas mais concretas roliçou as seguintes perguntas umas vezes com um roteiro mais aberto ou segundo as possibilidades da pessoa mesma, do lugar e do momento em que foram feitas, pois teve momentos em que ir várias vezes procurar a pessoa no lugar de moradia ou de trabalho, às vezes chegava no contato da pessoas por meio de um terceiro, os horários foram muito variados com entrevistas às 4 ou 5 da manhã quando o pescador sai para dar uma olhada na rede, teve entrevistas em meio de reuniões ou festas, teve entrevistas que foram feitas porque ter sido convidada a jantar na casa do entrevistado e assim por diante as variantes foram muitas, mais todas elas com o valor especial.

Enquanto ao número de entrevistas, tipo de pessoas ou grupos entrevistados a seguinte tabela 10 mostra melhor estes dados.

†

Entrevistado	Lugar de moradia	Grupo ao qual pertence ou representa	Lugar da entrevista
Eder Narvaez	Zona urbana de Cauca	periodista (vocero de los mineros)	Universidad De Antioquia
Don Fidel	Na beira do rio Man	Pescador- presidente do comitê a <i>Ciénaga Colombia</i>	No barraco onde ele mora e no rio Man
Genoveva	Zona urbana de Cauca	Professora	Na casa da senhora Elsi
Pescadores	<i>Puerto España</i>	Comitê ASOPESCA	Na beira do rio Cauca, no outro lado do rio em <i>Puerto España</i>
Wilson Martin	<i>Puerto España</i>	Comitê ASOPESCA	Na sua casa, na beira do rio Cauca, no outro lado do rio em <i>Puerto España</i>
Efrain	Zona urbana de Cauca	Vendedor de pescados e ex-pescador	Nos barracos de venda popular de peixes
Libardo Arias	Bairro <i>Caracolí</i>	Pescador e liderança do Bajo Cauca	Na sua casa no Bairro <i>Caracolí</i>
Vallejo	Zona urbana de Cauca	Pescador urbano	Nos barracos de venda popular de peixes
Arturo	Zona urbana de Cauca	Pescador urbano	Na sua casa, perto da beira do rio Cauca
Em Grupo Wincho Argemiro Wilson	<i>Vereda La Esmeralda</i>	Pescadores	Na beira do rio Cauca na <i>vereda La Esmeralda</i>
Em Grupo Alexis-Nel	<i>Vereda Barranquillita</i>	Pescadores	Na beira do rio Cauca na <i>vereda Barranquillita</i>
Daniilo Arsirva	<i>Vereda La Esmeralda</i>	Pescador	Na roça dele
Albeiro	<i>Vereda La Esmeralda</i>	Pescador	Na casa do Wincho <i>vereda La Esmeralda</i>
Jorge	Zona urbana de Cauca	Director do Jardim- Hidro-Botânico	Na sede do Jardim-Hidro-Botânico
Pescadores de <i>Barrio Chino</i>	<i>Vereda Barrio Chino</i>	Comitê da <i>Vereda Barrio Chino</i>	Acampamento em <i>Colorado</i>
Don Pedro	<i>Vereda La Esmeralda</i>	Pescador	Na casa do Wincho <i>vereda La Esmeralda</i>
Iván	<i>Vereda Palanca</i>	Comitê de pescadores da <i>vereda Palanca</i>	No porto dos jonseros em um Jonson
Andrés	Promotor social	Fundação oleodutos da Colômbia.	Na sede da Fundação oleodutos da Colômbia.

Tabela 9- Informações complementares das entrevistas.

Este período programado para realizar o trabalho de campo, parecia se converter em um momento de grandes desafios. Foi um desafio que começou: redimensionava o plano de trabalho conforme as possibilidades que se apresentavam e da forma como enfrentava as situações tangíveis e não tangíveis. A reformulação do trabalho de campo é uma novidade constante quando se está lá vivendo na pele muitas das situações que somente conhece por informações secundárias, notícias da internet, vídeos, documentários, livros, jornais, relatos.

Pelas orientações e pelas descrições de quem já tinha uma familiaridade com o lugar, coloca, como se diz em espanhol “*os puntos sobre as í*”, para referir às coisas que deveria ter em conta. Isso com certeza ajudou muito. Sem dúvida cada uma destas pessoas fez com que a chegada ao lugar tivesse as melhores condições, proporcionadas pelas redes de pessoas, pelos contatos, pelas ideias e visões que antes de chegar.

Não só com a mala pronta, senão com o coração, com a mente, com o corpo disposto para observar, compreender, compartilhar, interpretar, escutar, sentir, chorar, rir, sentir medo, ter respostas, dar respostas, procurar respostas, guardar perguntas, escutar histórias de dor, alegria, sofrimento, luta, injustiça.

A autora do presente trabalho viajou em uma sexta-feira à tarde de ônibus de Medellín até a capital do departamento para prosseguir para Cauca, onde chegam os últimos rastros das lindas montanhas da Cordilheira dos Andes e da dita cultura *antioqueña*⁶⁷ dando espaço e visibilidade a uma “*cultura sabanera*, uma cultura de rio, do litoral, das águas.

Desaparecendo a cordilheira dos Andes (foto 6- ANEXO em CD), aí mesmo onde começam a desaparecer as raízes destas imponentes montanhas deixando atrás o estreito rio Porce e o rio Valle de Aburrá, começa a aparecer a ampliação da terra e do rio Cauca, encontrando com o município de Cauca o lugar das águas, das regiões e dos territórios em embate.

Ao olhar que a paisagem era totalmente diferente ao lugar de início desta viagem os grandes pastos, o rio Cauca muito mais largo, as montanhas de cor marrom claro, as montanhas criadas pela remoção da terra, para a obtenção do ouro com a lavagem da terra com a água; os rios que parecem um mel grosso, os rios estão sem nada que levar na fraca corrente, só levam uma grossa lama onde parece que a vida já não existe mais, rios que

⁶⁷ Chamada assim pelas formas de vida e costumes particulares da região antioqueña de montanha.

chegam ao rio mãe (rio Cauca) com uma notória diferença não só na cor, senão na sua história, uma memória da água que tem ficado guardada só em quem um dia viu estes rios cheios de vida. (Diario de campo pág. 1).

Depois de uma viagem de mais de 8 horas, na qual a paisagem mudou drasticamente, finalmente chegou em Caucasia. A primeira pessoa com a qual fez contato foi o senhor Miguel, morador deste lugar e trabalhador ICBF⁶⁸ que me recebeu com sua família e me hospedou na sua casa por alguns dias, durante os quais a rede de contatos foi crescendo até o ponto das pessoas me reconhecerem como “Você é a moça que fica andando em uma bicicleta vermelha de um lado para outro”. Foi o senhor Miguel que me emprestou durante esses quase dois meses a bicicleta- parece ser uma minha peculiaridade já que o outro trabalho de campo também foi quase 100% de bicicleta.

⁶⁸ Instituto Colombiano del Bienestar Familiar.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA E LUGAR

Caucasia: processos históricos de colonização

O *Bajo Cauca*, onde está localizado o município de Caucasia⁶⁹, cujo nome significa a beira do Rio Cauca e que foi adquirido depois de ter se chamado Cañafistula, devido ao grande número de árvores desta espécie⁷⁰, era habitado pelos índios Nutabaes⁷¹ exterminados pelos colonizadores espanhóis que os obrigaram a realizar trabalhos forçados e a ensinar aos negros escravos o trabalho da exploração do ouro.

A sucessiva ocupação da área pela população negra tinha como propósito utilizar mão de obra escrava nas minas aluviais do Rio Cauca, de grande importância para a economia de base mineira do município. Na metade do século XIX foi incentivada a criação de pastos a fim de introduzir o “negócio do gado”.

Cañafistula como se chamava o que hoje é Caucasia foi um lugar de migrações, se diz que El 12 de abril de 1886, Dona Petrona Arrieta de ascendência Espanhola e seus filhos Clemente e Leopoldo Arrieta Viloría, chegam a um terreno alto e ondulado cheio de arvores Cañafistulan a beira do rio Cauca, eles são os que constroem um dos primeiros barracos. Para o ano de 1918 a importância de Caucasia se devia que este era um lugar de passo e de parada para comerciantes do gado durante a segunda metade do século XX.

As primeiras formas de povoamento da sub-região do Bajo Cauca na qual pertence Caucasia, foram características em tempos da colonização espanhola, a utilização dos indígenas para a exploração do ouro, pois foram eles que tiveram a tarefa obrigada de ensinar a população negra o trabalho do ouro, que depois das

⁶⁹ Geograficamente este município faz parte de uma região muito maior chamada de região Panzenú, região que foi característica por suas notáveis relações socioculturais com a água em todos os sentidos, esta região tem 8.801 km² de extensão, mas sua área de influência total corresponde a 9.060 km².

⁷⁰ *Peltophorum dubium*.

⁷¹ Os índios Nutabaes habitavam várias regiões do departamento de Antioquia, aproximadamente até a colonização espanhola; sua identidade linguística era compartilhada com o Chibcha e quanto a suas atividades agrícolas, cultivavam milho, feijão, além de frutas e algodão, destacando-se também como pescadores e mineiros de aluvião ou garimpeiro-barequero.

enfermidades que reduziram os indígenas foram os negros escravos que trabalharam na mineração. Mas, que para a metade do século XIX se incentivou trazer e plantar novos pastos com o fim de introduzir o negócio do gado.

A colonização no departamento de Antioquia, em relação ao resto da Colômbia, foi muito significativa para a quantidade da população envolvida. Na metade do século XIX, se desencadeia a colonização para exploração de territórios em nível nacional, com grandes fluxos migratórios para a região proveniente do litoral atlântico, do interior do departamento, da fronteira com Córdoba e do resto do país- o que marcaria notavelmente a diversidade cultural, representada na figura de *Chilapo*.

O nome *Chilapo* envolve a caracterização de dois grupos populacionais, que levariam dois modos diferentes de vida, do homem de montanha e do homem de rio, realizando atividades dedicadas ao cultivo da terra, ao comércio, à pesca, à extração e mineração artesanal no rio.

Sinuanos e *Sabaneros* resultam da mescla de dois grupos culturais, com os quais teria povoado no ano de 1886 a chamada Cañafístula. Ambos os grupos que provinham dos atuais departamentos de Córdoba, Sucre e Bolívar traziam com eles uma forte tradição agrícola e pecuária, por isso desde seus inícios, na região da atual Cauca, dedicaram-se a trabalhos de corte de árvores, colheita de sementes e extração de madeira e de uma variedade de borracha chamada *balato*.

Estes produtos eram transportados pelas vias fluviais do rio Cauca para Magangué e Barranquilla, e eram provenientes das planícies dos departamentos da Costa do Caribe ou de alguns povoados de Antioquia como Rio Viejo, Tangal, Chontaduro, Margento, Palanca, Guarumo e Palomar.

Até o ano de 1940, aproximadamente, o grupo populacional majoritário na região passou a incluir, no auge da mineração, a população de procedência afro-colombiana do Chocó, Cauca e do Valle del Cauca enquanto as populações indígenas como os Zenú, Embera Catío e Embera Chamí, foram desalojadas de seus lugares de origem (Córdoba e Antioquia) chegando ao município de Cauca fugindo da violência gerada pelo conflito armado da metade do século XX.

Os primeiros *Antioqueños* chegaram nessas terras pelo início do século XX, de modo diferente da população litorânea, incentivados pelo apogeu da mineração e

comércio. Nas atividades comerciais era muito comum o sistema de troca, no intercâmbio entre produtos agrícolas e o pescado, fortalecendo laços de amizade, de solidariedade e confiança entre os moradores, envolvendo tanto os *costeños*⁷² como os *paisas*⁷³. Ao mesmo tempo, uma série de pequenos assentamentos era construída à beira do rio Cauca, para a extração de ouro a bateia.

Com titulação de terras na beira do Rio Cauca, ativo a partir do projeto da ferrovia incentivado por Pedro Nel Ospina⁷⁴ nos anos vinte do século XX, mas esse projeto nunca foi finalizado. A partir do ano de 1938, com a construção da grande rodovia chamada a *Troncal del Norte*⁷⁵ na região do Bajo Cauca, ocorreu um novo movimento migratório. A nova colonização da região foi motivada por conflitos, como a *Guerra de Los Mil Dias*⁷⁶, assim como pelo assentamento das companhias de mineração, a abertura de estradas, a ilusão de progresso com a construção da ferrovia e o crescimento das fazendas de gado.

Caucasia no contexto do Bajo Cauca renasce para seus habitantes a partir dos anos 40 quando estes começam a investir no lugar com a chegada de camponeses em sua maioria *Sabaneros*, que depois do apogeu do ouro viram mineiros. O Bajo Cauca nasce para Colômbia no momento em que se estabelece um conflito intenso entre a guerrilha e o exército pelo controle militar do território.

Na mesma década a colonização de Caucasia e da região em geral, tomou ainda mais força e o uso do solo se orientou cada vez mais para a criação de pastos, para gado, originando as fazendas e o desenvolvimento do comércio de animais bovinos, utilizando-os para carnes, sebos (gordura) e couros, herança trazida das tradições do negócio do gado das planícies do litoral do Caribe colombiano, enquanto o apogeu mineiro emerge nas décadas mais recentes do século XX.

⁷² Nome dado para as pessoas que são do litoral do Caribe colombiano.

⁷³ Nome dado antigamente às pessoas que eram das regiões de Antioquia, Risaralda, Caldas, Quindío, Norte do Valle e Noroeste do Tolima, mas que atualmente só se utiliza para os habitantes da primeira região.

⁷⁴ Ex-presidente da Colômbia.

⁷⁵ Via de comunicação terrestre de grande importância, pois comunica o interior do país ocidental com o litoral atlântico (Mar Caribe).

⁷⁶ Esta foi uma guerra civil que se disputou na Colômbia entre 1889 e 1902, disputada entre o partido liberal e o governo do partido nacional, a qual foi caracterizada pelo enfrentamento irregular entre o exército governamental em um princípio nacionalista e depois conservador contra um exército de guerrilhas liberais; esta guerra deixou consequências desastrosas como a perda do Panamá para os Estados Unidos.

No caso de Caucasia, como no resto do departamento de Antioquia, o aumento do setor pecuário foi se consolidando e mostrando como esta atividade econômica poderia se tornar exclusiva, reduzindo a necessidade de inversão em outro tipo de atividade rentável a tal ponto que para o ano de 1948 foi a atividade que mais riqueza gerou para Caucasia, atraindo inclusive investidores estrangeiros.

Colonização e a titulação das terras se colocam como questões que geram conflitos pela terra entre fazendeiros, as companhias mineiras e os colonos.

A constituição inicial da região foi marcada por uma série de pequenos assentamentos construídos à beira do Rio Cauca, para a extração de ouro a bateia. São várias as categorias político-administrativas atribuídas a Caucasia até conseguir, no ano de 1942, o título de município. Sua constituição atual como “a capital do Bajo Cauca”, se caracteriza por ser uma cidade intermédia⁷⁷, devido a seu crescimento urbano, populacional e econômico, paralelamente às condições de miséria de grande parte da população de migrantes e pessoas desalojadas de forma forçada. Um aumento populacional que marcou a história do município foi o incremento do preço do ouro no ano de 1972.

As formas do povoamento urbano de caucásia estão marcadas pelas invasões de terrenos, situações que colocavam a população no enfrentamento com as municipalidades, as companhias mineiras e a polícia, estas formas de assentamento urbano foram e são ainda marcadas pela natureza com as periódicas enchentes (foto 7- ANEXO em CD) do rio Cauca que geram traslados da população, criação de novos bairros, mostrando assim a repetitiva história de emergência que se vive a cada ano.

Assim, o urbano no Bajo Cauca está configurado com base em vários elementos: rios, bacias, enchentes e evacuações; montanhas de pedras aplanadas; invasões e labirintos, água contaminada e ausência de toda classe de serviços até épocas recentes; e cidades que têm tudo e que, desde acima, olham aos que não têm nada, ou aos que com lutas sociais de diferentes tipos têm adquirido aos poucos algo. (GARCIA, 1993:64) (tradução livre)

⁷⁷ Entendida como a cidade que está em crescimento, mas que não é a cidade metrópole.

Caucasia como lugar de fronteira populacional e econômica (MARTINS: 1996), é diversificada em suas formas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Essas diversidades geram conflitos sociais e territoriais, na disputa para o controle da água, da terra e do exercício mais amplo de poder nestes territórios, são geradas condições de desvantagem para os pescadores que lutam para sua sobrevivência e não para a superacumulação.

Os ciclos da mineração de enclave explicam muitas dificuldades econômicas do lugar, o mesmo que certas características da luta da guerrilha na região. Esta luta se produz como resposta à presença predominantemente militar do Estado, mas também à chegada de obras de infraestrutura e obras de agências de engenharia civil, que fazem presença como um terceiro ator nestes conflitos cruzados. (GARCIA, 1993:12) (tradução livre).

Nestas trajetórias históricas de povoamento, vão se configurando os processos de identidade cultural local e as diversas formas de organização social em Caucasia, sendo que assim também se constitui como uma fronteira intercultural entre Antioquia e a Costa Atlântica.

Os processos de ocupação das terras na parte urbana de Caucasia marcaram as formas da configuração e da apropriação socioespacial deste lugar. Várias destas ocupações foram apoiadas pelo movimento político *Alianza Nacional Popular-ANAPO*⁷⁸. O acelerado crescimento populacional de Caucasia foi fonte de constantes manifestações da população para a obtenção de serviços básicos como energia e água.

Nos movimentos cívicos do lugar, cujo surgimento e evolução estão interligados ao desenvolvimento dos conflitos entre os atores armados, entre as empresas da mineração e seus trabalhadores, entre os povoadores urbanos e rurais e as agências do Estado, do nível departamental ou nacional. Por esta dinâmica, ação dos movimentos cívicos se iria deslocando da luta pela obtenção dos serviços públicos à defesa pelos direitos humanos, devido à situação da sociedade civil da região, ameaçada pelo fogo cruzado (tradução livre) (GARCIA, 1993:12-13).

⁷⁸ Foi fundado como movimento no ano de 1961, pelo ex-presidente Gustavo Rojas Pinilla. Seu protagonismo como partido político chega até o ano de 1998. Vários de seus militantes e dirigentes aderiram a partidos políticos de esquerda como o Polo Democrático Alternativo e outros movimentos da ordem progressista.

É importante ressaltar como as disputas pelo controle territorial ocorrem nesta região em todas as suas formas, atores e fenômenos. Sua característica de centro urbano, econômico, social e cultural que cresceu de forma rápida, converteu Caucaasia não só em um centro de problemáticas, mas também em uma cidade satélite da capital do departamento de Antioquia, permanecendo como um município tributário das decisões tomadas naquela capital. Em 1975, a Ordenança 41⁷⁹ emitida pelo conselho departamental, criava a figura das sub-regiões para os departamentos de Antioquia, com fins econômicos para a exploração dos recursos naturais e matérias-primas. Desta forma se reforçava o ideal capitalista do desenvolvimento através dos latifúndios, proprietários de terras e multinacionais, gerando um desequilíbrio nas relações socioespaciais, econômicas, culturais e políticas do município e em geral da região do *Bajo Cauca Antioqueño*. Este tipo de organização e distribuição territorial nas administrações locais deslegitima a importância que as comunidades de pescadores têm em seus territórios, uma vez que gera uma série de desarticulações, pautadas na ênfase no modelo extrativista em prol de um desejado desenvolvimento que as administrações locais buscavam alcançar com as concessões de uma grande quantidade de títulos mineiros de forma irregular. Estes tipos de atividades econômicas solapariam as economias tradicionais, artesanais e alternativas, gerando conflitos pela água e pelo território, sendo o comum denominador uma série de injustiças cometidas contra as populações tradicionais e seus meios naturais em que estas comunidades vivem, além de converter Caucaasia em um centro de “economias ilegais”⁸⁰. Este processo acelerado de transição entre as economias tradicionais e as economias de grande escala, geraria um crescimento populacional notável, além de uma contraditória e paradoxal história de riqueza e pobreza⁸¹, como geralmente acontece em muitos lugares do território colombiano, onde as riquezas naturais de seus povos parecem a desgraça destes.

Com a ação em marcha da Ordenança, no final do século XX, a concentração da propriedade da terra se incrementa, gerando deslocamento de grande parte da

⁷⁹ ORDENANÇA 41 NOVIEMBRE 30 DE 1975 establece a figura das sub-regiões, como mecanismo administrativo para avançar na superação dos problemas de excessivo centralismo, desarticulação, a não coordenação, iniquidades e marginalização na atribuição e administração de recursos, que afetavam os municípios do Valle de Aburrá, na cidade de Medellín, capital do departamento de Antioquia.

⁸⁰ Quando se refere a economias ilegais, fala das que são estipuladas desta forma pelo Estado como, por exemplo, o tráfico de drogas.

⁸¹ “A pobreza do homem como resultado da riqueza da terra”, título do primeiro capítulo do livro *As Veias Abertas da América Latina*. Eduardo Galeano. 1970.

população obrigada a ampliar a margem das suas atividades produtivas para conseguir subsistir. Este capítulo da história de Caucasia mostra que

No país, a fixação dos assentamentos urbanos e sua posterior constituição em entes administrativos territoriais têm sido marcadas pelos fluxos de capital e os interesses particulares das elites e da classe dominante que têm estruturado sua proposta de território. Municípios inteiros têm se sublevado a partir da exploração petrolífera, da produção agroexportadora, do comércio internacional, das chamadas economias ilícitas e da extração de metais preciosos. Estas modalidades têm permitido incrementar as taxas de lucro dos setores privados regionais e nacionais, das empresas transnacionais, das elites políticas regionais (*Gamonales*)⁸² e do narcoparamilitarismo⁸³, em detrimento dos setores populares como o campesino que, pelo contrário, tem visto ameaçados e vulnerados seus direitos a partir desta vontade de lucro privado e construção territorial capitalista. (ORDOÑEZ, 2012: p. 82) (tradução livre).

Atualmente, o município se configura territorialmente em uma extensão de 1.411 km² e conta com uma população aproximada de 100.000 habitantes, distribuídos entre a zona urbana e rural, respectivamente 80.000 e 20.000 indivíduos, grande parte deles direta ou indiretamente envolvidos com atividades mineiras (extração de ouro e prata), com a pecuária em grande extensão, com o cultivo de arroz, de folha de coca e de produção da cocaína- independente desta atividade ser lícita ou ilícita-gera um movimento das forças produtivas dentro do município e da região ilustrado na tabela N^o 11 sobre os usos do solo no Bajo Cauca.

⁸² O *Gamonalismo* é um termo que começou a ser utilizado em meados do século XIX na Colômbia, para designar fazendeiros aventureiros, sem casta de origem colonial e sem maior refinamento, que expandiram suas terras e seu poder sócio-político à custa da expropriação por meios ilegais e violentos das terras indígenas.

⁸³ O termo Narcoparamilitarismo faz referência ao fenômeno que derivou do Paramilitarismo e do Narcotráfico na Colômbia a partir de 2006, com a desmobilização das ultradireitas AUC (Autodefesas Unidas de Colômbia) e do desaparecimento do Cartel del Norte del Valle. 22 grupos formados por militantes das AUC eram liderados por membros originários dos grandes grupos do narcotráfico colombiano, ou pelos mesmos líderes das AUC com o objetivo de ocupar espaços deixados por narcotraficantes.

Usos do solo na sub-região do Bajo Cauca	
Pecuario 56%	Cabeças de gado: 310.274 Pastos: 470.725 Ha. 1.5 Ha por cabeça de gado.
Agrícola 4% (Cultivos transitorios permanentes) e	Arroz: Tradicional e técnico. 10.635 Ha plantadas Maiores Ha. Plantadas: Município de Nechí com 4.500 Ha. Caucho: 7.262 Ha. Maiores Ha. Plantadas: Município de Tarazá com 2.422 Mandioca: 2.624 hectareas cultivadas na sub-região. El Bagre com 790. Outros cultivos: inhame, milho, cacau e banana da terra.
Florestal Comercial 1%	Comercial Ha Tarazá: 2.220 Ha. EL Bagre: 500 Ha.
Produtividade Da Mineração	Durante o período 2008-2010 a sub-região teve um aumento de 6.334.503,38 gramas na extração do ouro e 1.540.733 gramas na extração de prata. Atividades de mineração informais nos diferentes municípios da sub-região, principalmente ao longo de rios.

Tabela 10- Usos do solo na sub-região do Bajo Cauca.

Ha: Hectare.

Fonte: Secretaria de agricultura do Governo de Antioquia, consenso agrícola 2008 e 2010.

LOTA Lineamientos de Ordenación Territorial para Antioquia.

O desalojamento forçado é causado pelo grande número de empreendimentos amparados pelo Estado, evidenciando a acumulação originária que David Harvey tem denominado de acumulação por despossessão (HARVEY, 2006:134), processo de caráter dominante que garante a prosperidade destes empreendimentos e que, por meio das apropriações e produções do território do modelo extrativista, impõe dificuldades e obstáculos para as comunidades de pescadores. Em contrapartida as mesmas comunidades procuram se organizar social e politicamente para reclamar a apropriação ilegal, ilegítima de seus territórios por parte tanto do Estado como da empresa privada.

O Rio Cauca cumpriu um papel importante como parte do transporte fluvial da produção local e dos povos vizinhos. Sucessivamente, adquiria grande importância a rodovia do norte (Troncal del Norte) que passa por Caucaasia comunicando Medellín com Cartagena. Caucaasia que cresceu logo e à beira de um rio (como se ilustra na foto 8- ANEXO em CD), desenvolveu uma cultura da água, convertendo sua relação com a água em um gesto visceral, transmitida de geração em geração. Com as rápidas transformações e novas dinâmicas sociais e econômicas, todas as atividades fluviais foram suscetíveis de mudança, de extinção e de resistência. Os agricultores, os pescadores, os extratores de areia para diferentes usos como na

construção civil e para a realização de diques, por exemplo, os garimpeiros⁸⁴; conservando e praticando diariamente o que aprenderam como herança de seus antepassados. A resistência destes grupos como forma de luta é contra os baixos níveis de segurança e de assistência estatal e para o respeito com suas atividades e com o meio natural preservado como parte imperante do que eles entendem como base para suas existências.

⁸⁴ Atividade ancestral na qual se extrai ouro dos rios por meio do uso de um recipiente chamado bateia, vindo daí o nome de *Barequeros*.

CAPÍTULO 3 - PRODUÇÃO DIFERENCIADA DO TERRITÓRIO

Nesse capítulo, serão analisados *Conflitos e interesses na produção diferenciada do território*, buscando problematizar as questões diferenciadoras para poder mostrar os pontos nodais desta pesquisa, a partir das intenções geradas pelas comunidades locais e pelas empresas extrativistas. Ao mesmo tempo que divergentes, ambas produzem e geram simultaneamente a TDR- Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (FERNANDES 2009)- Isso se traduz em conflitos e uso da violência para garantir a posse das terras, nas manifestações das desigualdades e abuso de poder, no desalojamento forçado das comunidades locais, na desvalorização na venda de suas terras de Pescadores, na deslegitimação de seus direitos e na criminalização de suas lutas. Buscou refletir sobre a construção do território destas comunidades locais enquanto comunidades anfíbias em contraposição às formas de construção feitas pelas empresas extrativistas e também pelo Estado¹³⁵, dando às primeiras a visibilidade que lhes é negada, de pertença ao território: seu sentido, significados e soberania.

Será mostrado como a presença das empresas e suas formas de territorialização ocorrem com a ajuda da militarização e do Estado, procurando espalhar o ideário do desenvolvimento no meio das comunidades anfíbias no município de Caucasia.

No caso destas comunidades, foi realizada no capítulo anterior a descrição das formas de produção anfíbia em seus territórios, de extração¹³⁶ de Bens Naturais; a partir da contextualização social e histórica, do meio em que se desenvolvem e organizam as comunidades e os indivíduos como uma modalidade de produção socioeconômica alternativa à exploração predatória do ouro.

Em seguida, mapeando os comitês e as organizações em particular dos pescadores, procurou dar voz a elas e identificá-las a partir dos horizontes fixados pelas suas histórias, ideais, buscas e lutas.

¹³⁵ A territorialização do Estado se pode observar de duas formas, direta quando atua com a força pública e indireta quanto fica sumido em seu papel.

¹³⁶ Se utilizará o conceito de *extrativismo* propriamente para o modelo implementado pela grande exploração mineira, enquanto que a *extração*-como verbo- se utilizará propriamente para as comunidades pesqueiras.

PRODUÇÃO TERRITORIAL ANFÍBIA



Fonte: Bajo Cauca antioqueño Razones de Vida y Esperanza p. 32.

Terra molhada-renda da água

A transmissão oral dos conhecimentos da pesca revela o grande valor, do trabalho destes homens e mulheres, ainda que para estas em menor medida. São saberes e práticas que amadurecem com os tempos destes homens das águas. A atividade da pesca envolve conhecimento, resistência, força e disposição física para o silêncio, paciência para pegar os peixes, e para os ciclos do pescado ao longo do ano.

A autora do presente trabalho sendo transportada para um dia de pesca, observou uma variedade de atividades, como concertar as redes (foto 9- ANEXO em CD), sozinhos ou em companhia, usando materiais às vezes construídos artesanalmente com as agulhas (foto 10- ANEXO em CD), usando pedaços de madeira e de cadeiras de plástico. As agulhas são obtidas também na troca com outros pescadores. Atividade central e primária é a fabricação das redes. Muitos pescadores nas entrevistas manifestaram a inconformidade com a utilização do que eles chamam de “*desilao*”, uma rede de elaboração industrial, de custos mais baratos, mas com buracos menores da rede artesanal que faz com que fiquem presos filhotes de peixes. A postura de inconformidade se deve ao compromisso que eles têm com a pesca, no respeito aos ciclos da natureza, aprendizagem

repassada de geração em geração, pelas comunidades que entendiam como saber qual peixe pescar hoje garantia as próximas pescas.

“O *homem anfíbio*, como visto, exerce várias atividades simultâneas e nenhuma exclusiva, utilizando, além da terra, a água como principal meio de produção” (FRAXE, 2000:134). Ao assumir esta identidade, o Sr. Argemiro (foto 11-ANEXO em CD) em uma das entrevistas grupais na *vereda La Esmeralda*, mostrava ser possuidor dos seus meios de produção e que a água e a terra constituíam para ele os elementos fundamentais que sustentavam a produção em nível familiar e comunitário ou como excedente para complementação da renda. Nessas formas de produção e reprodução das mercadorias e da espacialidade o *homem anfíbio*, camponês da água tem os meios “necessários para sua manutenção” (FRAXE, 2000:65) -sua força de trabalho, a água e a terra firme.

A canoa, meio de transporte e de trabalho, é geralmente de madeira (foto 12-ANEXO em CD), e a razão para isso tem a ver com o silêncio necessário na hora de realizar as tarefas da pesca. Assim como sua canoa, o pescador se caracteriza também socialmente por ser um homem silencioso, quieto, segundo expresso por Alberto, o avô pescador da *vereda Barrio Chino*. Em alguns casos, as canoas podem ter motor geralmente pequeno e de baixa potência; não necessariamente são construídas pelo mesmo pescador que as utiliza, sendo muitas delas objetos de trocas ou heranças.

Uma das entrevistas grupais que mais me chamou a atenção foi não só porque tive informações importantes para minha pesquisa, mas pelas particularidades das situações que vieram a acontecer. O dia começou com uma viagem para conhecer e conversar com o grupo de pescadores da *vereda* chamada *Barrio Chino*, desde às 5 horas da manhã ao longo de 3 horas de taxi-coletivo, até o limite com o município de Nechí, por caminhos desconhecidos e isolados das zonas rurais, ao longo de uma estrada de chão. Esperava, na chegada, encontrar a pessoa que me foi indicada para ir ao meu encontro, o senhor Alberto. O ponto de encontro era um lugar afetado pela mineração, onde tinha bastantes máquinas e homens jovens trabalhando (foto 13- ANEXO em CD). Após um tempo de espera finalmente chegaram ao meu encontro não o senhor Alberto, mas dois rapazes em uma canoa (foto 14- ANEXO em CD), perguntando por meu nome. Um pouco desconfiada entrei na canoa rumo ao um lugar ainda mais desconhecido.

Uma vez em terra firme no acampamento dos pescadores da *vereda de Barrio Chino*, fui bem recebida por todas as pessoas que manifestavam curiosidade a respeito de minha pessoa. No lugar havia na maioria homens de todas as idades, e as únicas mulheres que se encontravam no acampamento e que em certa medida me deram conforto por não me sentir tão rodeada de homens, foram a filha e as netas do senhor Alberto, estas últimas crianças. As três mulheres tinham a tarefa de cozinhar no acampamento, e no desenvolvimento das entrevistas tanto coletivas como individuais soube que nem sempre há mulheres no acampamento, sendo as tarefas da preparação dos alimentos realizadas pelos mesmos homens. Nesse dia pude observar como a divisão do trabalho tanto na água como na terra firme é bastante marcada, pois em conversa com a filha do senhor Alberto soube dela ser filha de pescador cujo ofício só foi ensinado para seus irmãos homens.

Se segundo José Martins de Souza (1996), o que diferencia a penetração do capitalismo no campo é a propriedade privada, observamos nesse caso como os lugares de pesca, das lagoas e dos rios são lugares coletivos de mútuo acordo, como bens naturais e finitos, conforme consta na regulamentação da *Asociación Nacional de Pescadores* (AUNAP). Nesse lugar quem tem licença para pescar - a pessoa da comunidade, da associação ou do comitê, não se opõe a que talvez outro pescador também possa pescar no local. Para esses acordos verbais na maioria das vezes os pescadores guardam profundo respeito, pois aquele lugar não é uma propriedade privada.

Terra firme-renda da terra firme

No trabalho de campo se mostrou precisamente a possibilidade de ter terra firme, além da moradia, ou melhor um lugar onde plantar, a questão perpassa todos os âmbitos, partindo dessa diferença, pode falar então como é que os homens e mulheres têm esse diferencial como a posse de uma terra para plantar, ou como chamaria Fraxe “os meios necessários para a sua manutenção”, que transborda a questão econômica, já que esse homem anfíbio que consegue plantar cria outro tipo de relações com a terra, com a natureza, com sua família e sua comunidade, até mesmo com sua luta.

Wilson Martin (foto 15- ANEXO em CD) morador da outra beira do rio Cauca em um lugar chamado Puerto Espanha, e que há vinte e cinco anos veio de San Antonio, Magdalena, mostrava como desde criança construiu-se o diferencial da produção de sua existência e identidade na relação com a natureza, no processo de conhecimentos do cultivo da terra, que lhe foi repassado pelos seus pais e avós e transmitido para seus filhos e sua companheira. O que ele tem chamado como sua arte, mostrando como exemplo dos frutos do pequeno pedaço de terra que alimenta e sustenta sua família, Wilson e sua companheira me ofereceram um delicioso mamão.

Entre os alimentos produzidos com o cultivo da terra, para sustento das famílias ou às vezes como complementação de renda e de troca com a comunidade da mesma *vereda* se tem a *Yuca*- mandioca- e *Ñame* -inhame- parte da culinária do litoral colombiano, trazida com a imigração da população para Caucasia, e cujas origens remontam aos plantios indígenas; o *Maíz*-milho também de origem indígena, é consumido assado, amassado e cozido; *Plátano*-banana da terra tanto madura como verde- é consumida de inúmeras formas, frita, cozida, em caldo e assada; a produção às vezes é tão boa que o mesmo produtor doa parte para evitar que estrague. Alimentos como as *Berinjelas*-berinjelas-, *Ajonjolí*-gergelim- geralmente são mais utilizados para a complementação da renda, mas não são todos os produtores que os plantam. O arroz é cultivado geralmente em comunidades, sendo a base da alimentação não só de Caucasia, senão da população colombiana em geral.

Talvez seja na terra firme onde a mulher tenha um maior protagonismo em relação ao trabalho, fora as atividades domésticas, pois a mulher é quem mais trabalha no cultivo da horta, no terreno mais próximo da casa, onde está o “*pan coger*” diário, pois geralmente estes espaços estão plantados limões, coentro, couves, temperos e plantas medicinais, que também fazem parte do sistema de compartilhar e trocar nas *veredas*.

Fraxe complementa em relação ao cultivo mais do âmbito doméstico, apontando o seguinte:

Um subsistema de uso da terra do sistema agrícola que envolve o manejo de árvores, arbustos e ervas de uso múltiplo intimamente associados a cultivos agrícolas anuais e perenes e a animais domésticos de pequeno porte, sendo o

conjunto intensamente manejado pela mão de obra familiar, com especial destaque ao papel da mão de obra feminina e infantil. (FRAXE,2000: 123).

As diferenças entre o pescador urbano e o pescador rural incluem as possibilidades de cultivo, a qualidade da alimentação, da renda, as condições de troca na comunidade rural. Os obstáculos que estes pescadores urbanos têm que enfrentar na cidade não só como indivíduo, senão como pertencente a um coletivo, a um grupo tradicional, colocando-os em uma situação de desvantagem, tanto para a produção de autoconsumo como para geração de renda e como tal das suas condições de vida digna.

Entre os dois lugares - a água e a terra firme- ficam os diferentes tipos de apropriação e desapropriação, isso quer dizer o seguinte: a) como espaço intermediário entre a terra e a água não possui um dono, sendo que estes lugares também deveriam em teoria seguir a legislação¹³⁷ colombiana de respeitar os 30m da beira dos rios para a construção ou apropriação; b) este espaço intermediário sofre com as problemáticas da perda do caudal ou largura da água, pois cada vez é maior a chegada dos búfalos como forma de expandir a fronteira para pecuária ganhando terra da água, trazendo com o gado para pisar e cercas para estender a fronteira agropecuária; c) os pescadores usam as beiras do rio para deixar suas canoas e colocar as redes pequenas. Quando é tempo de fazer os acampamentos, colocam nestes lugares seus barracos para os dias do tempo da pesca.

A terra e a água são instrumentos de trabalho qualitativamente diferentes dos outros meios de produção. Quando o camponês trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não é. Quando o *homem anfíbio* trabalha na água, não é para produzir os lagos, rios e igapós, mas para adquirir o alimento contido e produzido por eles. O peixe adquirido na água é produto do esforço de pesca do camponês (trabalho materializado), mas a água não é. (FRAXE, 2000:115).

Trabalho e descanso da terra e da água

Descansar a terra é o seguinte: a gente tem um pedaço de terra acolá, que a água não invade tudo no ano né. Então quando a gente usa ela com roça um ano, dois anos, no terceiro ano a roça começa caí, dá menos né, então a gente deixa ela

¹³⁷ LEI DE ÁGUAS Leis No. 276 de 27 de agosto de 1942.

descansá, deixa o mato tomar de conta, e quando passa uns três a quatro ano, a gente vai lá pega o machado e a enxada e derriba a capoeira, e dispois queima. E dispois a gente planta roça novamente, a senhora num sabe né, dá que é uma belezura (Sr. Benedito, 54 anos, Coari-Médio Solimões/AM) (FRAXE, 2000:130).

“O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, em que há troca de energia entre ambos, através da atividade do homem” (FRAXE, 2000:119). Essa interação, esses ciclos e conexões com a natureza e com as dinâmicas da economia local colocam em pauta os tempos e modos de produção do homem anfíbio. Esse cuidado, respeito e tempos com a natureza se encontram hoje ameaçando os bens naturais, de modo a poder dimensionar as diferenças na produção do território entre o homem anfíbio e as empresas extrativistas, pois, no primeiro caso, os meios de produção e a força de trabalho são compatíveis com o tamanho da família, dos grupos, e das comunidades, no outro é a dimensão da acumulação, a produção além do necessário.

Os elementos e os meios que o homem anfíbio protege, utiliza e respeita no clima e seus ciclos, através de seus conhecimentos, conseguem segurar e desenvolver as atividades tanto da pesca como da terra firme. No caso da água, trata-se do elemento que os homens anfíbios cuidam como forma de produção e reprodução, é que possibilita tanto as atividades da terra como da água, tanto para a irrigação dos plantios como para manutenção do lar. Tanto na água como na terra os homens anfíbios têm animais como meios de produção, de alimentação, e de trabalho, como porcos, galinhas (foto 16- ANEXO em CD), os peixes, às vezes cavalos.

O uso de ferramentas adequadas, no sentido de respeito com a natureza, continua conservando um lugar importante na consciência do grupo de pescadores e cultivadores. Na roça do senhor Pedro (foto 17-ANEXO em CD), morador da *vereda* Cataca que cultiva gergelim, berinjela (foto 18- ANEXO em CD), milho e batata, pude observar o cuidado com todos esses cultivos em harmonia, produzindo alimentos para consumo próprio e algum excedente para vender. No dia em que ele me levou para conhecer e me explicar como cuidava da sua roça, me deu como presente várias berinjelas e inhames, que levei para minha casa em Medellín.

Identidade na pesca artesanal

As definições produzidas pelo Estado, na legislação sobre a pesca artesanal, identificam os pescadores simplesmente como um grupo de indivíduos ou pessoas *naturais*¹³⁸ que realizam determinada atividade extrativa, com *artes*¹³⁹ menores para a pesca, desde os investimentos até o nível de produção. De sua parte, os pescadores se consideram mais do que uma somatória de indivíduos que extraem peixes das águas do rio, se reconhecendo como uma comunidade específica¹⁴⁰, tanto pelas suas questões de autonomia, como para a afirmação de direitos específicos. Muitos pescadores entrevistados relatam sobre como preferem trabalhar de forma independente ao invés de ter um patrão ou um horário de trabalho; como que a partir destas condições se reafirmam como pescadores.

Como ocorre no caso das comunidades pesqueiras que formam um grupo social pertencente a um mesmo lugar, que interagem entre si de forma contínua e compartilham sentimentos de identidade, interesses, valores, instituições, entre outros aspectos que os une e os converte em uma comunidade como tal. Este caso é contrário ao dos indivíduos ou grupos de uma sociedade, dos quais podem ou não pertencer a uma mesma cultura e interagem continuamente, mas em um regime já estabelecido de interação. (SALAZAR e GRISALES, 2014:20). (Tradução livre).

Pode entender que as comunidades pesqueiras têm uma série de composições naturais¹⁴¹ em sua conformação como comunidade. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)¹⁴², estas comunidades têm uma organização social, econômica, política, sistemas de gestão interna, organização religiosa, configurando a identidade própria das comunidades, além da autoafirmação e pertencimento de cada membro da comunidade.

Nas atividades de trabalho dos pescadores realizadas no rio ou mesmo na fase preparatória da pesca há uma responsabilidade em comum que compromete o

¹³⁸ Termo jurídico que também faz referência à pessoa física.

¹³⁹ Faz referência a técnicas e instrumentos utilizados para a pesca.

¹⁴⁰ Onde se conservam certas práticas e costumes particulares.

¹⁴¹ Chamada assim pela sua interação e convivência com a natureza.

¹⁴² MCGOODWIN, J.R. Comprender las culturas de las comunidades pesqueras: clave para la ordenación pesquera y la seguridad alimentaria. FAO Documento Técnico de Pesca. No. 401. Roma, FAO. 2002. 301p.

grupo todo, não só para conseguir uma boa pesca, mas também para cuidar um do outro, nasegurança, pelos riscos de vida mesma que podem ocorrer no momento do trabalho, ao armar o acampamento; nas atribuições das funções para a alimentação, para o respeito dos horários de pesca, dos revezamentos que fazem durante o dia todo. (foto 19- ANEXO em CD).

[...] a pesca artesanal, é mais que uma individuação do setor produtivo ativo, é um complexo sistema de divisão de papéis e de funções de trabalho, da forma de ver e de entender a vida e a morte, de formas de pensar e de atuar, enfim, de culturas de pescadores, e portanto os direitos sobre os elementos naturais que asseguram sua sobrevivência como comunidade e como cultura devem ser, também, coletivos. (PAZ, 2015:119). (Tradução livre).

Muitos pescadores, são também agricultores, realizam trabalhos informais de complementação da renda¹⁴³, *Barqueros*¹⁴⁴, pois em função da eclosão de conflitos, da violência e do abandono por parte do Estado, muitos pescadores precisam realizar outras atividades porque o dinheiro que ganham com a venda do peixe não é suficiente sua subsistência. O Estado tem estabelecido um calendário de proibição da pesca para a reprodução, desova e crescimento dos peixes, sem oferecer alternativas aos pescadores. O flagrante da pesca da espécie de peixe proibido (Bagre¹⁴⁵ foto 20- ANEXO em CD) traz como consequência a prisão do pescador e a apreensão do peixe que, conforme depoimento dos mesmos pescadores, deveria ser doado a hospitais, abrigos para crianças e idosos, mas sem ter certeza que isso de fato acontece. Para a regulamentação da pesca por parte do Estado tem sido criada a Autoridade Nacional de Agricultura e Pesca (AUNAP) dentro do Ministério de Agricultura que também realiza o registro e estatísticas sobre a população de pescadores, sem, no entanto, no período de proibição da pesca do bagre que mais se comercializa, ter fornecido algum tipo de assistência técnica, nem individual nem para comitês e organização de pescadores. A criação de uma carteirinha (foto 21- ANEXO em CD) para os pescadores, serve mais como modo de evitar de serem confundidos com os grupos armados ilegais, com as autoridades e pelos mesmos grupos para serem identificados como pescadores.

¹⁴³ Em relação aos trabalhos que realizam segundo as ofertas do mercado laboral.

¹⁴⁴ Equivalente em português a garimpeiros.

¹⁴⁵ Até os anos 80 a sub-região do Bajo Cauca se destacava como a principal produtora de bagre na Colômbia. Hoje este peixe está em extinção.

São peculiares nestas comunidades as construções tipo palafitas, alinhadas ao redor das fontes hídricas acompanhando os ciclos das águas como característica deste modo de vida anfíbio em conexão com os tempos cíclicos da natureza, tanto da água como da terra firme. Os ritmos de vida do rio Cauca, se diferenciam entre ritmos da terra firme e da beira da várzea, sendo que para os primeiros, os ciclos correspondem mais com os períodos de chuvas, enquanto os segundos correspondem mais com os períodos de enchente da várzea. Para as culturas ribeirinhas, como comumente se chamam as comunidades que moram perto dos rios ou têm alguma relação social e cultural com o rio, seus ritmos e relações com o rio estão sujeitas às crescentes e enchentes do rio. Nos períodos de verão ou de seca as comunidades desenvolvem atividades de agricultura e criam animais como gado e galinhas, enquanto, ao chegar as chuvas, na beira do rio deixam de se exercer as funções do tempo seco, para dar início às atividades da pesca, toda esta conjugação de atividades pode ser chamada como o fenômeno da sazonalidade.

Estas comunidades que também podem ser reconhecidas como de “pescadores camponeses” tem concepções próprias da produção do território recriadas a partir das perspectivas ancestrais, de modo que:

“Este campesinato pode ser caracterizado com as seguintes peculiaridades: a) dependência e simbiose com a natureza, através dos ciclos naturais e dos recursos renováveis, a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral; c) noção do território e do espaço-o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns desses membros possam ter migrado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e valores de uso para outros (mercadoria); f) reduzida acumulação de capital; g) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativas; h) a tecnologia utilizada, é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; i) fraco poder político, que, em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos; j) o trabalho com a terra é policultivo de subsistência em sistemas agroflorestais; l) utilizam a técnica do pousio para retroalimentação dos seus solos; m) a Mão de obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é quase exclusivamente familiar; n) há extensa e intensa divisão sexual e social do trabalho na família; o) o trabalho artesanal é dominado pelo camponês e sua família até o produto final; p) os meios de produção fundamentais são a terra e a água; q) a religião é um fator preponderante para divisões sociais, políticas e econômicas, além de contribuir para a cidadania [...] r) a palavra

estabelecida através das relações de compadrio transforma-se, em geral, em *estado de direito e de fato*. (FRAXE, 2000:64).

Como foi falado na citação anterior as formas de vida características deste grupo de camponeses das águas mostram umas relações sociais, culturais, políticas, econômicas que correspondem com o que Fraxe tem chamado de relações não capitalistas, relações que primam os costumes, as relações parentais, os valores construídos neles de geração a geração, como na forma em que muitos pescadores artesanais têm aprendido suas atividades através da imitação e da transmissão oral, com a família, amigos, e a comunidade. A atividade da pesca é realizada, sobretudo pelos homens que transmitem os conhecimentos de pai para filho. O espaço construído pela cultura anfíbia é apropriado mais pelos homens do que pelas mulheres, mas é relevante a importância destas últimas nas atividades da pesca às vezes de forma individual (foto 22- ANEXO em CD) questionando preconceitos e tabu sobre as mulheres pescadoras que às vezes são olhadas como masculinizadas. Sua participação nas atividades da pesca é mais de companheiras dos homens, como eles mesmos falaram nas entrevistas, já que não tem outro papel que não seja cozinhar nos acampamentos quando vão com seus companheiros.

Antigamente a atividade da pesca conseguia sustentar economicamente uma família numerosa, mas recentemente essa realidade tem mudado, é assim então como a hibridação destes homens com a terra vem incrementando-se dando como resultado a cultura anfíbia, pois em tempos anteriores as possibilidades de fazer boas e abundantes pescas eram maiores. Conforme tem diminuído a pesca, as variedades de trabalhos e atividades do ribeirinho têm aumentado.

“Agora tem que se dedicara criar galinhas, a criar porco para poder, quando está em apuros aqui vender” (depoimento recolhido no trabalho de campo).

A observação de como as comunidades de pescadores refletem sobre suas formas de convivência com a natureza, de vida e de geração de renda, evidencia a ideia de “sustentabilidade” dentro de um campo mais amplo do que a limitada relação custo-benefício, incluindo a identidade, o desenvolvimento humano, as diferentes visões de mundo e noções de territórios. No imaginário destas comunidades se encontra a relação de proteção do *Bem Natural* (o rio, a água), como por exemplo os mitos e

lendas de seres sobrenaturais como personificações das proibições de épocas da pesca, com comportamentos e valores que diferenciam notavelmente estas populações dos valores e comportamentos das sociedades urbano-industriais e que têm estreita relação com os usos e significados da água.

Para as comunidades de pescadores “o rio é uma empresa de sustento dos ribeirinhos”¹⁴⁸, não só do ponto material, como também de suas apropriações socioculturais. O fato de morar perto do rio aumenta a possibilidade de conviver e se aprofundar nos conhecimentos dos ciclos deste *Bem Natural*; sendo tanto a água como suas atividades de terra firme importantes.

De modo geral, as localidades urbanas de moradia desta população têm muitas ruas não pavimentadas, as casas, são de madeira ou de tijolo, “chão batido”, em estado bastante deteriorado ou inacabado. Nas casas mora uma grande quantidade de pessoas. Estas moradias não contam com a infraestrutura necessária para garantir condições dignas de vida, por estar localizadas na periferia da cidade, a beira do rio onde não chega a ação do Estado, e por seus moradores não terem condições econômicas para melhorar estas situações, sendo geralmente o pescador o único responsável para manutenção de sua família. Na Colômbia, quase 120.000 pescadores estariam sustentando cerca de 700.000 pessoas que fazem parte dos seus núcleos familiares, além de gerar 3 postos de trabalhos por cada pescador. (TASSARA, 1990:138).

Produção e consumo de peixe

Já não é como antes, de repente se pesca um ou dois, o resto que se pesca é só um pouquinho¹⁴⁹. (Arturo Vilória, pescador pertencente à Associação de Pescadores Artesanais de Caracolí) (tradução livre)

¹⁴⁸ “El río es una empresa de sostenimiento de los ribereños”. Wincho, jonsero e expescador de la vereda la esmeralda.

¹⁴⁹ Ya no es como antes, de repente se pesca uno o dos, el resto que de lo que se pesca es solo un poquito (versão original).

A grande maioria da produção da pesca artesanal é comercializada com o peixe fresco e em pequenas quantidades são congeladas. As técnicas ou os materiais que se utilizam no processo da produção não garantem a quantidade de pescado como ocorre na pesca industrial. É peculiar da pesca artesanal a autonomia nas suas operações e, pelo seu nível tecnológico, a maior utilização de força de trabalho humano. Este tipo de pesca além de técnicas específicas, tem um consumidor cada vez mais específico, pois as quantidades de pesca que cada vez são menores fazem com que o peixe fique caro e quem pode pagar ele sejam donos de restaurantes ou grandes distribuidores; a venda do peixe direto do pescador está sendo cada dia menos.

Vale lembrar que não são só estes os motivos pelos quais a pesca artesanal é considerada de baixo custo -a utilização dos materiais e as técnicas-, pois a razão disto são os baixos incentivos que tem o pescador quando oferece seu produto ao atravessador, que será quem finalmente vai levar o produto até o consumidor final.

Em relação ao consumo de peixe na Colômbia, é um dos mais baixos do mundo, pois calcula-se que no ano só se consomem cerca de 3,1 kg por pessoa, sendo que esta situação pode se atribuir aos hábitos alimentares e ao alto custo do peixe devido à comercialização e distribuição nas mãos de terceiros, que influenciaram os preços finais.

Pode entender por que o consumo de peixe no país é bastante baixo, já que as preferências na alimentação no consumo da proteína animal estão mais orientadas para o consumo de carne bovina, porco e aves, enquanto o consumo do peixe é mais frequente -como era de se esperar- nas populações do litoral ou das beiras dos rios.

A exploração pesqueira tradicional em Caucasia é uma pesca de subsistência, para consumo próprio e como complementação da renda das famílias ou grupo de pescadores que trabalham juntos.

Estes “pescadores camponeses” atuam em complexos sistemas aquáticos, situados usualmente no lugar onde o rio transborda com suas águas em período de enchentes conhecidos na Colômbia com o nome de *Ciénagas*, se deslocando até

esses lugares nas suas canoas de madeira¹⁵¹ (foto 23- ANEXO em CD) remando e levando consigo os instrumentos de pesca que chamam de *Entable*¹⁵² (foto 24- ANEXO em CD).

O *Lance* como é conhecido o lugar onde pescam, é o espaço aquático delimitado pelos grupos onde estes exercem a atividade. O respeito desse direito à pesca em um determinado lugar é estabelecido de comum acordo. Segundo eles, o lance geralmente só não é respeitado pelas pessoas que não pertencem à comunidade. O pescador, portanto, não atua sozinho, mas preferencialmente em grupo e até quando o dono de um *Entable* convida outros pescadores para pescar, este não é considerado um patrão, senão como um companheiro, trabalhando em conjunto, em uma relação de camaradagem (foto 25- ANEXO em CD). Os horários da pesca dependem da estação do ano, do clima e do mesmo pescador, há também horários diários e por grupo de pescadores para fazer controle das redes na água.

Em relação às formas de produção do espaço, das economias, da cultura dos pescadores que vão além daquelas tradicionais poderia falar da cultura anfíbia como tal e das necessidades de hibridação pois, a segunda envolve processos de transformação e formas de trabalho que se distanciam dos modos de produção anteriores.

Para uma melhor compreensão das contradições entre as relações não-capitalistas e capitalistas no caso de Caucasia e da persistência da produção dos camponeses das águas é necessário um olhar crítico do sistema dominante e um entendimento da “produção”, das mercadorias, na acepção de Marx (2013) da cultura, das relações sociais no território, trazendo para a questão da espacialização a contribuição de Harvey (2005).

Os usos do rio têm mudado tanto que praticamente não se usa mais como meio de transporte das produções dos cultivos dos camponeses. Com o sistema rodoviário e a extinção de alguns rios menores que desembocavam no rio Cauca, tem se usado cada vez menos o transporte com os chamados *Jonson* (fotos 26 e 27- ANEXO em

¹⁵¹A razão que os pescadores dão para a utilização de uma canoa de madeira é que esta faz menos barulho que uma de metal, assim os peixes não fogem tão facilmente.

¹⁵²Composto por cano, remo, ferramenta, redes de diferentes tipos dependendo do tipo e lugar de pesca.

CD) para pessoas e mercadorias compradas na zona urbana ou produtos agrícolas destinados a cidade.

Condições sociais e econômicas

Os pescadores artesanais constituem um dos setores mais pobres e marginalizados dentro da zona urbana do município de Caucasia. Em sua maioria não contam com nenhum serviço básico, sofrem com a falta de atenção em saúde, não usufruem de boas vias de comunicação, pois geralmente se deslocam e transportam seus produtos pelo rio, e finalmente, têm dificuldades para o acesso a estudo e formação técnica.

As escolas não têm infraestrutura, nem pessoal capacitado para formação e acessoria para as comunidades. A esta situação se soma a desmotivação dos mesmos pescadores para continuar repassando às novas gerações os saberes e fazeres da pesca artesanal que tem pouco reconhecimento social, político e econômico. Os pescadores afirmam ter outras expectativas para as novas gerações; é uma arte que eles gostam, mas não querem que os jovens passem pelas situações difíceis que eles já viveram e vivem. Muitos pescadores com saudade veem que a transmissão para as gerações futuras não acontece, por condições sociais, econômicas e ambientais insustentáveis, conforme relato de experiência dos pescadores e resultados de estudos a seguir:

Eu cresci na região de Margento, o peixe nestes tempos (final do ano) não tinha nem que comprar e começaram os ricos a comprar nas beiras das bacias(*ciénaga*), e hoje em dia você não pega nem para o mínimo¹⁵³, secaram a bacia e agora com a mineração ainda é mais rápido, uma parte destes peixes estão contaminados. Entrevista realizada aos pescadores do comitê ASOPESCA. (6, 6:30) (tradução livre)¹⁵⁵.

A visão de futuro dos pescadores artesanais, é de muito pessimismo e desconfiança. Existe a experiência real e histórica da diminuição dos

¹⁵³Essa expressão se refere a quantidade de peixes, a qual vai depender da capacidade de troca no mercado local ou do sustento para a família.

¹⁵⁵ Yo me crie en una vereda Margento, era una vereda que en estos tiempo había tanto pescado que no había ni quien lo comprara, y los ricos comenzaron a comprar a la orilla de esa cienga y hoy en día no cogen ni la liga, secaron la ciénaga y ahora con la minería mas rápido una parte de los pescados esta contaminada (versão original).

recursos de pesca, da complexidade do meio legal e prático em que eles vivem. O futuro parece difícil a tal ponto que se consideram eles mesmos como uma espécie em extinção. A noção de futuro é mais complexa, se problematiza todo sujeito social que elabora respostas e são as dos pescadores artesanais aquelas que nos emocionam no relato, porque em toda resposta está o olhar de futuro de uma projeção que os nega, que os condena a desaparecer. (GRISALES e SALAZAR, 2014: 30) (tradução livre).

A diferença do otimismo presente nos estudos feitos na Amazônia brasileira onde pelo contexto e a importância da pesca na vida das populações, alguns autores, tais como Fraxe defendem a ideia de que os “pescadores camponeses” não irão desaparecer porque seu modo de vida é capaz de frear o desenvolvimento capitalista, nesta pesquisa mostramos o contrário, baseados tanto na observação dos fatos como nos níveis de esperança dos pescadores protagonistas deste estudo.

As mudanças negativas que os afetam passam também pelos lugares de moradia, como é o caso do *pescador urbano*¹⁵⁶, pelas diferenças notáveis com o pescador rural, como a qualidade e o local da moradia, as condições precárias de produção da pesca e da agricultura, pois vive distante do rio e sem terra para cultivar, obrigando-o a reconfigurar suas relações sociais, uma vez que os vínculos comunitários se dispersam.

Produção territorial extrativista

Os ricos acabaram com a bacia, eles fazem a terra ficar firme e acabam com a bacia. Entrevista realizada aos pescadores do comitê ASOPESCA (6, 5:50) (tradução livre)¹⁵⁷.

Este espaço é determinado pela espacialidade física e carregado de poderes e significados para o capital que se traduz em articulações da ordem da produção de

¹⁵⁶Constitui uma nova categoria de análise.

¹⁵⁷ Los ricos han acabado con la Ciénaga, ellos hacen el terraplén y acaban con la ciénaga (versão original).

mercadorias e lucros, gerando mais-valia na medida em que a expansão geográfica é cada vez maior. É o caso do capital na Colômbia durante seu desenvolvimento que tem definido e implementado modelos territoriais orientados à acumulação e superacumulação, fazendo uso da violência e do terror como elementos que garantem a acumulação por despossessão, exemplar na construção territorial de Caucasia no *Bajo Cauca antioqueño*.

Na influência de interesses e poderes, Caucasia é então um território que se construiu a partir das demandas do capital, as quais converteram o maior município da sub-região em um centro urbano e de conflitos, com notáveis contradições e contrastes entre a pobreza e a riqueza de suas terras e as condições de vida de sua população, reflexo das grandes concentrações de terra, relacionadas com a capacidade de exploração dos recursos nas mãos de capitais privados. Estas situações incrementam a precariedade das condições de vida das comunidades do Bajo Cauca antioqueño.

A situação deste município não é desligada da realidade que se vive no resto do país, com as projeções das políticas econômicas do governo de Juan Manuel Santos (2010-2014), com a implementação das cinco *locomotoras* com as quais pretende-se que o país irá se pôr no “movimento” do desenvolvimento durante estes anos: moradia, setor mineiro energético, infraestrutura de transporte e comunicações, setor agropecuário e os setores de inovação que passaram literalmente por cima do país como uma locomotiva. Sintoma disso, no ano de 2013 se deflagrou uma das maiores e prolongadas crises agrárias com uma mobilização no país que se converteu logo depois em uma greve geral incluindo outros setores nacionais, como mineiro e de educação.

Em relação à mineração, o país parece estar em uma bandeja de prata colocando em oferta suas riquezas, como mostra o documento criado pela Unidade de Planejamento Energético no ano de 2006 definindo a Colômbia como país mineiro, sendo os fins deste documento 1) facilitar a atividade mineira; 2) promover o desenvolvimento sustentável da mineração e 3) fiscalizar o aproveitamento destes recursos naturais.

Pois igualmente

[...]outros Estados nacionais, nesse contexto, assumem políticas econômicas denominadas, “neoextrativistas”, que incentivam a exploração dos bens comuns e sua exportação, para garantir saldo positivo na balança comercial e liquidez nas caixas estatais. Essas medidas estatais são acompanhadas regularmente por adaptações da legislação nacional, a fim de reduzir controles e vínculos ambientais e trabalhistas, e facilitar os investimentos (em muitos casos estrangeiros) na mineração. (PADILLA e BOSSI, 2014:76).

No caso das diversas empresas mineradoras que desde a metade do século passado estão presentes em Caucasia, pode afirmar que têm atuado como verdadeiros “enclaves”¹⁵⁹, mas em contrapartida de suas obrigações sociais com as regalias recebidas, e sim pelo abandono do Estado e visando cooptar a população, as “benfeitorias” realizadas por estas empresas não tiveram repercussões significativas na melhora das condições sociais e políticas do município tampouco das comunidades.

Entre as problemáticas presentes na região do Bajo Cauca, envolvendo Caucasia no meio do extrativismo do ouro, tem a forte presença de grupos armados, as extorsões sofridas pelas pessoas que têm relação com a extração do mineral e os danos ambientais que se geram por ambas as partes da mineração legal e ilegal. Ainda que na Colômbia seja cerca de 25 mil famílias que vivem do sustento da mineração segundo dados da Confederação Nacional de Mineradores de Colômbia (CONARMINERCOL)¹⁶⁰, tem que se levar em consideração as grandes proporções das questões vinculadas ao desenvolvimento da mineração no país.

A mineração de aluvião¹⁶¹ na região não tem sido recente, muito pelo contrário esta é bem antiga e, além de incentivar uma constante disputa pelo território, tem gerado desalojamentos massivos da população com a desvalorização das terras na década de 80, quando se intensificou notavelmente a produção do ouro.

O paradoxo da obtenção mais fácil dos títulos mineiros cresce não só na região do Bajo Cauca, senão também no resto do país gerando uma situação crônica, pois tomam parte disso, de um lado, as grandes multinacionais se aproveitando das

¹⁵⁹ Quando se fala de economia de enclave, se faz referência ao modelo econômico, no que em um mercado globalizado se localizam atividades produtivas em países subdesenvolvidos destinados à exportação e sem integrar-se no mercado local. Este termo tem sido amplamente usado para descrever as relações pós-coloniais de dependência em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina.

¹⁶⁰ http://www.ipc.org.co/agenciadeprensa/index.php?option=com_content&view=article&id=597&Itemid=176.

¹⁶¹ A que é feita com água, geralmente com a água dos rios, além desta ser realizada a céu aberto.

facilidades oferecidas pelo governo ao grande capital, do outro os paramilitares agindo como protetores, como donos das terras, e subornando as empresas. Estes “grupos ilegais abrem suas próprias minas porque não permitem que outro abra uma mina na sua área. De toda maneira tendem a fazer com que sejam pessoas do mesmo setor as que trabalham no local.” (HERNÁNDEZ, 2012:4). (Tradução livre).

A mineração de média escala apresenta um conjunto de situações que aqui apresentará de maneira mais panorâmica. Envolvem tanto os latifundiários, como os comerciantes de ouro, paramilitares e pessoas vinculadas ao narcotráfico, atuando com a cumplicidade tanto das polícias como dos militares. No caso dos narcotraficantes:

Ocorrem mediante acordos econômicos, emprestando dinheiro, gente e armas. Pois, às vezes o empresário mineiro tem as máquinas, mas não tem as pessoas nem as armas. É uma simbiose para um comum acordo. Eles são capazes de desalojar zonas rurais inteiras para colocar as máquinas. (HERNÁNDEZ, 2012:5) (Tradução livre).

Na Colômbia é peculiar a presença de conflito armado nas zonas de grandes reservas e recursos (Bens) naturais, isso porque se pensar na relação de um conflito não bipolar, mas envolvendo os diversos protagonistas dos territórios, das escalas, dimensões e interesses diversos e interpostos fazem com que esses lugares sejam muito mais desejados para a exploração, que neste caso seria a exploração mineira.

Um elemento que pode ajudar a entender a dinâmica territorial das populações não só para o caso de Caucasia, senão também para a Colômbia, é como a questão da remoção forçada¹⁶², intensa e generalizada, está estreitamente ligada aos processos de desenvolvimento e não única e exclusivamente aos processos do conflito armado que não pode negar também estejam vinculados, deflagrando lutas pelo território, por parte do Estado, da população e dos grandes empreendimentos.

É por isso que:

Para saber onde há ouro olham para as zonas onde o camponês garimpa. Chegam, visitam, pedem para alugar a terra, para vender a terra, entrar com uma máquina; se serve, entram com outra ou dois mais, então aí não servem os camponeses. O que segue são os paramilitares que se colocam na entrada dos lugares e começam a ameaçar os trabalhadores para que

¹⁶²As pessoas, na verdade, não se deslocam, as desterram, as expulsam, as obrigam a fugir e a se esconder.

vendam as terras. Se não funciona vem os operativos da força pública que pressionam os camponeses, afirmou uma liderança rural. (HERNÁNDEZ, 2012:5) (tradução livre).

A origem do ouro que se produz em Antioquia mostra como 80% dele provém das empresas legalizadas¹⁶³. Entretanto, o ouro em Antioquia é, além da versão oficial apresentado pelo Estado, sinônimo de ilegalidade e remoção forçada da população ademais da expropriação das terras desta mesma população. Onde com 198 títulos, o Bajo Cauca (Nechí, Zaragoza, Tarazá, Cáceres, Caucaasia e El Bagre) é a região onde tem se destinado a maior quantidade de terras para exploração para mineração em relação ao departamento de Antioquia e do rio Cauca em toda sua várzea com 184.000 ha.

Muitos pescadores entrevistados praticavam a mineração tradicional, atividade realizada com poucos instrumentos artesanais diferentes dos que eles chamam de *dragones* (foto 28- ANEXO em CD), utilizados em sua maioria por emigrantes provenientes do Brasil, que têm se apoderado do rio com este tipo de exploração. Outra exploração é feita por máquinas de escavação as quais podem ser consideradas de escalas grande e mediana, não necessariamente no sentido do grau com o qual atingem a natureza, as populações e a seus territórios, e mais no sentido da escala de extração.

A intensidade da mineração de aluvião no município de Caucaasia, e sua relação com os baixos custos tanto para as formas legais quanto para as ilegais, praticadas a céu aberto de investimento em relação à mineração de rocha, faz com que se utilizem grandes quantidades de substâncias químicas¹⁶⁴ que afetam a saúde da população com a contaminação da águas, dos alimentos com consequências de doenças irreparáveis.

Uma das chamadas jornadas ambientais por parte dos mineiros, na qual eles sabem que danificam o meio ambiente, mas que eles reconhecem que podem mudar essa realidade, por isso fizeram uma campanha plantando árvores em zonas desflorestadas no município do Bagre, enquanto que no município de Caucaasia eles colocaram uns recipientes, para o lixo das pessoas para que coloquem seus dejetos¹⁶⁵. Eder Narvaez, jornalista e coveiro de CONARMINERCOL- Antioquia (1, 8:50) (tradução livre).

¹⁶³ <http://www.ideaspaz.org/publications/posts/26>

¹⁶⁴ A mais utilizada é o mercúrio na técnica chamada de amálgama introduzida no século XVI no México e que chegou na Colômbia com a colonização espanhola.

¹⁶⁵ Se realizo una jornada ambiental con ayuda de los mineros en la cual buscaban dar a conocer, que el gremio sabe que causa daño al medio ambiente, pero que también reconoce que ellos pueden

A tabela 12 a seguir consegue dar uma dimensão mais concreta da situação da contaminação produzida pela mineração de *aluvião*, enquanto na citação anterior é evidente o nível de subvalorização da inteligência das pessoas, pois colocar lixeiras na zona urbana não atinge nem resolve nem de longe esta questão ambiental.

Impacto	Forma
Impactos sob o recurso hídrico e ecossistemas aquáticos	Com a utilização de substâncias químicas consideradas perigosas (mercúrio e cianeto)
Contaminação e acumulação de sedimentos nas águas superficiais	Com a inadequada colocação de resíduos estéreis
Alteração da morfo-dinâmica das águas	Através da ocupação e desvio do percurso das várzeas

Tabela 11- Principais impactos ambientais da atividade mineira do ouro de aluvião.

FONTE: CVS (Corporación Autónoma Regional de los Valles del Sinú y San Jorge) Córdoba Hídrica y Biodiversa.¹⁶⁶

Os grupos de grandes e médios mineiros pretendem ser reconhecidos como mineiros pequenos e artesanais tais quais os garimpeiros que são considerados pelo Estado como informais e ilegais. Estes últimos têm reivindicado para si a condição de mineiros artesanais, por meio de manifestações, mobilizações e greves, a maior delas do ano de 2013, em nível nacional mas que se concentrou na região e no município de Caucasia, lugar que apresenta com maior intensidade a problemática da mineração aluvial do ouro ilegal.

A diferença na produção entre os pequenos mineiros e as grandes empresas multinacionais e medianas se baseia no maior e menor tempo utilizado para a exploração do ouro.

aportar a cambiar esa realidad, una campaña de jornada ambiental donde sembraron árboles en zonas deforestadas y fueron a sitios de zona rural de El Bagre y sembraron árboles en terrenos donde ya se había trabajado en las minas y en el municipio repartieron unas canecas de basura para que la gente arrojara únicamente sus desechos.(versão original).

¹⁶⁶ <http://slideplayer.es/slide/17190/>

A mineração que realizam os garimpeiros do Bajo Cauca em Caucasia por sua vez pode-se considerar como uma mineração artesanal e de baixa intensidade, mas o governo pretende, apesar das diferenças expostas na tabela abaixo, garimpeiros que todas estas formas de mineração tenham que cumprir com os mesmos requisitos. Entretanto, sabe que suas diferenças são notáveis ambientalmente, socialmente, culturalmente, entre os fins e os meios.

Os mineiros artesanais a partir da “grande cruzada” contra a mineração ilegal, foram transformados em “ilegais”, por não ter posse de um título do lugar de onde extraem o ouro, já que a maior facilidade para a obtenção de títulos mineiros está dada, como já visto, para as grandes empresas do ouro. Ainda mais, o Estado colombiano, responsabiliza os pequenos mineiros- fazendo vista grossa com as empresas- pelas grandes quantidades de contaminação em função das suas tecnologias obsoletas, sem considerar que é todo tipo de mineração que se faz no país que faz com que a Colômbia seja a nação com mais contaminação por mercúrio¹⁶⁷ no mundo e o departamento de Antioquia o mais contaminado do país.

A tabela 11 abaixo ilustra a distribuição da produção de exploração do ouro entre as diferentes categorias de mineiros.

Produção estimada por tipo de exploração no ano de 1988.				
Garimpeiros	Garimpeiros	Motobombeiros	Dragas de sucção	Aluvião mecanizado
2 homens	4 homens	1 homem	1 homem	Retroescavadeira ou bombas de alta pressão
0.89 (gr)	2.38 (gr)	34.21 (gr)	38.2 (gr)	1,088.6 e 1,710.69

Tabela 12- Produção estimada por tipo de exploração.

Um elemento importante em relação ao crescimento no país da mineração, pequena e grande, informal¹⁶⁸, legal¹⁶⁹ e ilegal, é que muitos dos atuais mineiros artesanais

¹⁶⁷ Qualquer pessoa pode comprar mercúrio pela internet e a domicílio. Isso tem feito com que o mercúrio se comercialize com tanta facilidade como comprar uma caixinha de leite no supermercado. Só para saber como é fácil comprar mercúrio na Colômbia no buscador de Google foram encontrados 9.300 resultados.

¹⁶⁸ O Código Mineiro da Colômbia coloca estas como as que se realizam a mineração de forma artesanal em pequena escala, sem ajuda mecânica. Dentro desta categoria se podem encontrar três

eram agricultores que graças à chegada do neoliberalismo¹⁷⁰ e da violência no campo na Colômbia, os camponeses foram removidos de suas terras se dedicando à mineração, como opção de sobrevivência ou complementação da sua renda.

As transformações nas concepções da mineração artesanal afetam não só os garimpeiros que são os que realmente realizam uma mineração de forma artesanal, senão o país inteiro, pois as mudanças constantes tanto na legislação como nas formas operacionais, além da falta de definição concreta do que é mineração artesanal têm colocado esta como a realização de uma atividade por um grupo de pessoas por um período aproximado de 5 anos, mesmo que seja realizada com retroescavadeiras¹⁷¹ (foto 29- ANEXO). Esta forma equivocada de entender o que é a mineração artesanal está colocando em risco a natureza e as pessoas que dependem da terra e da água que está sendo contaminada. Deste modo se apagam as diferenças entre as atividades artesanais e mecanizadas confundindo o artesanal com o informal e vice-versa.

A coexistência dos diferentes tipos e formas de fazer a mineração do ouro faz com que ocorram constantes conflitos jurídicos, pela exploração que se faz em terrenos que já têm sido concedidos aos possuidores dos títulos. Uma das justificativas que se tem por parte dos mineiros emergentes¹⁷² é que estas áreas que passam a explorar estão sendo subvalorizadas por longos períodos de tempo. Mesmo que tenham depois que enfrentar problemas não só com grandes empresas, mas também com o Estado.

O abandono da atividade mineira como trabalho tradicional no país inteiro ocorre mais pela repressão e proibição do Estado, e pela pressão que sofrem os

tipos: pequena e média escala e de subsistência. Nas duas primeiras se identifica o uso de dragas, retroescavadeiras e bombas de água, enquanto a terceira se caracteriza pelo uso de mão de obra geralmente familiar, tem alta mobilidade e dependência dos mercados informais da compra do ouro. Está marcada pelos altos índices de pobreza e técnicas herdadas desde os tempos coloniais.

¹⁶⁹ Segundo o artigo 14 do Código minério da Colômbia, a mineração legal é aquela que tem os títulos mineiros e a exploração exclusiva da zona concedida.

¹⁷⁰ Que na Colômbia começa se dar a partir dos anos 60' com a implementação de reformas estruturais de tipo econômica e política.

¹⁷¹ As quais se compram cada vez com mais facilidade e sem nenhum controle tanto que na cidade de Medellín os lugares de venda têm aumentado significativamente.

¹⁷² Se podem identificar dois tipos: o primeiro são grupos de pessoas com pequenos e médios capitais que encontraram na mineração uma forma rápida de fazer dinheiro, e os segundos são pessoas que estão ou estiveram associadas às atividades ilegais antes da exploração do ouro.

*garimpeiros*¹⁷³ com os grupos armados. Esta situação se transforma completamente quando olha mais de perto quem são os que movimentam o negócio da exploração mineira do ouro. Se por um lado tem as explorações legais, tem também as ilegais e as criminais, destas variantes específicas e características não só do contexto militarizado do país, fazem também parte os representantes do Estado que ao ignorar estas situações fazem com que subsistam de forma transversal e paralela em um mesmo território.

Entre as recentes manifestações protagonizadas por um grande grupo de mineiros da sub-região se concentrando no município de Caucasia, no mês de fevereiro de 2015 foi realizada uma manifestação na qual a reivindicação era “*sin minería no hay economía*”. Precisa fazer atenção a este tipo de manifestações, pois muitas empresas mineiras que detêm grande quantidade de terra se encontram dentro da informalidade ou da ilegalidade, o que faz com que encubram lavagem de dinheiro, exercício da violência, e omissão em relação às suas responsabilidades trabalhistas com os mineiros.

Um dos rapazes presentes quando fiz uma entrevista coletiva com os pescadores, relatou que já tinha trabalhado nessas minas, que o dinheiro que se ganha aí é bom, mas que quando chega a polícia para inspecionar o lugar diante do flagrante da ilegalidade destrói as máquinas e leva os trabalhadores para a cadeia-diante da impossibilidade de defesa jurídica, como o pago de um advogado ou o conhecimento dos seus direitos-, ele relata que já teve medo disso acontecer com ele, o que o levou a abandonar este trabalho, preferindo pescar e esperar para outra oportunidade de trabalho.

As ações legais promovidas no âmbito da mineração contam com a criação de um grupo da polícia chamado o *esquadrão elite da polícia nacional contra a mineração ilegal*, que tem como ordem a destruição ou queima total das máquinas que se encontram no lugar da mineração ilegal. Isso já tem acontecido no *corregimiento* de Cuturú que pertence a Caucasia.

O que acontece com a mineração na Colômbia faz parte de um fenômeno estrutural do capitalismo que exige incidência política levando para o debate, propostas

¹⁷³ O artigo número 155 do Código Mineiro da Colômbia permite esta atividade como expressão da economia “popular”, entendendo que se trata de uma atividade tradicional, local e de subsistência.

alternativas em torno do papel de países da América Latina com economias de enclave e exploração de matérias-primas, e suas consequências, em um contexto internacional definido pelos países do primeiro mundo, onde a felicidade humana sem procura do crescimento econômico, não tem lugar, imperando o desenvolvimentismo e a lógica do progresso a qualquer custo..

As perspectivas alternativas de desenvolvimento se direcionam para a busca de modalidades de exploração dos bens naturais diferentes da ideia dominante de convertê-los em recursos naturais do modelo extrativista-exportação e na exploração dos trabalhadores, que vem ocorrendo em todos os países da América Latina, deixando grandes impactos negativos.

Conflitos na produção diferenciada no território

Como primeiro confronto entre as formas de viver e ordenar o território, entre as comunidades de pescadores e o Estado colombiano e suas visões modernizadoras encontra a Lei Geral de Pesca e Aquicultura de 1991¹⁷⁴, na qual se identifica a passagem de um regime pesqueiro de livre acesso (tradicional) para outro com regulamentações (moderno) trazendo mudanças das normas para uso preferencial da natureza para o capital. Diante disso os pescadores tiveram que se adaptar às normas e medidas estabelecidas pelo Estado para as conveniências do capital dentro do modelo econômico neoliberal.

Assim também com a suspensão temporária do Decreto n. 934 de 2013, o governo do presidente Juan Manuel Santos se limita às possibilidades das comunidades locais de reivindicar seus direitos por meio da consulta prévia¹⁷⁵ como ferramenta para enfrentar o avanço dos grandes projetos mineiros dentro de seus territórios, tornando demais vulneráveis as possibilidades de reconhecimento e autonomia destas comunidades. Isso se traduz na só no enfraquecimento significativo da gestão de seus territórios, senão também afeta o poder de decisão das autoridades

¹⁷⁴ A lei 13 de 1990 tem como objeto regular o manejo integral e a exploração racional dos recursos pesqueiros com o fim de assegurar o aproveitamento sustentável.

¹⁷⁵ Contida nos Artigos 123-133 do Código de Minas. Artigo 76 Lei 99/93. Lei 21/91. Artigo 330 Constituição Nacional. E Lei 70 de 1993 Royalties.

locais a respeito da política de ordenamento territorial frente ao mando do governo nacional.

Tais assinalamentos com as denúncias que há pelo menos dois anos vem fazendo esta entidade sobre os conflitos gerados pela *locomotora mineira*, os quais, segundo esta entidade, são a expressão do choque entre o interesse geral dos cidadãos e uma política mineira perfilada com o exclusivo propósito de satisfazer o apetite de renda do Estado (impostos e royalties) e o interesse utilitarista das grandes empresas mineiras, nacionais e estrangeiras, proprietárias de 100% das reservas minerais descobertas até agora.¹⁷⁶ (Tradução livre)

Nos vagos intentos de defesa que faz o Estado a respeito do Decreto n. 934, afirma seu empenho para garantir um ambiente saudável, especialmente dos afluentes hídricos, o cuidado com o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades e com as condições de saúde da população, mas a realidade mostra a falácia destas promessas.

As problemáticas da região e do município de Caucasia se configuram como uma espécie de círculo vicioso onde todos estão envolvidos contra todos. Por exemplo, , quando a população tem problemas pode apelar tanto para a polícia como para a guerrilha; quando as empresas têm problemas com a população chamam a polícia e quando têm problemas com a guerrilha chamam o exército. Pode entender como o uso da força é um instrumento de defesa destas empresas, legitimado por parte de quem tem o poder da força e o poder político de criar as leis, mas não ocorre quando as massas populares tentam exercer o poder pela força e pela lei.

A construção territorial operada pelas empresas mineradoras indiferente aos efeitos da exploração econômica, ganha grande protagonismo alimentando a movimentação de vários agentes dentro do território com interesses em conflito. No caso específico de Caucasia colocam-se de forma latente as transversalidades dos interesses da população, das lideranças, do Estado, das guerrilhas, das empresas, dos comerciantes, dos paramilitares, carregando o nome da empresa no exercício de sua territorialidade, e, ao mesmo tempo, na isenção de suas responsabilidades sociais e políticas com as problemáticas que desenvolvem a exploração do ouro.

¹⁷⁶ <http://www.elespectador.com/noticias/judicial/locomotora-minera-echa-humo-articulo-517833>

Com a questão da mineração no país cada vez mais em evidência, emerge a complexidade das suas problemáticas para casos como do departamento do Chocó, onde converge a questão do tradicional e do pertencimento territorial das comunidades locais afrocolombianas, reclamando o direito à exploração do mineral, e ao exercício da autonomia no trabalho da extração. As contradições entram em jogo quando de um lado o governo proíbe estas comunidades de realizar as atividades, alegando a contaminação do meio ambiente, e do outro facilita a licença de exploração para grandes empresas multinacionais em terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades afrocolombianas.

A abundância de banana da terra, de mandioca, o abastecimento como a gente chama, era em quantidades igual aos peixes, isto por fenômenos como a mineração, que trouxe muitos problemas. Por isso hoje em dia e cada dia que passa, a pesca é mais escassa em nossos rios¹⁷⁷. (Libardo Arias, presidente do Comitê dos Pescadores Artesanais de Caracolí (Caucasia)- COPEARCA, 2015)(tradução livre).

O enfrentamento armado tem sido funcional aos interesses econômicos e políticos que se debatem no território nacional, conseguindo fazer pressão a tal ponto de viabilizar o desterro de grande quantidade da população rural, chegando a atingir recentemente as áreas urbanas, deixando estas populações sem terras e territórios. A imposição do modelo extrativista e da violência generalizada tem sido focalizada em algumas regiões como Caucasia com muita mais força.

Mudanças na identidade

Entre as questões que atingem as comunidades locais ao se defrontar com a chegada da exploração de seus territórios e das pessoas, o desalojamento de uma pessoa ou de uma família envolve não somente a remoção senão saberes e práticas do território, do rio e de seu entorno.

¹⁷⁷ La abundancia del plátano, la yuca el bastimento como uno lo llama, era en cantidades al igual que los peces, esto por fenómenos como la minería, la cual ha acarreado muchos problemas. Por eso hoy en día y cada día que pasa, la pesca es más escasa en nuestros ríos. Libardo Arias (versão original).

Entre as mudanças na vida em particular dos pescadores sua condição de independência econômica está começando a ser atingida, pois não podem trabalhar de modo autônomo, podendo dispor de seu tempo, pois novas e diferentes formas de trabalhos exigem horários e um padrão de condições que antes não existiam.

No âmbito da perda e/ou ressignificação dos modos de vida de pescador, de *homem anfíbio*, desse *camponês das águas*, sinaliza-se a mudança dos instrumentos como a *Atarraya*, rede de pesca artesanal fabricada por ele mesmo, pelo uso do *Desilado*, rede de nylon de origem industrial chamada também *Trasmallo*, um tipo de rede de arrastre, segundo os pescadores, tem trazido grandes problemas para a pesca, p em uma *Atarraya* cabem 5 dedos, em um *Trasmallo Desilado* cabem dois, e as pequenas dimensões destes buracos fazem com que a captura de peixes de menor tamanho seja maior. Os pescadores entrevistados afirmam que a compra deste novo instrumento de pesca não tem nenhum tipo de controle nem do Estado.

O mineiro e o latifundiário têm sido os piores depredadores que temos nós pescadores; na época de pesca temos sido uma comunidade atacada pelo governo, o latifundiário e a mineração. Em época de abundância dos peixes nos colocam o preço do peixe no chão, não vale nada, temos que dar quase de graça.¹⁷⁸Libardo Arias liderança da sub-região e do comitê dos pescadores do bairro Caracolí no município de Caucasia. (Tradução livre).

Além de inadequados, os novos instrumentos de pesca têm sido utilizados de forma predatória, de modo que nas entrevistas os pescadores faziam longas listas dos peixes que desapareceram no rio, sendo que outros fatores também têm alterado a quantidade e o tipo de peixes disponíveis para a pesca. A legislação para captura dos peixes é bem restrita, exigindo tamanhos mínimos dos peixes e períodos de proibição da pesca durante os quais, segundo os mesmos pescadores que lembram dos tempos da abundância e liberdade na pesca, têm levado a exercer diferentes funções, criando assim novas categorias híbridas: pescador-moto taxista, pescador-segurança, pescador- pedreiro afetando seus referenciais de identidade.

Na perda da identidade do pescador artesanal, relacionado a atividade primária, como é a pesca, é aí que os novos ofícios exercidos são para a complementação da renda das suas famílias, se convertem em algo

¹⁷⁸ El minero y el terrateniente han sido los peores depredadores que hemos tenido nosotros los pescadores; en la época de pesca hemos sido una comunidad que ha sido atacada por tanto por el gobierno, el terrateniente y la minería. En época de subienda nos tiran el precio del pescado por el suelo, no vale nada, nos toca regalarlo. Libardo Arias liderança da sub-região e do comitê dos pescadores do bairro Caracolí no município de Caucasia. (versão original).

primário, passando a pesca a ser um setor secundário, depois de ser sua atividade central por tradição familiar. (GRISALES e SALAZAR, 2014:38) (tradução livre).

Atualmente as mudanças na pesca no município de Caucasia mostram como esta atividade tem se deslocado cada vez mais para as zonas urbanas, onde os pescadores vão em busca de novos horizontes que consigam melhorar sua qualidade de vida, já que a pesca não consegue mais sustentar economicamente suas famílias. Quando não ocorre este deslocamento no mesmo lugar de moradia, nos pequenos povoados e *veredas* são realizadas diversas tarefas como cuidar de fazendas, do gado, transportar mercadorias pelo rio, entre outras, para conseguir suprir suas necessidades. O Ministério de Agricultura considera como habitantes das zonas rurais e suas práticas tanto os pescadores artesanais como os agricultores. A fusão e a diferença ou separação destes atores sociais seria impossível, pois se trata de, na nossa análise, um sujeito social que transita entre a terra e a água, como camponês das águas, *Homem Anfíbio* vítima dos conflitos e da violência no campo da Colômbia que tem deixado sem terra, sem água e sem território estes sujeitos, engrossando as listas de homens, mulheres, crianças e idosos colocados em condições humanas miseráveis, sua *Desterritorialização* tem sido *multifocal*- no sentido de atores e condições-. Neste trabalho temos centrado a atenção no extrativismo do ouro e na utilização da água, não podendo negar nem desarticular os outros fatores que têm afetado os pescadores artesanais.

Um destes fatores é a criação de gado bovino e de búfalos nas beiras dos rios e afluentes¹⁷⁹, para aproveitamento da carne e do leite, que impede a regeneração do solo vegetal, compactando-o com o pisoteio, provocando o assoreamento dos lagos da várzea. A presença desta pecuária na região piora gravemente a situação da exploração da pesca, incrementando a terra firme e diminuindo a área das águas.

¹⁷⁹ Como acontece na várzea do rio Solimões perto de Manaus no Estado do Amazonas no Brasil. (FRAXE, 2000).

Água

Água e energia são consideradas calcanhar de Aquiles da atividade mineira, além de ser fonte de conflitos com comunidades locais e organizações de defesa de direitos, especialmente no anúncio de instalação de novos projetos em seu territórios. (PADILLA e BOSSI, 2014:82).

A Colômbia conta com mais 2.900 km de litoral entre os dois maiores oceanos do mundo, Pacífico e Atlântico, com quase 1.000.000 km² de zona marítima destinada exclusivamente à exploração econômica, com cerca de 2.000 lagoas e bacias internas e mais de 1.000 rios que geram 5 grandes bacias hidrográficas, sendo a Colômbia o 4^o país no mundo com maior importância e capacidade hídrica.

Segundo Ribeiro (2008:17), a água é uma fonte de riqueza e conflitos, pois ela foi convertida em mercadoria e sua correspondência não é sincrônica com a sua distribuição política e natural e entre seus usos industriais e culturais. O autor destaca a inexistência de um acordo internacional como forma de normatizar o acesso à água e necessidade de sua regulamentação política, social, econômica e ambiental.

Entorno da disputa pela água tem que se pensar em questões como o território e a soberania, já que a água é tanto importante para o capital privado como para as comunidades locais. O risco desta estar em mãos não adequadas compromete também o mesmo direito à água, como é o caso das comunidades de pescadores, a qual tem papel fundamental para sua organização social, política, econômica e cultural, pois os territórios destas comunidades são territórios da água, os chamados *Hidroterritórios*, sendo que o desenvolvimento de suas cotidianidades, das suas lutas, das suas tradições envolve relações de várias ordens com a água.

Dentro dos debates internacionais da questão da água traz como fundamental suas formas de uso, consumo, defendendo principalmente o acesso justo, equitativo, pois “sem água não há suporte material à vida” (RIBEIRO, 2008:20). As preocupações e recomendações a respeito da água provocarão uma mudança de paradigma, de novas relações com este bem natural, de uma nova ética onde o que importa é o valor e não o preço da água.

As pessoas têm que tomar conhecimento de que o consumo de água é infinitamente maior na mineração e na indústria do que no consumo humano. Até

porque há uma utilização desordenada. Como não há controle não tem medição do consumo desta água, há um consumo predatório (PADILLA e BOSSI, 2014:81).

Não haverá água suficiente na terra para o desenvolvimento desenfreado da sociedade de consumo capitalista e para produzir mercadorias no ritmo do crescimento incessante da atividade econômica (RIBEIRO, 2008:28) onde se geram inumeráveis conflitos pela água, pois seus diferentes usos e consumos transitam entre que é vital e o que não é.

Com o avanço das grandes hidroelétricas e grande mineração na Colômbia gerando desalojamentos forçados, mesmo que o país nos últimos dois anos tenha entrado no processo dos Diálogos de Paz em Havana (Cuba), entre o governo colombiano representado pelo atual presidente Juan Manuel Santos e as guerrilhas das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia FARC, vem se tentando acordar pontos comuns entre os quatro eixos de discussão¹⁸⁰ para a busca de um processo integral pela paz. Mas, o desenvolvimentismo não para, pois existem ainda mais de 100 projetos de hidroelétricas e os outros tantos mil de concessões de títulos mineiros que cada dia mais vêm privatizando, destruindo, contaminando, secando as principais fontes de água no país, como poderá ocorrer no caso do Rio Cauca ao fechar as comportas para o represamento da água rio acima, que afetará notavelmente as populações que se beneficiam do rio abaixo, como os moradores de Caucasia e outros que têm como parte integrante de sua existência o leito do rio.

“Ao excluir a água e o subsolo e limitar o conceito de território à superfície, se rompe com as bases tradicionais e os esquemas culturais sobre os quais os direitos coletivos supostamente se fundam” (PORTO-GONÇALVES, 2008:163). Quando se define a água como um território, como *Hidroterritórios*, pode ter consciência da sua importância fundamental, que no caso contrário, leva ao incremento dos abusos cometidos com a água, como a contaminação, a apropriação das águas subterrâneas, tanto por parte do Estado como das empresas privadas; apropriação das águas superficiais para usos distintos e indiscriminados, como a criação de hidroelétricas e seu uso na indústria.

¹⁸⁰ 1. Desenvolvimento agrário integral, 2. Participação política, 3. Drogas ilegais, 4. Vítimas.

Em geral, os conflitos, os impactos e estragos ambientais e social produzidos pelas grandes hidroelétricas têm sido amplamente divulgados, como no ano 2000 quando a Comissão Mundial de Represas (CMR) afirmou que “as grandes represas em general produzem uma série de impactos violentos... [Que] são mais negativos que positivos e, em muitos casos, têm provocado a perda irreversível de espécies e ecossistemas” reconhecendo então que muitos dos argumentos que são utilizados pelos promotores das hidroelétricas não conseguem mostrar nem diminuir a magnitude dos impactos sociais e naturais. O não cumprimento dos compromissos adquiridos com as populações por parte dos construtores das hidroelétricas é um dado comum neste tipo de megaprojetos, deixando cada vez mais de lado a reparação, a compensação e a mitigação dos impactos provocados.

Estamos trabalhando com isso agora que concluem a hidroelétrica de Ituango, a represa que estão fazendo. Querem ver os danos que produz de Puerto Valdivia para lá, mas eles não percebem que afetam a todos, este rio vai perder seu volume de água, porque eles lá abrem as comportas quando eles querem, quando tem muita água¹⁸¹. Grupo de pescadores de ASOPESCA, reparando a rede em Puerto España (tradução livre).

Os impactos da mineração afetam as águas subterrâneas pela infiltração de águas contaminadas, a mudança no rumo nos corpos de água quando se fazem escavações, explosões e perfurações, características deste tipo de atividade. Os reservatórios de água são contaminados com metais pesados, tóxicos, sedimentos, representando altos riscos para a população e a natureza tanto aquática como terrestre. Como exemplo disso e que ocorre em outras regiões do país, cita o caso do rio Inírida e do rio Dagua (foto 30- ANEXO em CD) onde de forma descontrolada e irreversível tem sido destruído o ecossistema, igualmente como tem acontecido no rio Nechí no distrito de Cuturú em caucasi (foto 31- ANEXO em CD).

A contaminação da água tem sido uma das maiores problemáticas neste lugar, diminuindo a produção dos peixes para os pescadores. Como problema social houve um grande número de migrações que afetaram este lugar umas décadas atrás. Problemas de saúde têm sido identificados por causa do uso do mercúrio e a forma deste expandir-se por meio do ar e da água, gerando doenças com infecção respiratória aguda, infecção com diarreia aguda, dermatites e demais infecções

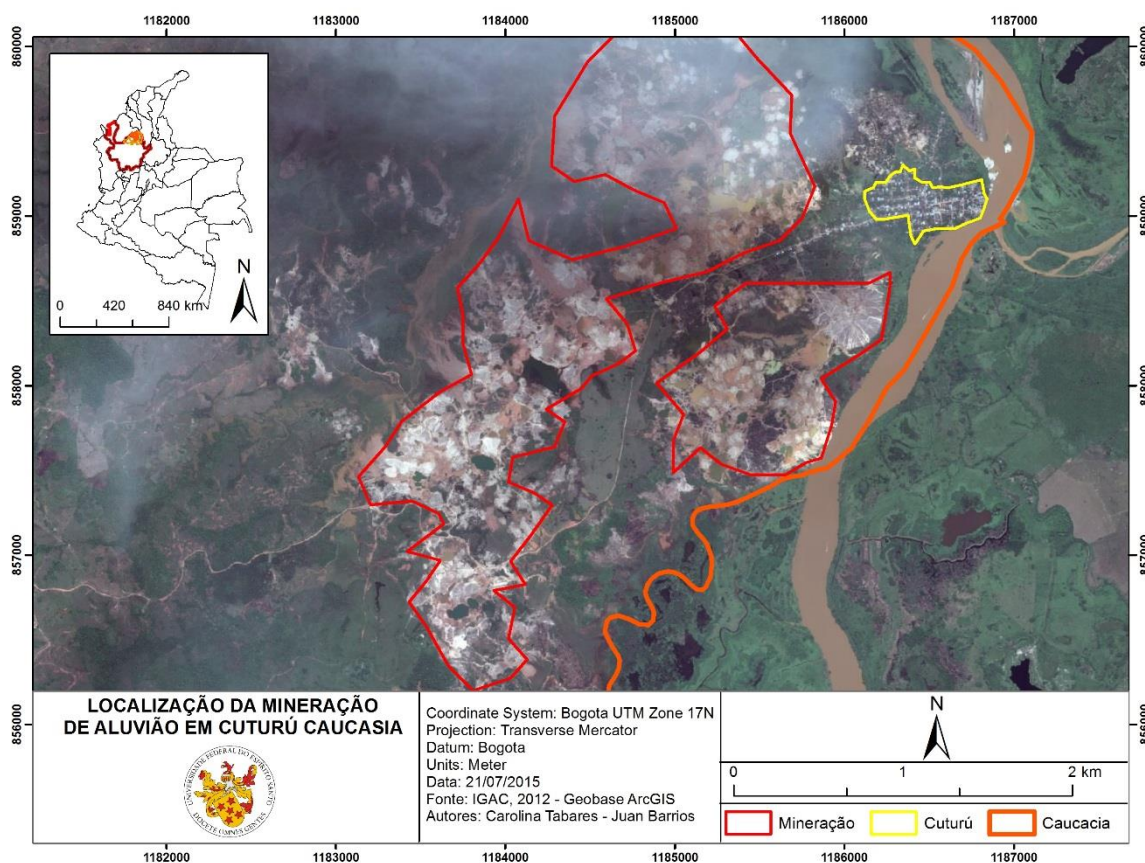
¹⁸¹ Estamos trabajando con eso ahora que ya tapen la hidroeléctrica de Ituango, la represa que están haciendo quieren ver los daños que ocasiona es de puerto Valdivia para allá, pero ellos no se dan cuenta que ellos afectan todos, este rio va a perder un poco de caudal porque ellos allá cuando habrán esas compuertas cuando quieran, cuando tengan mucha agua. (versão original).

pulmonares. Sintoma das consequências da imposição desta atividade sobre as atividades agrícolas do lugar, é uma população 40% mais pobre que antes de começar as atividades mineiras.

O problema da contaminação da água se estende muito além do que se tem conhecimento por seus impactos, pois como manifestou um dos pescadores entrevistados, ninguém os informa sobre a contaminação dos rios, ninguém das pessoas ou instituições socializa os conhecimentos ou resultados das pesquisas com os pescadores, fazendo com que maior seja o desconhecimento dos fatores de risco, menores serão as possibilidades de controle das consequências.

O rio Cauca e o rio Nechí que são os rios maiores e importantes que passam pelo município de Cauca, se encontram na lista dos rios mais contaminados da Colômbia, pois e talvez do mundo junto a outros rios como San Agustín, Tarazá e Porce, cujas águas contaminadas desembocam nas *ciénagas* do sul de Bolívar e na Mojana.

Por outra parte, o surgimento e a intensificação da atividade mineira nas beiras do rio Cauca e do rio Nechí (mapa 6) e os megaprojetos do departamento como a criação da hidroelétrica *Pescadero Ituango*, têm contribuído com o incremento das problemáticas inerentes à pesca artesanal no rio Cauca, já que ambos os rios encontram-se agora sedimentados, as águas e os peixes contaminados pelo uso indiscriminado do mercúrio (foto 32- ANEXO em CD).



Mapa 7- Mineração de aluvião no rio Nechíe e o dano na natureza

Muitas das imagens aqui apresentadas datam de cerca de dois anos atrás, mas o que é importante mostrar é como a paisagem em relação à água tem mudado em tão pouco tempo. Conversando com os pescadores consegui confirmar as informações registradas nas fotografias, tais como o desaparecimento de alguns rios pequenos que desaguavam no rio Cauca, o início da grande contaminação de muitos desses rios e conseqüentemente do rio Cauca.

Tanto o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como a Corporação Autónoma Regional de Antioquia (CORANTIOQUIA) dão ênfases à importância de gerar uma consciência sustentável da água como a base de todo desenvolvimento humano integral, melhorando o uso, a proteção, a gestão e regulamentação do setor público e privado. Do ponto de vista institucional deveria se motivar a gestão ética dos recursos por parte dos diferentes atores que têm relação com a água, com o fim de garantir sua valorização integral, pois as ações institucionalizadas acabam sendo insuficientes.

O panorama que se evidencia em Caucasia apresenta claramente conflitos para o uso da água no âmbito econômico, político, social e cultural, nas formas em como tem sido afetadas as comunidades de pescadores e sua organização.

CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIA DAS COMUNIDADES ANFÍBIAS

Na América Latina se vive um processo de grandes e constantes manifestações das comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas, devido às ameaças dos empreendimentos mineiros para sua existência. É certo que os movimentos contrários à mineração não são recentes, mas vale a pena destacar como vem se expandindo até o ponto de fechar empresas mineiras de ferro como Cerro Chato no Uruguai e de exploração de chumbo e prata em Navidad na Argentina, mostrando como às vezes a união e a força dos movimentos sociais conseguem frear a continuidade destes grandes empreendimentos.

No contexto atual resta aos movimentos sociais desenvolver ações de resistência que consigam reivindicar seu carácter de habitantes do território e de suas relações com ele, como os verdadeiros elementos que configuram sua organização frente às lógicas expropriadoras dos atores capitalistas, seus agentes violentos e o aparato de Estado. (BELTRÁN, 2013:29) (tradução livre).

Das alternativas à construção do território nos processos organizativos das comunidades anfíbias

Foi neste tipo de cenários sociais e econômicos que tem sido desenvolvida a prática da pesca artesanal em suas inter-relações com camponeses e colonos, com os trabalhadores e donos de minas, com os produtores de gado. Junto com as organizações camponesas, começam a surgir as primeiras organizações sindicais, as cooperativas e comitês de pescadores no país.

A pesca artesanal não constitui uma atividade economicamente estratégica para o projeto de país defendido pelo governo. Persiste como um setor com grande quantidade de trabalhadores informais em toda a geografia nacional e no caso de Caucasia não é uma exceção, que, apesar das novas exigências e problemas a serem enfrentados em vários níveis, consegue reinventar-se em termos locais, mas permanecendo nas margens da globalização econômica.

Nas últimas décadas, fatores externos como a degradação do meio ambiente- nesse caso as fontes hídricas têm afetado a pesca artesanal trazendo uma série de

novos conflito e o abandono da atividade para se dedicar a outra de forma exclusiva, ou, , temporária.

A partir de 1977 quando é criada a Associação Nacional de Pescadores Artesanais da Colômbia (ANPAC), os pescadores começam a ganhar protagonismo, união, visibilidade e representatividade- mas dentro dos limites de um grupo social quase marginalizado dentro das questões nacionais, buscando se juntar às lutas de outros grupos organizados. Ao final desta mesma década, organizações políticas originadas de grêmios sindicais operários promoveram a criação de sindicatos de pescadores na zona do rio Magdalena -o rio mais importante do país-, que ficou atuando a sombra de outras organizações sindicais, sem atender aos propósitos específicos dos mesmos pescadores.

Durante o primeiro encontro de criação da ANPAC, no ano de 1977 foram definidos os seguintes objetivos:

- zelar pela organização de todos os pescadores da Colômbia;
- zelar pela preservação dos recursos naturais do país, em especial do recurso pesqueiro, marítimo e continental;
- Zelar pelo melhoramento integral do pescador e sua família;
- Procurar a comercialização direta dos produtos pesqueiros;
- Juntar informação básica sobre aspectos de interesse para o grêmio;
- Propiciar inovações tecnológicas que façam crescer a produtividade.

(RIVERA, 1987:4) (tradução livre).

Uma das dificuldades enfrentadas pelos pescadores na sua busca para se organizar politicamente foi sua inclusão na *Associação Nacional de Usuários Camponeses* (ANUC), criada durante o governo de Carlos Lleras Restrepo na década de 60, que não conseguiu entender as particularidades da vida dos pescadores artesanais, dada sua ênfase em uma visão mais restrita de campesinato deixando para trás a organização e a luta dos pescadores.

Os movimentos organizados que surgem nos anos 80 questionando as deficiências nos serviços públicos, conseguiram em certa medida mostrar como os pescadores estavam se organizando.

a promulgação de normas restritivas da atividade tem estimulado mobilizações conjunturais, mais na zona do Bajo Cauca antioqueño e do rio San Jorge, em Córdoba e Sucre, conseguindo certa mobilização, que se dilui imediatamente e se obtém a revogação da norma, sua modificação

ou se percebe mobilização da força pública de choque. (TASSARA, e RIVERA,1990:143) (tradução livre).

O ano de 1987 é de notável importância para a história do pescador artesanal colombiano, pois é incorporado nas reivindicações do 1º de maio - Dia Internacional do Trabalho, data em que milhares de trabalhadores de outros setores receberam com aplausos a delegação de pescadores de todo o país na sua chegada na Plaza de Bolívar na capital Santa Fé de Bogotá.

O caráter acidental e conjuntural da presença do pescador na vida social e política do povo colombiano se explica pela falta de uma forte identidade gremial, que transcenda as necessidades e expectativas cotidianas e individuais e passe a ter uma maior projeção social e política. Este baixo nível de consciência organizacional é o resultado de anos de abandono e marginalidade social e política, que em certa medida pode-se atribuir à indiferença dos setores sindicais mais tradicionais.

Nos seus primeiros anos, o trabalho da ANPAC²⁰³, conseguiu vencer muitas dificuldades de organização e representação abrindo espaços significativos para a ação política e social dos pescadores, que aos poucos têm se aproximando das organizações de professores, camponeses, indígenas, da população civil e movimentos culturais, podendo encontrar apoio, estímulo e solidariedade.

Enquanto surgem as alianças entre as organizações, o governo começa a exigir a institucionalização da organização de pescadores, para que a atividade pesqueira pudesse se tornar para o país mais rentável economicamente, e também para exercer seu controle político. Exemplo disso são a criação do Conselho Nacional da Pesca (CONALPES) e do Programa de Apoio à Pesca Artesanal, Aquicultura e Manejo Sustentável do Ambiente (PROPESCA), sendo que “as sucessivas formalizações trouxeram a aceitação formal da criação de Centros de Serviços para Pesca Artesanal (CESPAS) por parte do Ministério da Agricultura em fevereiro de 1988 e sua inclusão orgânica no Plano Nacional de Desenvolvimento” (TASSARA, e RIVERA,1990:145) (tradução livre).

²⁰³ Deu origem ao Centro de Serviço dos Pescadores Artesanais (CESPA) que tem conseguido importantes momentos de discussão a partir de três assembleias nacionais da ANPAC, realizadas em Bogotá no ano de 1977, em Caucasia no ano de 1979 e em Cartagena no ano de 1981.

A estratégia de formalização e institucionalização começa com a criação de 20 CESPAs com os seguintes objetivos:

a) incrementar a capacidade de contratar a comunidade de pescadores favorecendo sua organização por meio de formas associativas; b) garantir aos pescadores uma assistência adequada e contínua em aspectos técnicos e administrativos do tratamento do produto, da comercialização, do manejo do crédito; c) favorecer as inovações tecnológicas necessárias para o melhoramento das artes e dos métodos de pesca; d) incidir na comercialização através do processo de conservação do produto; e) operar com finalidade de eficiência e de conveniência comercial. Da atuação da estratégia em todo o país se encarrega atualmente o Fundo de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), uma entidade pública que faz parte do Ministério de Agricultura, enquanto a Subdireção de Produção Pesqueira deste último é a entidade responsável pela identificação e depuração das políticas de desenvolvimento pesqueiro. (TASSARA e RIVERA, 1990:145) (tradução livre).

É importante entender como este tipo de dificuldades que vem se apresentando para as comunidades pesqueiras de Caucasia, não são indiferentes às realidades nacionais e latino-americanas, pois mostram os artigos da coletânea Contribuições para o Estudo da Pesca Artesanal na América Latina do ano de 1992, evidenciando como a pesca tem sido uma atividade quase marginal, precária e abandonada à sorte destes lutadores da vida e das águas chamados pescadores.

Caucasia como parte da sub-região do Bajo Cauca, tem uma história dentro do departamento de Antioquia de ser uma das regiões mais afetadas por problemas sociais e territoriais de várias ordens. O Bajo Cauca apresenta-se com um cenário de grandes e cada vez mais crescentes tipos de organizações para reivindicar o que por muito tempo tem sido negado a estas comunidades: seus direitos, suas terras. Exemplo disso é que o Bajo Cauca e em especial Caucasia é o município da sub-região com a maior quantidade de Juntas de Ação Comuna²⁰⁴.

Se abre uma nova forma de greves cívicas e uma nova era no conflito social da região: as manifestações coletivas têm maior significado social e político de caráter regional, pois já não seria mais seu foco só a questão urbana: as massas camponesas serão agora as protagonistas e os centros urbanos os pontos de concentração e de manifestação pública das reivindicações. (GARCIA, 1993: 68) (tradução livre).

²⁰⁴ As Juntas de Ação Comunal são organizações civis sem fim lucrativo formadas por membros de um setor ou bairro, para juntar esforços e solucionar as necessidades da comunidade e promover a participação cidadã; aqui no Brasil seria o equivalente à associação de moradores.

Se por um lado, estas propostas políticas precisam ser construídas a partir das relações sociais dos grupos envolvidos, por outro as multinacionais têm buscado apropriar-se delas em seu benefício, incorporando o regime de trabalho assalariado com a introdução das commodities. Se são as necessidades das comunidades, como as pesqueiras de Caucasia, que as políticas públicas precisam atender envolvendo o maior número de possibilidades, em relação às particularidades dos territórios anfíbios, estas políticas não podem ser construídas na lógica do capital.

A partir das necessidades de reconhecimento das comunidades tradicionais nas suas lutas territoriais, desde o ano 2000 a organização Internacional Via Campesina vem elaborando na ONU artigos para compor a declaração dos direitos dos camponeses e camponesas, conforme tabela 14 a seguir.

Proposta de declaração dos direitos das camponesas e camponeses	
Artigo I	Definição das camponesas e camponeses: sujeitos titulares de direitos
Artigo II	Direitos dos camponeses e camponesas
Artigo III	Direito à vida e a um nível de vida digno
Artigo IV	Direito à terra e ao território
Artigo V	Direito às sementes e ao saber e prática da agricultura tradicional
Artigo VI	Direito aos meios de produção agrícola
Artigo VII	Direito à informação e à tecnologia agrícola
Artigo VIII	Liberdade para determinar o preço e o mercado para a produção agrícola
Artigo IX	Direito à proteção de valores na agricultura
Artigo X	Direito à diversidade biológica
Artigo XI	Direito à preservação do meio ambiente
Artigo XII	Liberdade de associação, opinião e expressão
Artigo XIII	Direito ao acesso à justiça

Tabela 13- Proposta de declaração dos direitos das camponesas e dos camponeses.
 FONTE: Via Campesina, 2009. Em Saquet 2010. p.18.

Estas novas realidades de luta, de organizações sociais, camponesas, indígenas, foram criadas para enfrentar não só os problemas imediatos que os afetam direito à

terra e ao trabalho, senão que se organizam para reivindicar direitos violados por causa dos interesses econômicos do Estado e do capital privado. Mais recentemente um dos grandes e importantes alcances desta luta pela terra é a declaração das Zonas de Reserva Campesina (ZRC) em vários lugares do território colombiano e como outras ações visa o reconhecimento político, a participação na criação, planejamento e execução de políticas públicas.

As lutas de resistência e enfrentamento adversário destas comunidades podem gerar divisões internas frente às alternativas que geram as grandes empresas com oportunidades de emprego, de desenvolvimentos econômicos e tecnológicos. Entretanto, quando as comunidades se organizam, criam redes e formas coesas de lutas que conseguem enfrentar o racismo ambiental, a impunidade étnica, política e social que recai sobre estas populações.

Além da luta que estas comunidades enfrentam na defesa de seus territórios diante da imposição do Estado e do capital, outro campo de batalha é constituído pela mídia com a deslegitimação das manifestações de protesto destas comunidades apresentadas como contrárias ao grande progresso do país. De fato trata-se de uma oposição à forma de desenvolvimento dominante implementada no país, em que as comunidades pesqueiras não têm voz nem voto, mas que a mídia reverte em manifestações de ignorância e desconhecimento da importância do progresso que o país quer alcançar.

O confronto neoliberal com as diversas formas de resistência social e com o movimento insurgente tem se agravado; movimentos sociais e políticos, lutas operárias e populares contra as reformas neoliberais foram estigmatizadas em muitas ocasiões como uma continuação da subversão armada. (ESTRADA, 2008:262).

O agravar-se do confronto tem acarretado ameaças para as comunidades que não têm mais saída senão desistir de lutar por temor de serem assassinadas, ficando assim só com as migalhas das negociações desiguais que estabelecem com as empresas, não conseguindo nem reparação dos danos, nem a mudança das críticas condições naturais, socioculturais, políticas e econômicas que parecem irreversíveis.

Ao apresentar a situação de luta e resitência das comunidades pesqueiras no Bajo Cauca, é importante resgatar também como exemplo a luta dos outros tipos de movimentos que ocorrem na Colômbia, como é o caso das *comunidades de paz* em San José de Apartado²⁰⁵, pertencente ao município de Apartado no departamento de Antioquia no que priorizam a luta contra do conflito armado que envolve a vida destas comunidades; o caso das ZRC estabelecidas no Valle de Cimitarra²⁰⁶ no Magdalena Médio pela associação camponesa que leva o mesmo nome, e que lutam de modo contundente contra os projetos desenvolvimentistas implementados, contra a violação dos direitos destas comunidades em seus territórios.

Apesar de ter pressões e ligações com os grupos armados, as comunidades em suas lutas têm conseguido preservar sua autonomia e, por experiência própria e de forma rápida, se organizar conforme valores de democracia participativa não violenta, em suas mobilizações.

Não será suficiente repetir a pouca importância atribuída pelo governo a este tipo de ações populares e, , institucionais.,mostrando sua indiferença para garantir a continuidade da máquina do Estado, com a “*Locomotora*” como projeto de desenvolvimento do país. Nas tomadas de decisões sobre os grandes projetos mineiros não se consultam nem os governos locais nem as comunidades que vivem nos territórios onde serão desenvolvidos os projetos e que serão diretamente afetadas.

Entre as organizações e comitês que existem em Caucasia, conforme tabela 12 a seguir, tem ocorrido recentemente maiores articulações não só no sentido das veredas²⁰⁸, dos municípios, mas também incluindo as conexões entre as outras regiões dentro do departamento e com os departamentos vizinhos. Estas novas articulações são ainda insipientes e desconhecidas pelos integrantes menos participativos dos comitês e das organizações, sendo mais de domínio das lideranças. As motivações para articulação envolvem a necessidade de compartilhar os problemas de outros municípios e veredas da região, sendo a concentração da

²⁰⁵ <http://www.cdpsanjose.org/>

²⁰⁶ <http://www.prensarural.org/acvc/index.htm>

²⁰⁸ É um termo usado na Colômbia para definir um tipo de subdivisão territorial, dado para as zonas rurais, pela sua posição geográfica e a quantidade de habitantes.

articulação a maiorias das vezes desenvolvida em Caucasia, que já constitui um centro administrativo e histórico de protestos e mobilização social na sub-região; uma união focalizada, na espacialização e na territorialização que contraria também as desarticulações criadas a partir da regionalização e sub-regionalização do departamento de Antioquia.

Associações e Comitês de Pescadores Artesanais de Caucasia.	
ASSOCIAÇÕES	COMITÊS
Associação de pescadores Rio Viejo ASOPESCAR	Comité de pescadores de la Ciénaga Colombia
Associação municipal de pescadores de Caucasia	Comité pescadores Artesanais de Caracolí
Associação de pescadores Brisas del Cauca	Comité pescadores de la Ilusión
Associação de pescadores de Palanca	Comité pescadores de Palomar
Associação de pescadores unidos do bairro la Esperanza "ASOPESCA"	Comité pescadores e agropescadores los Camarones vereda Barrio Chino
Associação de pescadores de la vereda La Galandria "ASOPESGAL"	

Tabela 14- Associações e Comitês de Pescadores Artesanais de Caucasia.

Obs. Elaboração própria.

Conforme a normativa em vigor, os pescadores artesanais das beiras do rio Cauca se encontram organizados em comitês e associações, com seus diretórios eleitos democraticamente entre eles. Na pesquisa de campo identificou em Caucasia 16 organizações pesqueiras artesanais, sendo 12 na zona rural e 4 na zona urbana (tabela 13).

	Comités	Presidente
COMITÉS URBANOS	COPEARCA: Comité de pescadores artesanais de Caracolí	José Libardo Arias
	COPEAES: Comité de pescadores artesanais de la Esperanza	Mansur Sampayo
	Comité de pescadores las Brisas	Néstor Julio Arias
	Comité de pescadores la Victoria	Saúl Álvarez
COMITÉS RURAIS	Rio Mán	Manuel Atencia
	Ciénaga Colombia	Fidel Moreno
	Barrio Chino	Manuel Villalba
	La Ilusión	Jairo Ibáñez
	Barranquillita y La Esmeralda	Tulia Mercado
	Palanca	Anuar Castellar
	Los Medios	Emerson Bertel
	Palomar	José Menco
	Margento	Javier Velásquez
	las Galandrias	Armando Herrera
	Rio Viejo	Jaiber Baldovino
Cuturú	Fredy Sierra	

Tabela 15- Lista dos comitês e suas lideranças.

Fonte: Autora- Entrevista a Libardo Arias Pomares presidente de COPEARCA, Caucaia janeiro 2015.

Quando fala de movimentos, neste caso, não necessariamente se refere aos tipos de movimentos sociais como os dos camponeses, que têm tido uma história mais ponderada, tendo em vista as formas específicas de sua organização, já que na região, o tipo de problemáticas, a composição social e populacional fazem com que se sobressaiam suas particularidades. Assim, as *Organizações* e *Comitês* são criados a partir de requerimentos ao Ministério de Agricultura e a AUNAP, para poder ter seu cadastro reconhecido, preenchendo mais as estatísticas dos pescadores, do que garantir por parte do Estado políticas de enfrentamento de seus problemas e articulação de suas propostas.

A maioria das pessoas que participa destas organizações e comitês de pescadores tem uma maior ligação com o campo mesmo que muito deles morem na zona urbana do município. Isso ajuda a entender o papel do espaço urbano em relação a mobilizações e manifestações públicas, pois é o espaço social onde ganha visibilidade grupo organizado e por outro constitui seu ponto de apoio logístico.

Dentro das particularidades e diferenças que apresentam as mobilizações dos pescadores frente às empresas mineiras, trata-se de uma oposição que não busca a eliminação da empresa como um ator social da região, sendo as reclamações direcionadas para suas formas de inserção nas relações sociais locais, que são de modo implícito-de caráter individual- ou explícito-manifestações públicas ou ações judiciais-, para as modalidades de uso da água e da terra, indispensáveis para a vida destas comunidades anfíbias.

Na Colômbia as manifestações e mobilizações sociais têm sido muitas vezes desqualificadas e deslegitimadas, acusadas de serem “manipuladas” por grupos externos aos movimentos cujas ideias não corresponderiam com as das bases de ditos movimentos. Contrariando esta versão, nestas manifestações coletivas os protagonistas de suas ideias expõem as contradições sociais, a opressão, os problemas que afetam a coletividade, tentando mostrar que construções alternativas do bem viver para a sociedade são possíveis em relação ao projeto de nação em andamento.

Além de uma luta comum para a salvaguarda da terra, da água e seus direitos, tem a luta para o reconhecimento de seu protagonismo nas mobilizações, não deixando que o Estado fale por eles, como às vezes tem acontecido nesta região com forte presença de guerrilheiros que querem ser donos das expressões sociais e políticas destes movimentos.

Neste tipo organizações civis, cabem diferentes lutas, suas formas também são diferentes e não necessariamente estão ligadas a manifestações coletivas que irrompem no cotidiano; a não evidência de sua articulação pública não implica que as lutas dos pescadores não estejam presentes de forma microscópica, em ações individuais, assim como nas coletivas, nas praticas pelas quais todas elas tentam romper com as pautas institucionalizadas que oprimem e subordinam as comunidades .

Nesta sucinta radiografia de uma situação específica na Colômbia em relação ao diálogo, conhecimento e apoio aos seus diversos setores e grupos sociais, as articulações das associações e comitês de pescadores de Caucaasia com o município, a sub-região, o departamento, instâncias nacionais são quase nulas, sendo mais do caráter burocrático, como cadastramento dos pescadores realizados pela AUNAP ou participação em reuniões organizadas pela prefeitura. Esta situação de desarticulação poderia ser atribuída a fatores como a falta de acesso a informações e esclarecimentos sobre seus direitos, de conhecimento de documentos sobre assuntos que lhes dizem respeito, podendo, em função de seu analfabetismo, ser feito uso indevido de sua “X” conforme eles mesmo declaram, para providências que não estão na pauta das associações e comitê. Tem se gerado também um clima de desconfiança, como no caso das reclamações de pescadores a respeito da participação de pessoas infiltradas, incluindo mineiros, nas manifestações, nos encontros ou reuniões para discutir a respeito da reivindicação de indenização para o projeto da hidroelétrica de Hidroltuango. Todo mundo vira pescador quando se esta organizando algo em favor da comunidade que pode trazer algum tipo de ganho para os indivíduos presentes, como afirmaram durante a pesquisa de campo. A desconfiança também atinge os companheiros que dizem representá-los como pescadores, pois *“muitos deles parecem já mais políticos que pescadores”* (Wilson Martin pescador de Puerto España dezembro de 2015).

Vários projetos políticos complementares antagônicos -mineração, pesca- ou alternativos –camponeses das águas- Implementados sobre o mesmo território alimentam-se da apropriação e uso da região no cotidiano, no espaço, na política, na administração, na vida privada e familiar das entidades socioespaciais.

O I simpósio nacional sobre el impacto socioambiental de la exploración imprevisiva do ouro, realizado em Caucaasia no ano de 1995, propôs a criação de um fundo de compensação trabalhista para os pescadores e agricultores afetados pelas explorações da mineração aurífera, com recursos do Banco da República, principal beneficiário do todo o ouro da Colômbia, além das empresas; do fundo nacional de regalias, do fundo nacional ambiental, da empresa Mineiros da Colômbia, da associação nacional de mineiros, da rede nacional de solidariedade e das administrações municipais. O Simpósio concluiu que “os múltiplos impactos negativos dos atuais sistemas de exploração aurífera fazem com que esta atividade

seja considerada altamente perigosa, devendo-se legislar para garantir a aplicação da responsabilidade objetiva” (tradução livre).

O problema da mineração do ouro está enraizado desde o período colonial em Caucasia, ainda que municípios do departamento venham sendo ameaçados mais recentemente pela proximidade da mineração que se expande em seus territórios. Manifestações contrárias à chegada deste tipo de exploração em Antioquia como é o caso dos municípios de Andes, Pueblorrico, Jardin Támesis têm se intensificado questionando os projetos de desenvolvimento inseridos na *locomotora minero energética*. Este tipo de mobilização liderada por muitos municípios do chamado *cinto de ouro*, tem resultado e se amparado na criação de acordos entre 8 municípios²⁰⁹, sendo inédito no país este tipo de união dos cidadãos contrários a estas políticas nacionais de desenvolvimentismo mineiro energético.

Pelos dados coletados a partir das entrevistas realizadas dentro de um roteiro aberto com os pescadores artesanais em Caucasia, se pode evidenciar o fraco apoio institucional recebido, um clamor pelas condições de necessidade em que as comunidades se encontram estando ameaçadas em sua existência por fatores tanto sociais como naturais. Apesar da legislação existente, ela não passa de formalidade, sem ser efetivada, conseguindo somente incentivar a burocracia e o clientelismo político de Caucasia, da região e do país inteiro.

Poderia se considerar que continuar na cotidianidade das suas práticas de pesca e de cultivo da terra, seja um ato de resistência e afirmação de sua identidade no mundo cada dia mais urbano, mais industrial onde o camponês das águas, tende a ser considerado uma figura do passado, no sentido museológico da existência destas pessoas e suas atividades que seriam destinadas a desaparecer, pois de continuar com o esquecimento do Estado para com eles, e que muitos deles afirmaram nas entrevistas, deixa um panorama pouco alentador, mas que estes homens e mulheres se constroem e reconstroem a partir dessa força que vem da água e da terra que os vejo nascer, crescer, e morrer. Historicamente nas margens dos processos sociais e políticos, estes sujeitos são tratados por muitos

²⁰⁹ Sua posição tem várias explicações, pois estes municípios, dedicados tradicionalmente à agricultura, fazem parte do chamado “Cinto de Ouro da Colômbia”, uma zona conformada por vários municípios que hoje se encontram nos projetos de grandes minerados, como a Anglo Gold Ashanti, devido à sua alta riqueza em minerais.

intelectuais e políticos da Colômbia como sinónimo de atraso, submissão política e miséria.

Entre as dificuldades das ações de luta dos pescadores se destacam a falta de domínio das práticas burocráticas e das modalidades de relação com o Estado ou contra ele, de acesso à formação e informação, como já se evidenciou em campo entre os mesmos funcionários do AUNAP que discriminam e desvalorizam os pescadores, quando estes se deslocam até a zona urbana para pedir informação no escritório local.

Entre os problemas enfrentados na organização destas comunidades pesqueiras para objetivos e encaminhamentos comuns, se destacam como fatores internos:

- Carente ou precária identidade gremial dos pescadores;
- Problemas de acesso a informação e baixos níveis de escolaridade;
- Falta de autonomia com dependência de agentes externos;
- Falta de comunicação entre os assentamentos de pescadores.
- Como fatores externos:
 - Ameaça à atividade da pesca pela contaminação das águas;
 - Ressecamento das bacias hidrográficas tanto pelo Estado, como por parte das empresas ;
 - Competência desleal da indústria pesqueira por diferentes níveis tecnológicos, tanto para a extração como para a comercialização do peixe;
 - Carência de uma efetiva política pesqueira por parte do Governo;
 - Carência de um canal direto e exclusivo de comunicação com o Estado (na Colômbia a pesca depende de 9 ministérios, 3 departamentos administrativos e quase 33 instituições descentralizadas);
 - Ausência de canais adequados de comercialização;
 - Hábitos alimentares que incidem na baixa demanda de pescado (cada colombiano consome somente em média 4,5 kg/ano);
 - Imposição de formas associativas ou modelos de organização alheios aos padrões culturais das comunidades;
 - Ausência de plano e programas de formação integral;
 - Falta de incentivos e motivações para dinamizar o processo de organização.

Para a Colômbia a luta social tem se convertido em uma luta pela vida, sendo que cada dia morre uma liderança social, sendo isso preocupante não só pelas estatísticas, mas também pelo medo crescente de lutar , de se manifestar, de levantar a voz, mas mesmo assim:

a Colômbia constitui uma peça estratégica dentro do novo desenho continental da hegemonia. Condições históricas que fizeram difícil seu doutrinamento tornando a Colômbia um experimento social em que as tensões foram levadas até as suas últimas fronteiras: mais de cinquenta anos de guerra contínua, com uma dilatação brutal dos tecidos e vínculos sociais, territoriais que produzem uma situação de desraizamento estrutural, desconfiança semeada em todos os âmbitos, e um terror permanente acompanhando o seu cotidiano. No entanto, não parece ser uma sociedade vencida. É uma sociedade que luta por reencontrar ou reinventar seus sentidos, que busca restabelecer condições de vida nos desertos criados pela paramilitarização generalizada e que, acumulando indignação e força moral, consegue se levantar desde suas maiores profundezas em uma caminhada histórica. (CECEÑA, 2008:7) (tradução livre).

CONCLUSÃO

Caucasia na Colômbia, Colômbia na América Latina

A América latina é ponto de referência para os investimentos em mineração do capital internacional, desde o conhecido “ciclo canadense”, em meados dos anos noventa. No entanto, vários países da região são considerados “produtores de minerais” em consideráveis escalas a mais de cem anos. (PADILLA e BOSSI, 2014:76).

É inexorável trazer para o análise final deste trabalho o contexto das relações econômicas do mundo nas que se veem envolvidas Caucasia, Colômbia e América Latina, pela sua história e pela sua posição e situação geopolítica.

A América latina leva desde o período colonial nas suas costas uma história e uma existência de exploração extrativa dos seus bens comuns, mas que a partir dos anos 90 vem se intensificando pela adoção dos governos do modelo econômico neoliberal, para os interesses globais, incrementado a inversão de capitais estrangeiros para exploração e exportação de produções primárias, que coloca vários países da América Latina como produtores específicos de uma ou mais matérias, gerando o que é conhecido como economias de enclave.

Esta sede de exploração no caso do ouro que é explorado na Colômbia é uma clara evidência de como é a exploração pela exploração e de qualquer jeito sem importar os meios, pois o importante é o fim; o ouro é um mineral que mais de 90% de sua produção no mundo todo será dedicado para joias e respaldar dinheiro nos bancos; nos pergunta então se esse ouro justifica todoo sangue e a dor que ele leva nas costas.

É importante compreender o crescimento e a expansão das indústrias mineiras, por meio do modelo extrativista que se apropria de grandes parcelas de terra dentro das comunidades tradicionais, gerando o desalojamento forçado com ajuda dos paramilitares, militares e o Estado. Esta expansão faz parte integrante do discurso desenvolvimentista, que o Estado colombiano tem chamado de Locomotora Minero-Energética, o qual tem como foco a extração de matérias-primas como o ouro,

carvão mineral, petróleo e geração de energia elétrica para exportação ao mundo todo, ou seja, a reprimarização da já precária indústria.

As relações de poder social, militar e político das empresas reflete no território, pois o controle sobre este é a garantia para sua expansão, no caso da Colômbia o desalojamento forçado de populações inteiras e as ameaças sobre as mesmas têm sido uma fórmula ativa para a ação das empresas nos territórios das comunidades. Colômbia se mostra com um cenário apavorante, pois é o país no mundo que mais assassina lideranças sociais, com estatísticas que chegam a declarar uma morte por dia; o Bajo Cauca onde se encontra Caucasia é zona vermelha e exemplo desta aliança tripartida, de empresas, militares e paramilitares ao que o Estado faz vista grossa como cúmplice. Para o entendimento das problemáticas associadas à mineração do ouro no caso específico de Caucasia e da Colômbia em um contexto mais amplo, é imperante a compreensão da dimensão e relação do conflito armado com a atividade extrativa do ouro e a concentração da terra pelas empresas.

As projeções da Colômbia como um país mineiro, desde o governo do ex-presidente Álvaro Uribe, que entregou o país às multinacionais do setor mineiro-energético, e condenando-o como o país com o maior número de conflitos ambientais no mundo, a contaminação de Caucasia por mercúrio, cianeto e chumbo é uma das mais altas do mundo, colocando a Colômbia como o país mais contaminado no mundo por estes elementos químicos e tóxicos, e a sub-região do Bajo Cauca como a mais contaminada de todo o país; esta contaminação deixa como sequelas uma grande quantidade de doenças para a população e a contaminação das suas águas e terras. Colômbia também representa altas cifras da repressão conta do protesto social, levando a frente a disputa entre o projeto extrativista do Estado e os projetos de vida das comunidades, como no caso da Guajira, um território ao norte do país que por mais de 40 anos tem sofrido com a exploração indiscriminada do carvão mineral, deixando consequências tão devastadoras como a morte por fome e água de centenas de crianças.

Tem sido parte do conflito social a presença das grandes empresas no território colombiano usufruindo de grandes facilidades nas licenças ambientais e fiscais que o governo colombiano outorga a estas, é por isso que resta interrogar sobre a verdadeira vontade que tem o Estado colombiano para levar um processo de paz

que vem sendo discutido a mais de dois anos entre o governo e a guerrilha das FARC-EP, pois não tem como se considerar de boa vontade, o não cessar ao fogo e a continuidade do Estado na entrega do país para as multinacionais, sobrepondo a realidade, a vontade e soberania sobre os territórios das comunidades como é o caso dos camponeses das águas do rio Cauca e Nechí no município de Caucasia; é por esta razão que na “Colômbia não só há vítimas dos milhões de balas que têm se disparado, também existem—e hoje levantam a voz- os milhões de vítimas do modelo de desenvolvimento que implicam a destruição dos solos férteis pela mineração das multinacionais”²¹⁰(Tradução livre); o governo colombiano tem que saber que não se terá uma trégua em relação aos conflitos por mineração enquanto este tipo de projetos continuem a impor seus modelos de desenvolvimento extrativistas sobre a vontade das comunidades anfíbias.

Na visão deste estudo ao resgatar a produção e reprodução das comunidades anfíbias ou os camponeses das águas se evidenciou graças ao trabalho de campo que o homem anfíbio-como eles mesmos se chamaram em várias entrevistas-apresenta apesar dos seus embates de luta e resistência pela existência as seguintes peculiaridades: a) utilização de técnicas tradicionais para o trabalho na terra e na água-como seus principais meios de produção-, b) uma menor participação da relação social do trabalho assalariando- mas que se encontra em condição de crescimento-, c) uma maior relação de participação social para a realização da pesca em grupos de homens geralmente da mesma comunidade, d) conservação dos conhecimentos e inter-relação com a natureza, que criam e recriam a estratégias, para o manejo equilibrado dos bens naturais, d) a existência de uma noção de produção do território diferenciada econômica e socialmente em relação à produção do território das empresas extrativistas, e) uso de tecnologias relativamente simples fazem com que seu impacto à natureza seja baixo. Esta forma sucinta de apresentar as características que ainda conservam os homens anfíbios tem o fim de conseguir dar corpo ao que estes homens representam e da forma como olham para si mesmos.

Durante a pesquisa e mais enfaticamente durante o trabalho de campo corroboramos a partir da observação participante e as entrevistas que o homem

²¹⁰ <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=200246>

anfíbio ou camponês das águas realiza uma produção e reprodução do espaço diferenciada da produção e reprodução do espaço capitalista extrativista de ouro; este camponês das águas são sujeitos tipicamente não capitalistas, pois ao tempo que não reproduzem nem as formas de trabalho escravo, nem as formas de trabalho assalariado, toda vez se apropria da sua força de trabalho tanto na terra molhada, como na terra firme e na água, por meio da produção de alimentos no cultivo e a pesca, que suprem as necessidades básicas de alimentação das famílias, sem ter que pagar produzir ou para se alimentar.

O trabalho duro, destes homens anfíbios tanto na água como na terra, permite em certa medida a apropriação da sua força de trabalho, mas que como tem acontecido recentemente com a ocupação e expropriação das suas terras a partir da crescente atividade extrativa do ouro por parte das empresas mineiras no município de Caucasia, o homem anfíbio tem sido desalojado à parte urbana, ou quem já morava na zona urbana suas condições de vida tem piorado; este homem anfíbio também tem se convertido em assalariado cuidando de gado nas fazendas, como mototaxista, pedreiro, carregador ou *Barequeros*(Garimpeiros) -nas grandes minas recolhendo migalhas e correndo o risco de ser preso- para poder complementar a renda da sua família, pois cada vez é menos o excedente de produção agrícola ou da pesca para gerar uma renda extra; as mudanças acontecidas na vida do homem anfíbio mostram como o homem pescador tem se tornado outro tipo de homem anfíbio, aquele que já não trabalha entre a água e a terra, senão o homem pescador anfíbio entre a água e homem assalariado que busca o complemento da sua renda para o sustento da sua família, mas que não é uma relação de bem-estar ou de melhora na qualidade de vida, muito pelo contrário as condições das famílias têm sido cada vez mais difíceis.

As mudanças trazidas pela presença das empresas vão desde o desalojamento forçado, fundamentado no conflito armado, o pouco apoio e interesse do Estado para com o pescador como sujeito, do não reconhecimento social do trabalho do pescador e camponês das águas; tem colocado ele como protagonista das suas próprias lutas, se organizando por meio de comitês e organizações de pescadores urbanos e rurais, que têm visado ir além das meras formas de organização para se encontrar na luta de um inimigo comum e de múltiplas cabeças. Mesmo que o movimento dos pescadores por meio dos comitês e organizações não tenha sido de

uma força significativa e que se encontra em um processo de crescimento e construção; o diálogo, as entrevistas e a vivência participativa durante o trabalho de campo mostraram como a prática diária dos seus trabalhos aprendidos ancestralmente tem se convertido em ferramentas de luta e resistência, a formação política e conhecimento das problemáticas que estão afetando seus modos de vida têm formado o caráter destes homens anfíbios para serem mais participativos, resistentes e propositivos, como por exemplo a escolha de um pescador que possa estar representado os interesses do grêmio ante o congresso departamental.

Nesse panorama um pouco abatido da luta social dos homens anfíbios se podem encontrar conquistas- com seus devidos limites-que ainda que não sejam exclusivas desta população conseguem dar cobertura para as necessidades das mesmas e uma delas é a *Consulta prévia*, que se mostra como um dos principais instrumentos legais para o reconhecimento e a participação destas comunidades em relação às intervenções em seus territórios; a consulta prévia surge a partir da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sendo que esta ferramenta não deixa de ter, como outras proposições, limites e adaptações, podendo ser manipulada, segundo os interesses em jogo, já que por um lado, tem como fim a defesa do espaço de vida destas comunidades, e por outro, tanto as empresas privadas como organizações do Estado buscam driblar a efetividade deste instrumento de defesa dos direitos coletivos, a partir de discursos como geração de emprego, desenvolvimento e crescimento econômico.

O direito de consulta prévia se conecta com outros avanços no reconhecimento das autonomias dos povos indígenas e tribais, como o direito a estabelecer suas prioridades de desenvolvimento, autonomia e instituições políticas próprias, estabelecer regras do manejo do território e de solução a seus conflitos internos. (BARREIRA, 2013: 92) (tradução livre).

Os processos de consulta prévia e de concertação, limpos e democráticos, são complexos e devagar, mas não se pode nem deve tomar-se por óbvio ou pulá-los, pois é um direito constitucional; não sendo está a única forma como as comunidades podem ter acesso à consulta em seus territórios e recentemente na Colômbia vem se fazendo uso também da chamada *Consulta Popular*, a qual consiste como seu mesmo nome diz a uma popular e alternativa consulta, esta ação cobra importância

política por ter o caráter intrasferível das decisões territoriais em mão das populações locais.

Enfrentar esta complexa situação, implicaria em termos jurídicos: 1) a eliminação da Política Mineira do artigo 13 da Lei n. 685 de 2001²¹¹ e da Lei n.1382 de 2010²¹², pela qual se caracteriza a grande mineração como uma atividade pública de interesse social, no sentido da propriedade por parte do Estado do solo e do subsolo, e suas possibilidades de exploração para o benefício da atividade mineira em grande escala, uma vez que o Estado “eliminou a associação como aspecto fundamental da política mineira, o Estado se reduziu a um mero facilitador e fiscalizador do negócio e o desenvolvimento mineiro do país ficou refém do capital financeiro internacional”²¹³, 2) para o caso da formalização dos garimpeiros outorgar a propriedade da terra comunitária, o que facilitaria que as mesmas comunidades se tornem guardiãs socioambientais. Como foi colocado no início deste parágrafo, tais leis justificam a existência de uma *Moratória Mineira*, como mecanismo de defesa por parte das mesmas comunidades locais anfíbias em seus territórios.

Estas comunidades já não suportam mais a destruição dos bens comuns a causa do extrativismo, a substituição de suas visões e valores sociais que foram construídos ancestralmente, a perda dos conhecimentos e formas de vida que têm permitido a existência das comunidades em uma relativa sinergia com o natureza; são estas então construções sociais onde tanto os costumes como os saberes e tecnologias tradicionais têm crescido e se adaptado em função das necessidades humanas em harmonia com a natureza, porque a mineração extrativa não pode ser a única opção de economia para o país, nem a possibilidade de desenvolvimento a que as comunidades têm que someter seus territórios.

²¹¹ Uma vez se aprovou o Código Mineiro (Lei 685 de 2001), que foi assessorado pela Cepal e o Banco Mundial, se estabeleceu que a função do Estado em questões da mineração seria facilitar a atividade mineira, promover o desenvolvimento sustentável na mineração e fiscalizar o aproveitamento mineiro.

²¹² Que segundo o parágrafo primeiro diz assim: os solicitantes da proposta de contrato de concessão deverão sinalizar se dentro da área solicitada existe algum tipo de exploração mineira, indicando sua localização e metodologia utilizada para conhecer a existência ou não de dita mineração.

²¹³ Reforma ao Código de Minas é antinacional. Declaração do Foro Andino frente à Grande Mineração. Bogotá, 27 de septiembre de 2008. Assinado por 23 organizações e três representantes do congresso da República.

Neste momento de grandes expectativas para Colômbia que tem um enfoque de desenvolvimento extrativista minero-energético, as comunidades de pescadores artesanais enfrentam uma realidade que lhes exige questionar o paradigma econômico de um país que coloca em risco o futuro da pesca artesanal nas beiras do rio Cauca e Nechí, o panorama é de incerteza, pois estas comunidades se encontram imersas em um processo histórico, político, econômico e social de profundas mudanças, que não é só no município de Cauca, senão que vai além, já que coloca a Colômbia e América Latina com o papel de produtor de matérias-primas para o mundo.

Apesar de que a atividade pesqueira como tal, tem diminuído significativamente nos últimos tempos, o pescador ancestral não tem perdido sua vocação, dependendo das necessidades tem se visto obrigado a alternar sua atividade com outros ofícios, mas ainda se nega a aceitar essa nova realidade econômica e social, apresentada por um extrativismo selvagem que cada dia devora a terra e contamina seus rios, de uma sociedade que não os reconhece como sujeitos sociais, mas as lutas continuam por meio dos comitês e organizações, onde as alternativas se constroem com a reafirmação da cultura anfíbia.

Em sínteses as produções diferenciadas do território que se evidenciaram em Cauca como este estudo apresentou, colocam para análise a produção capitalista do espaço, e sua reprodução no território por meio do modelo extrativista do ouro de aluvião; enquanto tem também a produção e reprodução das comunidades anfíbias ou camponês das águas que têm uma relação mais equilibrada com a natureza e seus ciclos; ambas formas de reprodução se embatem e se contrapõem, a primeira por se inserir com o uso da violência, da despossessão da terra e da água, enquanto as comunidades anfíbias por meio das formas de organização social em comitês ou organizações, têm conseguido tomar consciência para enfrentar um inimigo de múltiplas cabeças, pois estes camponês das águas se enfrentam não só ao modelo extrativo em si, eles se enfrentam ao Estado desenvolvimentista, os paramilitares, as mudanças nos seus meios de produção e reprodução- na água e na terra- social e cultural, e a repressão que existe na Colômbia frente à luta social.

No contexto atual resta cada vez mais para estas comunidades a partir das suas formas de produção, reprodução e organização social do território, desenvolver

ações de resistência que consigam reivindicar seu caráter de habitantes dos territórios, e de suas relações com ele, como os verdadeiros sujeitos que configurem sua organização frente às lógicas expropriadoras dos atores capitalistas, os agentes violentos e os governos de Estado. Será importante para eles projetar a firme tarefa de ampliação da resistência até a solidariedade nacional e internacional para ajudar com a construção de projetos econômicos viáveis, democráticos, que respeitem a Pachamama; e a tarefa para todos que não acreditam que o capitalismo seja o destino inexorável dos povos, lutar e caminhar junto deles de “[...] todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niegue el día, para quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida. Para todos la luz. Para todos todo [...]”.

(Discurso em janeiro de 1996 do general e chefe do Exército Libertador do Sul Emiliano Zapata Manifesto Zapatista em Náhuatl).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y Neextractivismo: dos caras de la misma maldición em **Más Allá del Desarrollo**. 1era edición: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala Ecuador.2011.

ALIER, Joan Martinez. **Ecologismo dos Pobres**. Editora Contexto. São Paulo, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Editora: fondo de cultura económica México 1993.

ARRULALDE, Juan Carlos. JORDÁN, Rolando. PACHECO, PEGLO. VADILO, Pinto Alcides. Agua, Tierra, Minería y Bosques. **Conflictos y potencialidades de los recursos naturales en Bolivia**. Cuaderno de Futuro 25. Informe de desarrollo humano programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2009.

BARREIRA, C.; TAVARES, J.V.; ZULUAGA, J.N.; GONZALEZ, R.; GONZALEZ, F. (Coord). **Conflictos sociales, luchas sociales y políticas de seguridad ciudadana**. Buenos Aires: CLACSO y UAEM, 2013.

BELTRÁN, Santos Alonso. **Espacio y capitalismo: la crisis capitalista, el territorio y las resistencias sociales**. **Ciência Política**. Bogotá,Nº 16 Julio-Diciembre 2013.

BRENO, Alfredo Wagner, **Terras tradicionalmente ocupadas**, R.B. **Estudos Urbanos e Regionais** V.6, N.1/Maio 2004.

Castro, I. E de. Gomes, P. C da C. Corrêa, R. L (Org). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 26.

CODHES ¿Consolidación de qué? Boletín informativo para la consultoría de los derechos humanos y el desplazamiento, número 77, Bogotá, 15 de febrero de 2011. <http://www.rebellion.org/docs/130767.pdf>

COMUNICADO de la comandanta Kelly. San Cristóbal de las casas (Chiapas), 2007. Disponible en: http://blogosocialportugues.blogspot.com/2007_04_01_archive.html.

CORTE CONSTITUCIONAL (Colômbia). Sala Segunda de Revisión Auto N° 005 de 2009 Gerencia de Negritudes de Antioquia. Unidad y Pensamiento Colectivo Afro Informe de gestión para la Honorable Asamblea Departamental de Antioquia y comunidad Afro 2012. Pag 21.

CUEVAS, Amaya William. **¿Qué es el bajo Cauca?** Graficas más Diseño. 2013.

DAMONTE, Gerardo. **Construyendo territórios: narrativas territoriales Aymaras contemporaneas**. Lima: GRANDE: CLACSO, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. HUCITEC, ANABLUME. 3ª Edição. 1996.

DIEGUES, Antonio, Carlos. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA I, Novembro de 2007 São Paulo, – Procam/Nupaub-USP.

DOMINGUES, Jose Mauricio. **Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana. 2007.

ESTRADA, Álvarez Jairo. As formações estruturais e a construção da ordem neoliberal na Colômbia. **In Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. Ana Esther Ceceña (Org) 1 ed. São Paulo. Expressão popular 2008.

FALS, Borda Orlando. **Historia doble de la costa** tomo 1. Universidad Nacional de Colombia. Banco de la República Ancora Editores. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico - Presidente Prudente: [s.n], 2013 v.1-2:il + memorial. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales: contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales. CLACSO.

Web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-5.pdf

FERNANDES, B. Mançano; Sobre a tipologia de territórios In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-3Graduação em Geografia. 2009. P 197-217.

FERNÁNDEZ, J. P. VALENCIA, M. A. **Libre comercio y minería en Colombia**. RECALCA (Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio). www.recalca.org.co.

FRANKEL, Diana. Regiones metropolitanas emergentes: ordenamiento territorial para nuevos sistemas territoriales urbanos. 2010. 116 p. Tesis para optar por el título de magister en estudios urbanos regionales- Escuela de planeación urbano regional. Universidad Nacional de Colombia- sede Medellín. 2010.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens Anfíbios**: etnografia de um Campesinato das águas. Annablume; fortaleza: secretaria da cultura e desporto do governo do estado do Ceará. 2000.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas de América Latina**. Paz e Terra. 29ª Edição. 1989.

GARCIA, Clara Inés. **El Bajo Cauca antioqueño: como ver las regiones**, Bogotá. CINEP.1993

GIRALDO Ramírez e MUÑOZ Mora. **Informalidad e ilegalidad en la explotación del oro y la madera en Antioquia**. Universidad EAFIT, Proantioquia. Medellín, 2012.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo. Contexto. 1991.

GRISALES ARROYO C.; SALAZAR VERA C. A. **Comunidades pesqueras artesanales de las riberas del Rio Cauca municipio de Cauca Antioquia: nuevas identidades frente a la modernización**. 2014. 63f. Monografía (Presentada para optar al título de Sociólogos)- Facultad de Ciencias Sociales y Humanas Departamento de Sociología Universidad de Antioquia. Cauca, Antioquia.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á Multiterritorialidade**. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES I, programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre. 23 de setembro 2004.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. Editora DP&A 1ª edição, Rio de Janeiro 2006.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume. 2006.

HOUTART, François. **Deslegitimar el capitalismo construir la esperanza**. Panamá: Ruth. 2009.

http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT1-40-273-20110621094857.pdf (texto sem título)

<http://www.elespectador.com/noticias/judicial/locomotora-minera-echa-humo-articulo-517833>

I Simposio nacional sobre el impacto socio ambiental de la explotación imprevista del oro Cauca Antioquia, Octubre. 4,5,6 de 1995.

INSUASTY, Rodríguez Alfonso. GRISALES Daniel. GUTIERREZ, León Eliana Marcela. **Conflictos asociados a la gran minería en Antioquia**. AGO.USB Medellín-Colombia V. 13 N 2 PP. 279- 539 julio - diciembre 2013 ISSN: 1657-803.

LANGARO, Fernando Jiani. **Espaço, região e história social**. Revista percurso NEMO, Maringá, 2009, V.1, N1, P 23-48.

LEY 141 DE 1994 (junio 28)-

https://www.sgr.gov.co/LinkClick.aspx?fileticket=Kjx2ci3ML_4%3d&tabid=103

LINS, Ribeiro Gustavo. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX** Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

LITTLE, E Paul. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. **Tellus**, ano 2, N³, P 33-52, Outubro 2002, Campo Grande MS.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

McGoodwin, J.R. **Comprender las culturas de las comunidades pesqueras: clave para la ordenación pesquera y la seguridad alimentaria**. FAO Documento Técnico de Pesca. No. 401. Roma, FAO. 2002. 301p.

MONTIBELLER, Filho Gilberto. **Apropriações diferenciadas do conceito de desenvolvimento sustentável**. **Geosul**, Florianópolis. V15, n 29, p 44-45, jan/jun. 2000.

NASCIMENTO, dos Santos Emerson. **Movimentos Sociais e Geografia: sobre a (s) espacialidade (s) da ação social**. Riode janeiro. Consequência 2011.

NETO, J.P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 2011. Ed. 7ª. São Paulo. Cortez Editora. Cap 3, p. 888-104.

ORDOÑES, Freddy. **Producción capitalista Del territorio y las alternativas campesinas en el bajo nordeste antioqueño**. Ciencia Política. Bogotá. N° 12. Enero-Junio 2012.

PADILLA C. BOSSI D. **Mineração na América Latina conflitos e resistências in: Conflitos no Campo Brasil**. Coordenação Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Costa Rodrigues Costa. Goiânia. CPT Nacional. 2014.

PAZ, Neira. **Las comunidades de pescadores artesanales frente a la modernización: el caso de caleta Queule**. Santiago, Chile. 2005.

Pérez Rincón, Mario Alejandro (compilador). **Sociedad y servicios ecosistémicos: perspectivas desde la gestión del agua, las inundaciones y el saneamiento sostenible**. Programa Editorial Universidad del Valle, 2013.

PIMIENTA. B. Alejandro. **La Configuración de La Identidad Local en la diversidad Cultural: el Caso de Caucasia**. Palabra. No 8. Medellín. Agosto de 2007.

POZENATO, José Clemente. **Algumas considerações sobre região e regionalidade**. in **Processos culturais: reflexões sobre dinâmica cultural**. Caixas do Sul: Educ, 2003. P 1-10.

RIVERA Franco J. E. **La Asociación Nacional de Pescadores Artesanales de Colombia**. COOPERATIVAS EN EL MUNDO. Revista de Idelcoop -Año 1987– Volumen 14 –N° 54.

SALHINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARJE, Margarita. "Introducción" en Margarita Serje (coord.) **Desarrollo y Conflicto. Territorios, recursos y paisajes en la historia oculta de proyectos y políticas**. Bogotá: Editorial Universidad de los Andes. 2010.

SCOTT. James **Los Dominado y el Arte de las Resistencias**. México. ERA. 2004.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, p 13-56, 1995.

TASSARA, Carlo. RIVERA, Jorge E. Franco. **Movimientos sociales, medio ambiente y pesca en Colombia**. Seminario "Movimientos sociales y pesca artesanal en América Latina", realizado en Valparaíso (Chile) del 4 al 6 de octubre de 1990 y organizado por la Universidad Católica de Valparaíso y el Colectivo Internacional de Apoyo a los Pescadores Artesanales (CIAPA).

VERGARA González, Otto. "La minería en el desarrollo socioeconómico departamental colombiano." En Minería y dinámicas regionales en Colombia, Bogotá Universidad Externado de Colombia, 2005.

VIA CAMPESINA. Propuesta de declaración de los derechos de las campesinas y los campesinos Seoul, 2009. <http://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf>

Vicente, A. Martín, N. Slee, D. J. Birss, Moira. Lefebvre, S. Bauer, Bianca. **Minería en Colombia ¿a qué precio?** PIB Colombia. Boletín Informativo n. 18 Noviembre 2011,

VILLEGAS, V. L.GONZÁLEZ, C. L.RUEDA, D. **Desarrollo agropecuario de Cauca- Antioquia 1930-1970 historia y sociedad**. Medellín. No 17. FCHE-UM. 2009.

ZAMBRANO. Carlos Vladimir. **Territorios Plurales**. Cambio Sociopolítico y Gobernabilidad Cultural. Boletín Goiano de Geografía 21 (1): 9-49 jan/jul. 2001.